

PÓS-GRADUAÇÃO  
DA FAUUSP  
RETROSPECTIVAS e  
PROSPECTIVAS  
2 | (DEPOIMENTOS)

## ENTREVISTADORES

### MARIA IRENE DE Q.F. SZMRECSANYI

Cientista social, doutora em sociologia. Professora de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo, orientadora na PG, representante do AUH na CPG da FAUUSP, coordenadora do convênio para o mestrado interinstitucional FAUUSP Universidade Estadual de Londrina. Autora de *Educação e fecundidade: ideologia, teoria e método na sociologia da reprodução humana* (Hucitec, 1986), Rio e São Paulo: Raízes da substituição da metrópole nacional (*Revista USP* n. 17 1993), Catálogo da Exposição Cidades Jardins: A busca do equilíbrio social e ambiental, 1888-1998 (Fundação Bienal de São Paulo - FAUUSP, 1997). Diretora da coleção Arte e Vida Urbana, Editora Hucitec (desde 1993). Editora chefe da Pós – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP.

#### JORGE HAJIME OSEKI

Arquiteto e urbanista, doutor em arquitetura, professor de Tecnologia da Arquitetura, orientador na PG, representante do AUT e vice-presidente da CPG da FAUUSP. Autor de *O Único e o homogêneo na produção do espaço*, in: José de Souza Martins (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* (Hucitec, 1992) e do vídeo *As margens do Rio* (NAPPLAC, FAUUSP, 1993). Membro da comissão editorial da revista Pós.

#### WILSON EDSON JORGE

Arquiteto e urbanista, professor livre-docente de Planejamento Urbano e Regional e representante do AUP na CPG da FAUUSP. Entre seus projetos destaca coordenação de plano para a região Tietê-Paraná e casas de detenção para o sistema penitenciário para o Estado de São Paulo (2000). Co-autor de *Hotel: Planejamento e projeto* (Senac, 2000). Membro da comissão editorial da revista Pós.

# n

ESTOR GOULART REIS

OI2

pós-



Arquiteto, urbanista e cientista social. Catedrático de Evolução Urbana, fundador do Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Preservação – LAP, orientador na PG, pesquisador decano, foi chefe do AUH e diretor da FAUUSP. Foi presidente da Empresa Municipal de Urbanização – Emurb (1979). Autor de *Evolução urbana no Brasil, 1500-1520* (Pioneira, 1970), *Quadro da arquitetura no Brasil* (Perspectiva, 1975), *Aspectos da história da engenharia civil em São Paulo* (Kosmos, 1991), *Racionalismo e protomodernismo na obra de Victor Dubrugras* (Fundação Bienal de São Paulo, 1997), *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial* (Edusp, 2000) e alguns cadernos do LAP.

**Maria Irene:** O objetivo geral é fazer um balanço, uma retrospectiva do que foi o nosso curso de pós-graduação e discutir qual seria o projeto para o seu futuro. Você pode desenvolver esses problemas à medida que quiser. Pensei em três questões mais gerais; queria que você trabalhasse o seu conceito de arquitetura e, a partir desse conceito, analisar a relação entre arquitetura e sociedade para aí chegar ao que se espera do ensino de pós-graduação numa sociedade como a brasileira.

**Nestor Goulart Reis:** Arquitetura ou urbanização? Que escala do espaço?

**MI:** Claro que envolvendo o problema da cidade. Pois para mim este, principalmente, é o problema. Quando eu penso o edifício eu já o penso inserido no contexto. Se você acha que há distinção, vale a pena colocar.

**NGR:** Eu acho que há distinção clara. Esta é a primeira questão; acho importante fazer distinção, porque o projeto na graduação não é suficiente, para que ela fique clara. O projeto de edifício estabelece-se a partir de uma relação entre duas pessoas ou entre o arquiteto e uma instituição, mas o projeto urbanístico tem necessariamente uma dimensão política. Compreender isto faz parte da área do planejamento urbano na sua dimensão política, mas isto foi prejudicado por um viés tecnocrático absolutamente inaceitável. É por isto que existe muito plano diretor que, depois de dizer que está desenvolvendo estudos sociais sobre tudo quanto é direção, sobre tudo quanto é setor, faz um plano viário, de transporte público, ou nem mesmo de transporte público, só para o sistema viário. Exatamente porque não sabem o que é planejamento. Isso se chama engenharia urbana, era o que Prestes Maia fazia a maior parte do tempo e Anhaia Mello<sup>1</sup> tratava na sua dimensão política. Quanto à pós-graduação, nós começamos, por força de uma decisão federal, estabelecendo um novo sistema universitário no país, que nos obrigava a adotar o modelo americano, com cursos de mestrado e doutorado. Nós havíamos feito alguns poucos cursos no regime antigo. Eram cursos de formação geral, no sentido mais do futuro da

profissão, e o doutorado era livre para quem se inscrevesse. Havia uma tradição de pós-graduação em outras áreas profissionais, certamente não na nossa. Nunca tinha havido um curso de doutorado na FAU; de mestrado, nem se cogitava.

**MI:** Existia no país?

**NGR:** Nem se sabia o que era isto. Então a nossa área – e não só a nossa, como as outras – teve que se organizar para começar. Por outro lado, não tínhamos uma tradição de pesquisa organizada socialmente, na época em que começou a pós. Nós já tínhamos 10 anos de atividade de pesquisa, mas de forma extremamente personalizada. Havia alguns grupos, como o nosso no Departamento de História, que tinham bolsistas, trabalhavam em grupo, mas entre os professores isto não era permanente e, nessa época, os projetos ficavam dependendo muito das pessoas. A FAU tinha poucos professores em período integral, quase nenhum, e poucos professores usando verbas da Fapesp. Nós conseguimos durante uns anos usá-las, mas os recursos do CNPq nunca eram utilizados. Havia bolsa do CNPq para pesquisadores; fiquei sabendo e resolvi apresentar projeto. Como era o último dia ou entregava ou perdia o prazo e teria que esperar mais seis meses, mas a diretoria da FAU nem sequer sabia onde ficava o escritório do CNPq, que nessa época existia no centro de São Paulo. Hoje há bastante gente aqui com pesquisa.

**Jorge Oseki:** A gente está de novo num dilema: ou montamos áreas de concentração (quer interdepartamentais, quer não) que venham da própria articulação dos pesquisadores, das áreas de pesquisas que estão se desenvolvendo dentro da faculdade – e isto estou chamando o modelo “Goulart Reis” – ou seguimos o modelo dos departamentos, a pesquisa que os departamentos definem. Quando eu entrei para o mestrado, sob sua gestão, você montou grupos de pesquisa – construção, habitação, planejamento urbano e territorial, restauro – que não existiam nos departamentos; eram grupos de pessoas, alguns até de fora da faculdade. E foi uma turma muito fértil. Entraram especialistas em outras áreas, trabalhando

com a gente, pessoal do Cedip/Cebrap de demografia, o Décio Pignatari<sup>2</sup> a Maria Adélia de Souza<sup>3</sup> formaram esses núcleos que não eram exatamente ligados à estrutura departamental e começaram a fazer pesquisa, que subsidiaria a pós-graduação. Passado certo tempo, sumiu isto. Não estou falando que um está certo e outro está errado. Um modelo tenta ficar mais de acordo com as pesquisas do departamento e um outro modelo tenta ficar mais de acordo com o que, efetivamente, existe nas articulações dos professores. Eu não estou pleiteando nenhum dos dois modelos... O segundo modelo, que ficou vinculado aos departamentos, eu chamaria de modelo "Grinover" que quis que as pesquisas ficassem vinculadas aos grupos de disciplinas. São esses dois modelos que a gente está estudando na CPG, qual é mais interessante. Não é à revelia dos departamentos, nem é totalmente colado a eles. Como é que você vê isso? Qual o modelo que você acha mais interessante e por quê? A parte administrativa é de departamentos; quem cuida, quem contrata, quem organiza os cursos são as secretarias dos departamentos. Então como é que vai se fazer com esses grupos interdepartamentais?

**NGR:** Nós temos que responder às necessidades da sociedade, mas isto não pode, em hipótese alguma, impedir-nos de desenvolver trabalhos mais teóricos, mais acadêmicos, porque eles são igualmente necessários. São duas vertentes. Quando nós montamos o pós-graduado aqui, estávamos tentando responder às principais demandas da sociedade, para tornar a FAU uma instituição forte do ponto de vista da pesquisa e para captar recursos. A sociedade não dá dinheiro significativo para projetos que não respondam às necessidades dela. Mesmo respondendo já é difícil, porque é preciso fazer as pessoas entenderem a utilidade desses projetos. Se você se coloca num plano puramente acadêmico, vai contar com a "raspa de tacho" de dinheiro de pesquisa. Eu me conformo muitas vezes em fazer isto, porque se quero fazer um trabalho de ordem determinada, é o que posso fazer. Mas eu repito: nós temos que trabalhar com

os dois modelos e entender para que eles servem. Não dá para esquecer isso. Então, desenvolver a área de habitação de interesse social na faculdade é fundamental; as pessoas que fazem pós-graduação em habitação devem fazer, na escola de arquitetura, projetos de conjuntos habitacionais. Não podem não fazer. Isso provavelmente vai levar o pessoal de conforto ambiental e de paisagismo, a trabalhar junto. A essa altura, o modelo institucional mais conveniente já não é o dos núcleos, pois vale mais criar um laboratório. Trata-se de um núcleo que a Reitoria cria, porque permite que você tenha um conjunto de equipamentos, de serviços e verbas, que são interdepartamentais e que são interinstitutos. Então é imprudente...

**JO:** Mas acontece que os departamentos são autônomos.

**NGR:** Sim, estou de acordo, eles são autônomos, então para isso temos os laboratórios. É possível basear uma parte grande, teórica, dos cursos de pós-graduação nos laboratórios. É um caminho: a partir dos laboratórios, certos programas são multissetoriais. Eu acho que o caminho é por aí. Eu acho que nós temos que seguir os dois caminhos. Primeiro não podemos impedir os departamentos de fazer um trabalho teórico, que pode, eventualmente, ser um absurdo, mas é parte essencial do trabalho do departamento. Nós temos que fazer de certa forma esse tipo de trabalho, isto é, trabalho de laboratório, e acho que a pós-graduação deve se organizar a partir dos laboratórios nesse sentido e em outros. Quer dizer, todo o tema que ultrapassar os limites de um departamento deve ser desenvolvido em núcleos. Eventualmente, nós teremos mais de um núcleo tratando de habitação popular, por exemplo, porque as inserções podem ser diferentes. Na Faculdade de Medicina, em certas áreas, há uma, duas, três clínicas, porque interessa desdobrar, até por problemas de personalidade. Acho que isto é inteligente: cada um desenvolve o seu programa. Mas é preciso criar condições favoráveis para cada um desenvolver seu projeto. Os modelos institucionais já criados traduzem a experiência de

escolas que têm mais de 100 anos, aqui e no mundo, que têm séculos de existência. Nós temos que olhar muito o que os outros estão fazendo porque os recursos que existem, as verbas e os modelos institucionais estão baseados nessas escolas que já têm essa tradição. Se nós quisermos reinventar a roda, nós vamos bater na porta errada e sempre vamos abrir a porta errada e a janela errada ou vamos querer entrar pela janela e vamos ser barrados... Nós temos que usar muito do que os outros usam e ao mesmo tempo tentar adequar isso para as nossas finalidades.

**MI:** Nesse sentido há um ponto que acho que não está claro. Essa organização da pesquisa, como é que se refletiria nas aulas de pós-graduação, nos cursos propriamente ditos?

**NGR:** Nas outras escolas e mesmo em núcleos da área de planejamento urbano, são pequenos grupos de pesquisa. Pelo país afora, em todas as universidades, os cursos de pós-graduação são montados com base em pequenos núcleos de pesquisa, porque são grupos que realmente se dedicam a isso permanentemente. E são eles que administram os núcleos para sobreviverem, contam com as bolsas da graduação e a da pós-graduação para sobreviver, contam com os núcleos. Eles são uma coisa só. Então, nesses núcleos o aluno de terceiro, quarto, quinto ano vai tendo as suas bolsas, passa por treinamento preparatório, depois vai tender a fazer o seu mestrado e doutorado a partir dessa iniciação. Isso forma grupos, como as clínicas na Faculdade de Medicina. Então, há uma certa continuidade.

**MI:** Essa continuidade me preocupa aqui na FAU, porque, como você mesmo colocou, o número de professores de tempo integral ainda é pequeno, principalmente em certas áreas como projeto e, realmente, a abertura de novos cursos pode significar cursos muito precários em termos da sua sustentabilidade através do tempo... Se o meu pressuposto está correto – um professor em tempo parcial dificilmente pode sustentar um núcleo de pesquisa, um grupo, um laboratório, ou o que quer que seja, e se a escola se fundamenta no projeto,

como é que resolvemos a questão central da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo?

**NGR:** Os médicos sabem por longa experiência, que quando eles trabalham de manhã nos hospitais universitários, eles não só se envolvem em pesquisa como também fazem nome, que lhes garantem clínicas particulares em outros horários. Não dá para separar uma coisa da outra. Todo mundo sabe que o médico jovem luta para trabalhar no Hospital das Clínicas, no Hospital dos Servidores, onde não ganha ou ganha muito pouco, porque ele consegue prestígio profissional, porque ele consegue montar seu consultório, sua clientela, porque ele está em contato com o público. Mas no nosso caso, os arquitetos, professores da FAU, tenderam por alguns anos a se concentrar mais nos seus escritórios e a esquecer o papel político que a universidade representa. Imaginaram que só com o Instituto dos Arquitetos esse papel seria desempenhado. É fundamental que os professores da área de projeto da FAU, com seus bolsistas, montem laboratórios, desenvolvam projetos temáticos, projetos-padrão dentro da faculdade para todas as áreas profissionais possíveis. Quando eles trabalham de manhã no plano institucional, eles têm acesso a todas as áreas porque representam a universidade. Por exemplo, projetos de construção escolar, políticas habitacionais e hospitais, e assim por diante. Mesmo para os que têm escritório particular, importa a presença na universidade; o prestígio institucional é fundamental e isso interessa também à universidade que tem que responder à sociedade com modelos de setores ativos. Isso é bom para as duas partes. A Politécnica tem feito isso nas áreas de barragens, hidráulica, e muitos que trabalham em tempo integral, hoje podem ser consultores e ganham bom dinheiro com isto. A Economia também.

Agora, nós não devemos esquecer que quando foram montados os cursos de pós-graduação da Poli, a área de mecânica dos solos e fundações, que tinha um dos profissionais de maior prestígio de toda a América Latina – eu não vou citar nomes porque isso é desagradável – teve notas baixas na

avaliação da Capes, porque os professores estavam tão absorvidos pelo mercado que não conseguiram fazer funcionar adequadamente a sua área. O que aconteceu especificamente, não se sabe até hoje, mas o que era inegável é que eles tinham profissionais de altíssimo nível trabalhando lá, e estavam tão absorvidos, que não se dedicaram de modo adequado e levaram vários “puxões de orelha” dos avaliadores. Eu não sei depois qual foi a reação, mas isso pode existir. Inclusive, num caso como esse, um dos professores foi meu professor. Era um homem formado em Harvard ou MIT, de altíssimo nível de especialização, consultor do metrô, de barragens, que a Cesp chamava quando tinha problemas muito graves; um homem do mais alto nível de qualificação internacional, e o grupo de disciplinas dele teve dificuldade em fazer o curso de pós-graduação com eficiência acadêmica equivalente à eficiência do escritório. Em geral, o que acontece é que, quando um programa desse amadurece, os professores mais jovens, que estão no início da carreira, trabalhando em tempo integral, gerenciam o projeto e por meio de consultorias e procedimentos desse tipo conseguem participar dos trabalhos de seus líderes e os líderes acabam por trabalhar em tempo parcial lá fora.

É o drama da Escola de Aplicação, que nós temos que enfrentar. Não podemos esconder embaixo do tapete e nem querer que nossos colegas não trabalhem aqui em condições de igualdade conosco. Pelo contrário, acho que o prestígio da faculdade depende da presença forte desses setores. Todos nós lamentamos a ausência, a carência de uma presença maior desses professores. Agora, temos que ajudá-los, pois eles não têm experiência de pesquisa, não têm experiência de prestação de serviços da universidade para fora, não sabem onde buscar recursos, não sabem montar... As novas gerações que já fazem pós-graduação e já sabem buscar projetos de pesquisa, provavelmente vão acelerar esse projeto, mas se nós quisermos ter bons resultados, deveremos ajudá-los. Quando acontece um problema numa escola profissionalizante como

a nossa, todos são atingidos. E têm havido algumas confusões em escolas com programas de aplicação desse gênero. Casos da USP que vão para os jornais ... isto dá uma imagem desagradabilíssima, mas nem por isso a Faculdade de Medicina, a Poli e a FEA, deixam de ser centros fundamentais para o governo do estado, para a população do estado. Nós temos que ocupar um espaço na sociedade. Uma hipótese é criar institutos de aplicação, como o IPT para a habitação, para o planejamento...

**MI:** Mas a FAU já tentou isso com o Centro Profissional em Planejamento – CPEU, ainda na década de 60. O que ocorreu de lá para cá? Ainda há outra questão: isso não estaria nos aproximando daquele modelo proposto pelo Rodrigo Lefèvre, há muito tempo, de se fazer um escritório, um acompanhamento prático das aulas e que acabou sendo boicotado por vários professores?

**NGR:** O CPEU, atendendo à carência de recursos das prefeituras, estava contratando planos diretores para os municípios a custos mais reduzidos que os do mercado. Aí a coisa é complicada e eu estou convencido de que para fazer trabalhos acadêmicos em situações desse tipo, temos que ter regimes diferentes, inclusive tempos de trabalho diferentes, por causa da participação dos bolsistas, dos alunos de graduação. Nós não podemos nos iludir, podemos pedir à Cohab, ao CDHU, que nos encomendem dois ou três projetos habitacionais, mas eles serão em regime de funcionamento diferente, específicos, temporários: os nossos tempos são mais demorados... a duração dos trabalhos tende a ser maior porque os trabalhos devem apresentar características de tese, ainda que depois sejam executados e a gente fiscalize. Não podemos caracterizar isso como competição com o mercado; pelo contrário, temos que caracterizar como contribuição para a consolidação no mercado. Eu estava no Conselho Universitário quando se fez a reforma do Estatuto. Eu propus que se voltasse com o IPT para a USP, só que com uma outra característica, porque ele foi da Escola Politécnica, e um governador com a intenção de torná-lo operacional o retirou da USP. Isso é um erro, pois a

prestação de serviços regular depende de profissionais contratados para isso, mas os projetos de pesquisas são mais viáveis se eles têm bolsistas de pós-graduação. Em todos os países do mundo os institutos de pesquisa contam com bolsistas porque o pagamento mais importante é o conhecimento e aí é que as pessoas se colocam bem para a vida profissional. Esses institutos são centros de formação de quadros e de desenvolvimento de grandes projetos de pesquisa, de projetos mais ambiciosos e de longa duração. Em todos os países adiantados do mundo é assim que se faz; as áreas de aplicação precisam disso. Naquela ocasião, as reuniões do Conselho Universitário eram à tarde. De manhã, nas terças-feiras, reuníamos todos os interessados e houve uma aceitação muito grande da idéia de se criar um instituto de pesquisa tecnológica na USP, o que poderia significar a volta do IPT à USP. Mas isso significava uma decisão estatutária de se criar um instituto não só da Poli e das áreas tecnológicas, pois os tecnólogos queriam advogados, economistas, queriam áreas de ciências humanas dentro do instituto, respondendo especificamente pela área de prestação de serviços. Por exemplo, no caso de Letras, sempre precisam de traduções e versões extremamente ágeis, porque um instituto desse hoje precisa ser bilíngüe ou trilingüe, senão não funciona bem, tem que estar permanentemente ligado à escala mundial em várias línguas. Eu fiquei extremamente satisfeito porque a idéia foi acolhida, inclusive no sentido de trazer as ciências humanas para dentro desses institutos, que estaria competindo com o instituto criado na Unicamp, que é uma universidade mais recente e, nesse sentido, mais moderna.

**MI:** Esse projeto avançou?

**NGR:** Foi para o conselho, já era outro o reitor e no dia que estava sendo votado eu estava doente, não pude estar presente. Perdemos por um voto – por um voto! Talvez porque eu estivesse ausente. Eu não estava lá para defender o projeto, mas eu tive um apoio muito grande dos colegas e dos institutos... É claro que algumas áreas tradicionais também sentem que devem comprar a briga, mas nós podíamos

comprar essa briga e ela foi muito bem recebida no conselho.

**MI:** Como é que era pensada a articulação entre a teoria e a pesquisa aplicada?

**NGR:** Hoje já temos 10 laboratórios na FAU. Quando criei o primeiro, o LAP, foi um Deus nos acuda... Todo mundo queria examinar onde estava escondido o truque, porque parecia uma coisa fora do comum e, simplesmente, nós percebemos como o Estatuto previa que deveria ser organizada a pesquisa na USP e usamos o recurso. E isso abria o caminho para a pesquisa coletiva, para ter mais gente participando ao mesmo tempo; isso foi muito positivo. Nessa ocasião começaram a ser criados os outros. Mas alguns centros foram criados, na verdade, junto à Reitoria... O Estatuto previa isso: deveriam ser interdepartamentais ou interinstitutos.

**MI:** Na verdade, não são pequenos feudos? E assim também os laboratórios?

**NGR:** Pode ser que um laboratório torne-se um feudo, porque ele está proposto como uma unidade dentro do departamento. Mas o núcleo não deveria ser, porque ele deveria ser interdepartamental e interinstitutos. Criaram alguns centros com gente só de um instituto ou de um departamento, eu contestei no conselho. Como nessa época meu acesso à Reitoria era pequeno, as pessoas fingiam que não ouviam os meus discursos no Conselho de Cultura e Extensão sobre o assunto, mas eu protestei. Eu acho que não tem sentido criar um núcleo dentro de um único departamento; é mais lógico criar um laboratório, mas os núcleos já são uma lição do caminho para se criarem órgãos interdepartamentais, que podem envolver gente de mais de um laboratório. Se nós recebemos verbas específicas para os projetos, depois que os equipamentos são adquiridos ou conseguimos telefones, coisas assim, a quem pertencem? Elas pertencem a algum órgão, não às pessoas: ao laboratório dentro do departamento ou ao núcleo que congrega essas pessoas numa finalidade específica. No caso de seu fechamento passam para a instituição.

Agora, tanto em nível federal, como e sobretudo na Fapesp, já há alguns anos se começou a executar a

implantação de projetos um pouco mais amplos, com maior duração, maior amplitude, e, se possível, com maior número de pessoas responsáveis. Nós já temos os projetos temáticos e nós temos hoje uma série de áreas de alta qualificação, de excelência, ou áreas com projetos na escala de 1 milhão de dólares ou mais, para atuarem na escala de 5 a 10 anos. Está se percebendo que temas mais complexos exigem investimentos maiores e também julgamentos mais severos, mais complexos, mais controle... Essas coisas estão sendo criadas pelos órgãos de pesquisa, portanto isso não é mistério. Tem gente da FAU participando disso, neste departamento, com resultados positivos e com o prestígio decorrente. Portanto, não há razão para nós não termos mais projetos temáticos e mais áreas de excelência com participação de gente da FAU ou de iniciativa de gente da FAU. Eu acho que esse é o caminho lógico. É o que existe em outros países e é o que está sendo implantado pelas áreas que lideram o desenvolvimento científico e tecnológico. Nós não temos muito a inovar nesse sentido. Temos que nos guiar pelos modelos e usá-los bem, coisa que nós apenas começamos a fazer. Mas eu acho que, considerando o tempo percorrido, amadurecemos de modo relativamente rápido. Em duas gerações houve um amadurecimento da pesquisa: quando eu pedi tempo integral como professor da FAU, eu recebi uma modesta salinha num corredor.

**MI:** Eu lembro, tempos depois, você ainda como o único professor em tempo integral. Em termos do ensino, como é que toda essa política poderia redefinir nossas disciplinas e a nossa organização das disciplinas?

**NGR:** Eu penso que cada grupo de disciplinas ou cada área deva responder por um encadeamento completo de disciplinas, de maneira que se um indivíduo vem para se formar com um professor de História da Arquitetura, ele possa ter uma formação sistemática pelas disciplinas que são oferecidas.

**MI:** Complementando a questão, o ensino de História da Arquitetura poderia ser feito de forma interdepartamental, ou pelo menos, professores de

outros departamentos poderiam orientar História da Arquitetura?

**NGR:** Eu acho que existem muitas especificidades na área de História da Arquitetura. Mas para que os professores de outros grupos de disciplinas possam dar aula na nossa área, devem discutir o assunto com cuidado; e vice-versa. Estou pensando, por exemplo, no caso do paisagismo: eles podem oferecer uma disciplina, a História do Paisagismo, no departamento deles e que seja recomendável para o nosso eixo do Departamento de História da Arquitetura e Urbanismo. Existe uma certa especialização na história, por exemplo, do desenho industrial. Orientar na formação da história eu acho um pouco mais complicado porque exige um método e o método, a princípio, é de responsabilidade daquela área. Quem não tenha feito um bom trabalho de método na nossa área comete enganos sempre mais ou menos elementares. As pessoas repetem hoje erros do começo do século 20, já quase um século depois. Um erro de quase 10 anos é grave em termos de método. Por exemplo, o planejamento urbano, quase todo é realizado no Brasil com base em estudos setoriais, na soma de estudos setoriais. Isso é o mesmo em termos de ciências humanas que a teoria dos fatores, que é uma teoria carente de visão de conjunto. É por isso que as pessoas fazem planos diretores, escrevem e desenham dezenas ou centenas de páginas, sobre todos os setores e depois não têm proposta nenhuma de conjunto, o que seria a consequência, a diretriz geral, e propõem mudanças de sistema viário. Porque no fundo eles estão fazendo engenharia, não estão fazendo planejamento urbano. Então, acho que essa formação metodológica precisa ser aprofundada. Mas eu penso outra coisa: que uma disciplina de História do Paisagismo, eventualmente, pode ser dada por um professor de um departamento e de outro; História da Arquitetura, idem. Eu acho que essa participação de professores de mais de um departamento, existe, por exemplo na História do Desenvolvimento da Construção Civil do Estado. Eu teria prazer em dar aula junto com o professor Jorge Oseki, por exemplo, que desenvolveu estudos desse

tipo. E eu venho, há mais de 15 anos, desenvolvendo estudos sobre isso. E essas disciplinas ficarão mais ricas se tiverem professores de mais de um departamento ou grupo de disciplinas. Agora, ela pode servir para tecnologia, pode servir para história, formação histórica. Já para projeto, ela é mais inadequada. Restauro tende a ser um setor específico no Departamento de História, mas isso não quer dizer que não haja gente no Departamento de Projeto capaz de participar. Nós temos vários colegas premiados em projeto que poderiam participar. Temos professores da área de História da Arquitetura que são premiados por projetos de arquitetura. Poderiam perfeitamente ser professores de projeto. Às vezes há até alguns planos de roubar professores de um departamento para o outro, o que é perfeitamente legítimo. E houve uma época em que o Abraão Sanovicz<sup>4</sup> e eu tínhamos mania de estabelecer o sistema de estágio de seis meses ou um ano, de um semestre ou dois, de um professor em outro departamento. Ele queria muito passar seis meses aqui conosco neste departamento. Eu acho que essas flexibilidades não podem ser ignoradas.

**MI:** O que está faltando aqui para que essas coisas fossem assumidas? Falta uma visão, falta uma liderança ou falta uma capacidade de trabalhar em conjunto?

**NGR:** Falta uma capacidade operacional de organizar um modelo e implantá-lo. Os arquitetos têm esse hábito de continuar discutindo *ad infinitum*. Todo cliente sabe que se não marcar prazo, o arquiteto não entrega o projeto, ele sempre quer aperfeiçoar o projeto. E os nossos livros são assim. Há colegas, por exemplo, que nem são arquitetos, mas ficam trabalhando as suas pesquisas do doutorado infinitamente; no caso da livre-docência mais ainda. É por isso, inclusive, que se desenvolvem muitos estudos aqui e eles não são publicados. Sabe o que está acontecendo? Eu me impressionava na SBPC, nas reuniões anuais, que os outros institutos, ou as outras áreas profissionais, organizavam encontros para os seus alunos. Os alunos eram levados a apresentar trabalhos de engenharia, sociologia,

antropologia. De arquitetura, não. Bem, o que está acontecendo, é que hoje nós temos um número de candidatos a mestrado tão grande, que se o aluno chegar com dois ou três trabalhos publicados, ele pode conseguir uma vantagem e ser mais cedo admitido na pós-graduação. Então, depois de algumas dificuldades, estou empenhado em obrigar os meus pupilos a transformar em produto tudo o que eles estão fazendo. Do ponto de vista da produtividade cultural e científica isso é fundamental. Tudo que se faz tem que ser transformado em produto, tem que ser socializado. Mas nós não temos essa tradição, nós somos muito folgados. Os nossos colegas professores de Projeto fazem projetos o ano inteiro e não publicam nem nas revistas de arquitetura. Então, se os parafusos forem apertados, nós vamos organizar uma verdadeira linha de produção, de modo que todo trabalho não seja dispersivo, que as pesquisas de pós-graduação e de graduação estejam mais integradas, e a extensão também, de forma que o tempo todo estejamos tirando produtos.

**MI:** Eu queria dizer que na verdade muito dessa produção já está saindo, os parafusos já começaram a ser apertados. Uma dificuldade em obtê-los é que nossa produção da pós-graduação vai aparecer como produto de outras escolas, porque nós formamos todos os doutores do Brasil. Esses doutores estão nos seminários apresentando seus trabalhos que nós orientamos e a nossa produção não comparece como a produção da FAU, simplesmente porque não é classificada aqui como tal. Bom. Quer dizer, existe um enorme serviço burocrático também atrás disso, que é quase impossível uma secretaria de pós-graduação dar conta. Aqui, especificamente, exige-se de um chefe de departamento, de um chefe de pós-graduação, um trabalho de administração que lhe toma todo tempo. Quer dizer, existem vários entraves a um funcionamento adequado.

**NGR:** Hoje, a comissão está consciente disso. Eu protestava há alguns anos que nós temos 700 alunos na pós-graduação e só 4 ou 5 funcionários, ao passo que todos os outros setores da FAU funcionam aqui na Cidade Universitária. A pós-graduação é da faculdade mas é muito comum lá se

dizer a “FAU Nova” ou aqui se referirem à rua Maranhão como uma coisa estranha. E houve administrações aqui em que a Assistência Acadêmica e a Administrativa nunca iam à rua Maranhão. E passavam os trabalhos administrativos e acadêmicos para a Coordenação da Comissão de Pós-Graduação. É um absurdo o professor, coordenador da pós-graduação, ter que cuidar da limpeza dos banheiros na Rua Maranhão. Numa ocasião eu disse a uma colega nossa: você pega a chave, fecha o prédio, vem no dia da Congregação, joga a chave em cima da mesa e diz: assumam a faculdade. A pós-graduação é da FAU. Felizmente hoje há essa consciência. Ela tem que ser organizada. Se ela for mais descentralizada, nós vamos usar mais as estruturas dos departamentos e certas coisas que ficam distantes vão ser resolvidas no cotidiano, nos departamentos. Isso vai simplificar muito, porque em outras escolas a comissão tem funções de coordenação geral; ninguém empurra serviço extra para a CPG. É muito complicado registrar diplomas, certificados, controlar o desenvolvimento de todos esses programas, divulgar em escala nacional, providenciar as publicações. Acho que isso é a especificidade inegável da comissão. Isso está sendo mal desenvolvido porque a comissão está tendo que fazer aquilo que não é dela. Nós precisamos não perseguir a comissão. Nós temos que ajudá-la a descentralizar, para viabilizar. Acredito que essa reforma que está sendo pensada agora deve nos abrir uma perspectiva. Claro que nós vamos errar ao fazer isso. Mas nós erramos em tudo que nós fazemos. Nós aqui estamos numa escola de se fazer, na atividade experimental. A construção civil é experimental. Toda obra quando chega ao fim tem algum erro; a gente tem que refazer. Vamos por tentativa e erro; a clínica progride assim, não é? Ela nunca termina. Então não há nada de espantar que a gente cometa erros. Mas que o novo modelo é mais adequado para administrar a pós e para captar recursos, desenvolver pesquisa, extensão e ensino,

eu acho inegável. É por isso que os outros estão usando isso. Eu acho que nós vamos melhorar, estou otimista com o empenho das pessoas hoje em seu esforço para aperfeiçoar. Mas precisamos também publicar os trabalhos que são feitos, muitos excelentes trabalhos na pós-graduação, no mestrado e no doutorado, que ficam aí esquecidos nas gavetas, inclusive TGs<sup>5</sup> que precisam ser valorizados. Muitas faculdades de arquitetura têm boas revistas. Eu acho que esta questão vocês teriam que discutir com o Minoru<sup>6</sup> para justificar perante a Fapesp. Nesses projetos de infra-estrutura técnica, a FAU pediu uma impressora de alto nível em cores, outra além da que nós temos. E foi negada porque não foi justificada em termos da pesquisa. Se nós organizarmos a produção da pós-graduação, que é pesquisa, e mostrarmos a importância disso numa escola de arquitetura, certamente nós vamos obter os meios para produzir aqui, com facilidade, revistas para publicar projetos, para publicar esses trabalhos, publicar séries de teses, etc., sem o quê nós não podemos conversar com as outras escolas daqui e do exterior. Acho isso fundamental para prestigiar esse trabalho. Acabam sendo publicados lá fora, mas foram feitos aqui, com o nosso sacrifício também. A gente sabe como é isso. Não existe tese sem sacrifício.

**MI:** Bom, você quer acrescentar ainda alguma coisa?

**NGR:** O que eu acho importante nesse diálogo é que vocês estão tomando a iniciativa de registrar este diálogo. E aí, as posições e as opiniões ficam mais claras e ficam registradas. Quando a gente discute nos departamentos e Congregação não se registra e as posições se confundem. A vantagem de fazer o trabalho que vocês estão fazendo é que as posições ficam mais claras e o plano de responsabilidade também. Se amanhã fizerem o que eu estou dizendo e der tudo errado, vocês vão poder saber quem são os responsáveis.

(1) ANHAIA MELLO, Luís Inácio – Urbanista, fundador da FAUUSP.

(2) PIGNATARI, Décio – professor de

(3) SOUZA, Maria Adélia de Souza – Geógrafa, foi professora da FAUUSP até a década de 80, depois do Departamento de Geografia da FFLCHUSP.

Atualmente trabalha na Unicamp. Foi secretária de planejamento do governo Paulo Egydio no estado de São Paulo.

(4) SANOVICZ, Abraão – Professor de Projeto de Edifícios no Departamento do Projeto da FAUUSP falecido em 1999.

(5) Trabalho de Graduação Interdepartamental, atualmente TFGs – Trabalho Final de Graduação.

(6) NARUTO, Minoru – Professor do Departamento de Projeto e coordenador do Laboratório de Programação Gráfica da FAUUSP.

# P

AULO MENDES DA ROCHA

O22

pós-



Arquiteto e urbanista várias vezes laureado. Afastado compulsoriamente em 1969, retornou à FAUUSP em 1985. Professor titular por notório saber, aposentado por idade, de Projeto de Edificações da FAUUSP. Destaca entre suas obras Loja Forma (1987), Museu Brasileiro da Escultura (1988), Terminal do Parque Dom Pedro II (1996), Reforma da Pinacoteca do Estado de São Paulo (1998), todos na cidade de São Paulo.

**Wilson Jorge:** Qual a relação arquitetura e pós-graduação?

**Maria Irene:** Quais são os caminhos?

**Paulo Mendes:** Na minha opinião, a essência do dilema – porque há um dilema com a arquitetura – é a sua aplicação prática no mercado que aí está e sua visão histórica como forma de conhecimento com relação àquilo que poderíamos chamar problemas. No âmbito da cidade todos ameaçam rigorosamente até a própria existência humana, o futuro, etc. Portanto, eu tinha vontade de imaginar como faríamos para, de uma maneira consistente, não ficar com um discurso muito agradável, mas difícil de sustentar, principalmente no plano acadêmico, que é sempre o nosso horizonte numa reunião como a em que estamos. Arquitetura como forma de conhecimento, no *stricto sensu* da palavra, uma experiência dos homens, quanto às suas instalações urbanas, que não querem dizer outra coisa senão o lugar ideal para a sua existência e, principalmente, a sucessão, a continuidade da experiência, que só se faz com a vida. Então, a idéia de gênero humano e a vida de cada um de nós são muito interessantes para se considerar essa questão, para tentar esclarecer o conceito e dar consistência à arquitetura como forma de conhecimento. Ele não é uma forma de aspiração ou uma demanda, ao contrário, é uma inexorável necessidade, porque está ligado à própria idéia de vida, sobrevida e futuro, de sucesso, de sucessão das idéias.

Há um raciocínio muito interessante quanto a isso citado por Argan: a idéia de que a imaginação é técnica pura. O homem só imagina de modo técnico. Estamos convencidos, ou já destinados pelo ponto que chegamos na existência humana, a saber, que a concomitância entre consciência e linguagem é inexorável. Ninguém poder ler o pensamento do outro. Você tem que transformá-lo numa “coisa” para o outro poder ver. Isto se você puder chamar de “coisa” uma música que chega ao ouvido, quer dizer, que você tem que produzir um impulso... é coisa... é vibração! Um poema é uma coisa, a letra é uma coisa. O que seria do “B” sem o “A”?

**WJ:** Tudo tem suporte material?

**PM:** Tem que ter ... é há até uma frase de Marx, por que não?: ... *a linguagem é a única existência real do pensamento*

**MI:** E neste final de século, que parece que as pessoas vivem só o momento presente, desistiu-se das utopias?

**PM:** Não é verdade! Não é verdade se você conversa com um poeta, um cientista, quem pensa, enfim... Por exemplo, acho que entre nós muita coisa vai mudar, inclusive na área conceitual, o que envolve o próprio significado das palavras. Eu me lembro de um artista, de quem eu não gosto, é melhor não dizer o nome... Ele numa entrevista disse: *“Eu não sou intelectual”* É muito bonito dizer isso, é pedante um artista dizer que não é intelectual... Mas até mesmo o que é a arte popular, a arte erudita, ou os conhecimentos popular ou erudito, são questões cuja tendência, na sua conformação, é confundir ou transformar em mais que revolucionárias ou conservadoras duas concepções, duas formas de pensamento, do que seja erudito e popular. Se você imaginar o Renascimento, como é discutido, por exemplo, por especialistas que estudaram essas coisas... A obra do Rabelais, o elogio que está implícito lá à força da cultura popular para as transformações reais, mostra em que medida ela é popular, revolucionária. É um problema de técnica também. Hoje não existiria mais cultura popular: só cultura, quer dizer, só consciência, linguagem...

**MI:** E a cultura de massa? A indústria cultural?

**PM:** Cultura de massa, por que não? Nós sempre vemos a cultura de massa como um tipo de cultura, a nova cultura, que vai massacrar, para usar a palavra, o que não é necessário. Se você imaginar o plano de solidariedade, etc., é o que nós esperamos, não é? Gozo do conhecimento.

**MI:** Onde se vê solidariedade?

**PM:** Bem, eu não sou muito moralista, eu não acredito no valor dessas palavras, elas são empregadas com demagogia. Só existe o gênero humano porque ele foi solidário lá pelas tantas... o que é essa questão da consciência da linguagem: você avisa o outro daquilo que você descobre...

**Jorge Oseki:** Creio que na década de 60, estávamos enxergando melhor as utopias. Não que não haja utopias, mas talvez elas sejam mais difíceis de se perceber. As utopias de hoje e da década de 60 são as mesmas?

**PM:** Você pode não aceitar certas afirmações correntes hoje em dia. Uma delas é a de que já não se acredita nas utopias. O que estamos é medindo melhor os descabros. A nossa indignação, por exemplo, em relação à miséria, fome, etc., é o resultado da consciência sobre algo que há muito tempo estava aí. Lembro-me de um desenho que vi num livro, que me impressionou muito e que agora não sei citar. Eram gravuras do último navio negreiro que a Inglaterra nem chegou a produzir, mas já tinha desenhado: gavetas onde ficavam os corpos, corredor onde ficavam as bocas, outros onde saíam os dejetos... Está desenhado! Está registrado. Hoje você faz um navio desse tipo, especializado, e faz um tipo de transporte, em contêiner, muda a geometria do navio... Você fazer um novo navio negreiro!... Nós vivemos o dilema da consciência em outro patamar. Inclusive com uma comunicação eficiente e rápida. A discussão está aí. Nós estamos caminhando ou para um desastre total, ou para um nível de consciência que vai transformar a humanidade definitivamente. Para algo que seja resolvido. Estamos tropeçando muito nos mesmos problemas, outros problemas haverão de surgir. Eu acho que as coisas já mudaram.

**WJ:** O que acho importante é o rápido processo de mudanças. O tal liberalismo, com toda a sua força, já está em crise. Essas transformações são muito rápidas.

**PM:** É porque a guerra não acabou: essa última grande guerra, contraposição entre duas ditaduras – nazismo é uma ditadura também do mundo socialista, provocadas uma pela outra e a guerra fria, a Cortina de Ferro, tudo isso, as economias levadas todas para o esforço de guerra... Trata-se de uma guerra já fantástica, guerra nas estrelas e coisa do tipo. Tudo isso são fatos concretos. A história é aquilo que se faz, não é estória. A única possibilidade de conhecimento da história é você dar um balanço nos livros ao mesmo tempo. O resto não vai contar história

nenhuma. Nenhuma árvore que sobrasse da extinção do gênero humano ensinaria a ninguém fazer um navio. Não há virtude na madeira, nem na árvore. Só há virtude no desenho do navio. Uma coisa que eu vi discutida em Portugal, muito engraçada, quanto à essa feira dos 500 anos. Havia muitos elogios à madeira, porque madeira... usaram nos edifícios comemorativos, muita madeira... Porque as caravelas, etc... Aí alguém disse lá num debate, uma coisa assim muito bonita: *“mas a madeira não vale nada, o que vale é o navio”* Portugal tinha que ter feito mais pavilhões com navios, os desenhos, as técnicas, etc. Sagres e não as florestas. Fazer um banco de madeira para elogiar as caravelas, isso é uma burrada. Vamos chegar na nossa casa. O caso brasileiro e o caso da FAU dentro da USP são um problema eminentemente de consciência, da magnitude da questão que pensamos. E da possibilidade que se tem (que haveria ou que há eventualmente) de fazer – e isso é o que deveria ser levantado – florescer, clarificar o discurso sobre a arquitetura que saísse dos cânones convencionais e da prática usual do que se vem fazendo. A idéia é enfrentar essa questão do conhecimento no caso da arquitetura. Tentar enfrentar para fazer uma reflexão. Ter coragem de fazer uma reflexão. Ter coragem de estabelecer um plano de conversa em que não se tivesse medo de dizer: estamos na teoria, alguma teoria que pode ser contestada, discutida, etc., sobre a questão. Por onde se tirasse, talvez, da frente, esses empecilhos quanto à dimensão das coisas. Há um momento em que posso falar de território; outro em que possa falar de urbanismo; e um momento em que eu possa falar de uma casinha ou de uma estação rodoviária, ou de um palacete. Para compreendermos que a questão da disposição espacial, da técnica, da mecânica, quanto ao estabelecimento do hábitat, é uma questão eminentemente de arquitetura. Como quem vai começar a reconhecer e tirar o chapéu para Saturnino de Brito e ver Santos como, antes de mais nada, a constituição de um território, a transformação de mangues em território construível, ganhados do mar, portos... e daí surge a arquitetura, não como um subproduto, mas como imanência disso mesmo.

Veneza tem sido o exemplo mais flagrante, digamos assim. Os palácios surgem como o florescimento daquilo que já é fundamental à arquitetura de Veneza, os canais, aquilo tudo... Por um desejo configurado com clareza, também tem essa. Arquitetura não pode ser puro devaneio. Ainda que você possa convocar isso, o seu corpo, enquanto arquiteto, vai impor-se lá pelas tantas. É fruto de um desejo nítido, e essa idéia de nítido é um desejo que pode receber solidariedade, evidentemente de acordo com o andamento da sociedade, etc. Navegação, mercadoria no coração da Europa. O Adriático? É navegável, é capaz de fazer isso. Entretanto, entra em contradição lá em cima, porque torna-se um lamaçal, um mangue. Então, há que construir um território de maneira navegável, etc. etc. Surge, inclusive, uma arquitetura já simbólica, fruto dessa experiência, como que louvando essa experiência.

**MI:** Isso exige um sujeito histórico?

**PM:** Estamos condenados a ser um sujeito histórico.

**WJ:** Nós homens ou nós arquitetos?

**MI:** Nós temos um desejo de sermos um sujeito histórico pelo que você acabou de dizer. Se não tivermos o desejo de ser sujeitos históricos, nós seremos passivos, com sujeitos poderosos decidindo por nós. Existe sempre diferença, a sociedade não é um bloco único, um homem só. Então, ela se divide. Há certos grupos que constroem um projeto hoje. Quais são esses grupos e qual é esse projeto? Frente a isso é que os demais homens podem se posicionar.

**PM:** Eu não acho que os arquitetos possam ter projeto algum para salvar o gênero humano. É uma questão do gênero humano que aprendeu a ser arquiteto, entre outros malabarismos. Pode ser marinheiro ou arquiteto. Eu não acredito muito no poder de um grupo. É a experiência que eu comentei e a sociedade lá pelas tantas pode se organizar, e ... quem sabe isso vem para cá...

**MI:** Os artistas, por exemplo, não dão um exemplo para os demais? Não exercem uma certa liderança? E eles não têm que saber muito claro o que querem? Até para um projeto social?

**PM:** Eles sempre sabem! É muito difícil um artista fazer algo sem saber o que quer, não consegue! Todo

projeto que você faça está condenado a ser social. Você pode fazer um projeto individual. Geralmente quem faz vai para a cadeia, inclusive como assassino, etc. O criminoso é um sujeito que fez um projeto muito individual, que interessa só a ele. Essa mesma sociedade é que tem capacidade e poder de abjurar, condenar ou renegar certos projetos, como é a questão da especulação pura e simplesmente imobiliária na cidade.

Aqui faltou, já podia ter vindo atrás, uma questão quanto à idéia da FAU e do curso, que pretendia uma teoria, não estabelecer uma teoria, mas elaborar um plano teórico, considerar que no plano crítico... É a questão da América, já que temos uma experiência muito particular quanto a tudo isso. Trata-se mais uma vez da inauguração, do conhecimento da época. Portanto, em um território que é como um planeta novo. Diziam-se, por exemplo, que a terra não era uma esfera... Então, a ciência e as aventuras, como hoje, negaram isso. Se os homens não forem até lá, muita coisa fica em dúvida.

**WJ:** O Manuel Bandeira diz que o povo brasileiro é um português à solta, acho que vê muito bem esse novo deslumbrar, esse novo continente absolutamente apto a ser ocupado.

**PM:** Sem dúvida, não se pode dizer que a Europa não soube o que fazer com a América. Ao contrário, soube muito bem, mas errou. Fez um projeto errado, errático: a colonização, o extermínio das populações que aqui estavam, etc., a escravatura e tudo isso. Um livro entre outros, que se chama *Continente vazio* tem algo muito bonito.

**JO:** Lembra um pouco Milton Santos<sup>1</sup>: o Brasil é um país novo, das diferenças que convergem para um futuro quando comparado com a Europa, cujas diferenças têm um passado comum. Acho que é um pouco isso. Vocês estão próximos disso. Mas a clareza, a nitidez do projeto de Veneza, beleza tinha que ter outro critério, não o mercado. Mercado para criar essas sociedades. Quem é a base da solidariedade hoje?

**MI:** Hoje temos a consciência sobre a natureza?

**PM:** Nós temos que criar a paz da sobriedade; hoje, há um projeto futuro. Nós estamos entendendo esse

distúrbio, estamos enxergando espacialmente tudo isso no futuro. Eu creio que sim, sabe a partir de onde? É uma coisa difícil, é preciso justificar. É porque são muitos milhões de anos que nós estamos aqui, não vão jogar fora isto por uma questão de consciência, mesmo porque é próprio do gênero humano preservar a vida. O que acontece é que justamente esse ímpeto é também o caldo de cultura das degenerescências. O nazismo não foi outra coisa senão isso, digamos assim, para aquele grupo diante de um pavor horrível, de um desastre ou de uma medida errática do futuro do mundo. A guerra não acabou, nós estamos construindo a paz, não se sabe como fazer a paz, solidariedade mundial. Mas ela está construída na essência de tudo. Eu tenho a impressão, inclusive, que hoje em dia, no sentido da palavra hoje, as coisas deram uma mudada bastante interessante. Basta ver três fatos que são extraordinários: a eleição do primeiro-ministro inglês, Tony Blair, a visita do Clinton à África, quando ele foi com o Mandela visitar a cela deste, e nos mesmos dias, sua mulher, que não foi junto, declarando, nos Estados Unidos, que tudo aquilo que se fazia em torno de Clinton – e inverteu completamente o andamento da questão – era um complô da extrema direita americana. Que fantástico!

Outra coisa para mudar no mundo, porque isso revela uma consciência de que temos que reconsiderar a questão do mundo subético, inclusive na Revolução Russa. Essa paz não está feita ainda, só há um sepultamento como conteúdo da paz étnica, o mundo talvez ainda aprenderá com a gente. Eu acho que sim, porque esse capítulo vai se resolver em outro capítulo, mas o que eu quis dizer na minha aula é que nós estamos num momento de defender, que então nunca haja guerra na América Latina, que sejamos campeões da paz. Antes que ela venha, porque é fácil aos interesses internacionais. Quanto a essa questão da paz, pode-se estabelecer uma crítica fundada nessa questão da mundialização baseada estritamente no comércio. A indústria do mundo inteiro estava dirigida para a guerra e, na verdade, o que está se fazendo é tentar redirecionar esse potencial que era imenso, para um lucro que

vem dessa adequação do consumo. Isso vai liquidar com o mundo, com certeza, e a consciência sobre essa possibilidade vai fazer com que se corrija. Eu acho que, durante algum tempo ainda, os países têm que cultivar as suas particularidades quanto ao problema da economia interna e tudo isso. As contas têm que ser dirigidas com mais cuidado em relação ao essencial, nunca ao supérfluo, absolutamente supérfluo, durante algum tempo, já que há fome, indigência ainda para sanar. Pode-se até imaginar como desejar uma sociedade de consumo só do supérfluo, ou só do prazer. Não vejo mal que se imagine isso, um dia possível. Mas, vejo sim, se imaginar as crianças que estão morrendo na África e a dívida, digamos assim, do ponto de vista ético, como a questão histórica da exploração do continente africano, tudo isso. Tudo isso faz com que esse homem não tenha dignidade, nem que continue tentando, explorando, etc. Portanto, nós temos obrigação de amparar todo o gênero humano com comida, ar, habitação, etc. É a demonstração da possibilidade de nossa existência no universo. Uma questão filosófica, ética, moral, sem a qual estaremos na mesma guerra da última guerra: raças, triunfos, privilégios.

**WJ:** Mas foi isso exatamente que ocorreu pelo menos nas duas últimas décadas.

**PM:** Ocorreu, e é o que não está dando certo.

**JO:** Toda a arquitetura construída nesse período e visível nas grandes cidades do mundo é essa.

**PM:** Sim, mas isto não chega a ser uma constatação. É como se você tirasse uma fotografia e dissesse “Tá vendo, olhe aí!” Aí outro especialista pega uma lente, aumenta e diz: “Não senhor, isso é uma régua.” Isso não é um piquenique de indivíduos humanos. É falta de atenção. Não é pelo fato de terem feito esses prédios e essa degenerescência toda, que é este o andamento. Ao contrário, nós da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, de quem estou sendo porta-voz, estamos fazendo a crítica disto. Quanto a esse aspecto prático da nossa área, que já explorou esse território de uma maneira talvez indigna, com loteamentos e tudo isso, ainda existe esse instrumento ultramoderno (melhor ainda não vi), uma variante do

edifício vertical, elevador, lajes sobrepostas, ímpar, concentra as habitações em torno do serviço, em torno das economias, até do lúdico e da beleza, como é o caso de Copacabana, Ipanema: “*queremos ficar aqui para que as crianças possam tomar banho de mar*” Pois bem, você editar esse artefato em si moderno, um prédio, edifício moderno com elevador, em cima do loteamento anterior, é uma estupidez do ponto de vista técnico. Então, é fácil para nós mostrarmos que isso é um erro. Agora se faz o mesmo com o automóvel: do jeito que está na cidade é um erro. Em São Paulo, você admitir que um dia por semana você não pode usar seu automóvel, já é uma forma de mostrar que há uma consciência sobre estarmos à beira do desastre. Eu nem me oponho a isso. O próximo passo serão dois dias, até que o automóvel não saia mais.

**WJ:** As instituições criadas pelo próprio homem levam a um sistema de produção que obriga a consumir um carro, que entra em contradição com as condições da própria cidade. Isso é algo que a sociedade não tem controlado. Quer dizer, fala-se de um desastre e o processo continua. A lógica da produção é irracional, ela leva a absurdos desse tipo.

**PM:** Mas eu não vejo como se pode afirmar que o sistema obriga um camarada a comprar um automóvel. Ao contrário, já mostrou que o melhor que o cara pode fazer é nunca mais usar automóvel, só andar de táxi e metrô numa cidade.

**WJ:** Hoje em dia, a pessoa que não tem automóvel está perdida, se tiver que se deslocar com eficiência nessa metrópole.

**PM:** Porque não fizemos toda linha de metrô que tínhamos a fazer. Na verdade está para ser feita.

**MI:** Bom, esse é um ponto essencial para a nossa entrevista. A cidade está para ser feita. O que podemos fazer? O que seria recomendável começar a fazer?

**PM:** Ah! Chame os artistas, chame os arquitetos! O que quer? Nós temos que inventar a cidade contemporânea, você conhece ensaios belíssimos.

**WJ:** Sem uma política que desse oportunidade à cidade, essa cidade não vai ser construída.

**PM:** Mas a política não pode vir do céu. O político sou eu e você, os políticos somos nós; exemplares das classes, quem vota é político. Nós temos muita facilidade de aceitar os engodos da mídia. Os políticos não valem nada.

**WJ:** O nosso sistema permite votar uma vez a cada 4 anos e engolir o que acontece durante os outros 4.

**PM:** Não creio que seja assim. O plano político que aí está tem rejeitado governos, tem desprezado governos e elegido outros, etc. A Inglaterra pode-se dizer que liquidou, abandonou, a experiência da d. Margareth Thatcher e adotou uma outra ligada ao trabalhismo, que é aberto para os interesses da sociedade. O trabalhismo representa mais a invenção e o avanço que os conservadores. Tudo isso é muito interessante. Acho que são momentos.

**JO:** Sobre ensino público e privado, você gostaria de falar alguma coisa?

**PM:** O privilégio do ensino, de uma maneira geral, é poder se libertar da questão do mercado e do lucro. Portanto, acho que ensino público é indispensável. Você não precisa negar o ensino privado. O ensino privado pode sempre ter, como o ensino público, um paradigma. Porque a liberdade de ensino público, do ponto de vista da crítica sobre tudo isso, a sua inserção na sociedade, etc., faz com que se possa imaginar que nele sempre as cátedras serão mais brilhantes. É difícil você não imaginar que a escola particular submete-se com mais facilidade às regras de mercado.

**WJ:** A proliferação de escolas particulares na área de arquitetura, tudo isso é muito complexo. Seria responsável pelo baixo nível de ensino?

**PM:** Mas como você pode dizer que o ensino é baixo se você não tem outro mais alto? Portanto, para nós é ótimo. Existe lei, também é muito fácil defender que não deveria haver lei, que você pode montar uma escola livre de arquitetura. Portanto é melhor deixar as coisas andarem e confiar, que na hora “h” o homem saberá preservar sua presença no universo. Não sou a favor da extinção.

**WJ:** Mas isso não seria dizer na prática que as leis do mercado resolveriam o problema da qualidade? Porque na hora em que não resolverem, gerações de profissionais acabam malformadas.

**PM:** Eu tenho uma esperança inclusive, esperança, fundada na idéia de que essa história de mercado não vai durar muito. Nem que dure um século. Não estou pensando na minha existência. Na história da humanidade isso não vai durar muito. Lá pelas tantas nós vamos desprezar o mercado. Porque o mercado surgiu de algo que você nunca tinha visto e ainda hoje porque há possibilidade da produção industrial, etc., etc. Mas lá pelas tantas, é possível fazer qualquer coisa porque não vamos mais nos preocupar tanto com essa questão.

Aqui foi discutida uma coisa no aspecto do mundo de hoje com a qual eu não concordo absolutamente. É o que você chamou de concorrência entre as cidades. Eu não sei se é possível concorrência entre as cidades. Enquanto no Rio de Janeiro você vê a Pedra da Gávea, o Morro dos Dois Irmãos, o Sofá da Gávea e o Oceano Atlântico, uma cidade na Suíça ou no interior da Europa Central, não vai poder competir. Não há como defender a idéia da competição com sentido. Não vejo como podem competir.

**WJ:** Sempre em relação a atrair investimentos de fábricas ou utilidades que vão promover o desenvolvimento que as cidades estão ávidas por receber.

**JO:** A arquitetura tem um papel misto, porque é o Museu de Bilbao, é a política de Barcelona e a Nova Sevilha.

**PM:** A gente podia fazer a crítica de tudo isso. Não necessariamente negativa, quem sabe nós concordemos em altos elogios. Mas eu tenho a impressão que a Cidade Olímpica é um desastre, é uma coisa que não rende nada, empregaram bilhões de dólares. Na minha opinião, se a Espanha tivesse empregado na América Latina o que ela empregou na Feira de Barcelona e na Olimpíada (são coisas que vão à casa do bilhão de dólares), se tivesse feito de comum acordo duas ferrovias transversais ao Tratado de Tordesilhas, se tivessem ligado o Atlântico ao Pacífico, feito investimentos aqui, tudo isso forneceria muito mais do que qualquer idéia de competitividade *stricto sensu* de competição entre cidades. Com “tudo isso” eu quero dizer empregos, espacialidade da vida, etc., etc. Na verdade tanto

Bilbao como Barcelona são duas cidades muito pequenas, muito pouco atraentes, se você comparar com, digamos, não com o Rio de Janeiro, só com a avenida Atlântica, Ipanema e Leblon. Uma besteira. Uma coisa é a comoção com a história que aquilo tudo representa, coisas que eles também acabam destruindo com tudo isso. E se eles forem copiar esse modelo, que eu acho tolo, eles estarão perdidos. É uma discussão do tempo de hoje, entre eles mesmos, os europeus. Eu li um jornal de comércio em Madri, até editado num papelzinho cor-de-rosa, como antigamente – a discussão entre os vinhateiros: indagavam se esse mercado do jeito que está não ia acabar, porque algumas poucas grandes adegas compravam todas as outras e faziam um *blend* daquilo tudo; portanto, as excelências iam terminar e amanhã o vinho espanhol podia vir a ser um vinho como outro qualquer. Então o que parece é ao contrário, que não há um povo que engole tudo. Haverá a necessidade de cultivar cada vez mais as excelências e, se quiser produzir vinho em massa, será um outro vinho. E não fazer um vinho de massa como um *blend* de todos os outros vinhos, porque senão você acaba com o “Garrafeira” ou o vinho tal, etc. A nossa vida tem que ser sempre, porque foi sempre assim, conduzida com uma visão dialógica: isso sim, isso não, isso e aquilo; mas nada para negar completamente, tudo para transformar. Eu não acredito nesse andamento do mercado de competição. Cansa os homens e aborrece.

**WJ:** Como você vê a importância da nossa pós-graduação para o ensino e a prática da arquitetura, do planejamento, etc., já que temos hoje cerca de 700 pós-graduandos batendo a graduação em número de alunos?

**PM:** Deve ser fruto dessa aflição da competitividade, quem não tem título de pós-graduado...

**MI:** Ou quem não tem trabalho...

**PM:** Porque você vê que eles se dirigem em massa aos cursos de pós-graduação, seja qual for o curso, eles querem o papel carimbado.

**WJ:** Não é a condição de poder sobreviver nesse mercado, um grau de especialização que o torne mais...

**PM:** Ele quer o título justamente por isso, você tem toda razão. É para poder sobreviver no mercado que está aí. Primeiro o mercado que surge com muita escala, como grande mercado, ser professor hoje é um emprego mais previsível para o jovem arquiteto. Porque há muitas escolas e é necessário um título de pós-graduação no mínimo, para ser professor, para exercer. Então todo mundo inventa curso de pós-graduação para suprir de quadros essa...

**MI:** Poderíamos então, ser mais rigorosos, selecionar mais?

**PM:** Olha, eu estou muito por fora da política da USP para dar um palpite. De qualquer modo, no Brasil, reduzir e elitizar nunca pareceu uma boa política. O melhor é você educar e formar o maior número possível, especialmente quando há a demanda. Era melhor ver como a escola podia organizar um curso tão concorrido de pós-graduação, do que tentar fazer um curso para meia-dúzia de pessoas.

**MI:** Nós fomos avaliados e consideraram que o nosso curso é dispersivo. Você acha que é?

**PM:** Avaliação não é muito confiável.

**MI:** Não se trata apenas da avaliação. A questão é se devemos continuar nessa linha de um curso único, uma área de concentração só, em que entram projeto, tecnologia, história, tudo. Pensa-se em separar o curso em vários outros cursos: curso de história da arquitetura, curso tecnologia da arquitetura, etc., ou de "superprojetos"

**PM:** Podia se pensar numa alternativa para desdobramento. De qualquer modo que não seria de

especialização propriamente dita! Ou seria declaradamente especialização, mas centrada na técnica. A questão do patrimônio, restauração de edifícios, etc., deveria ser só técnica! Porque não há questão nenhuma teórica que não esteja já envolvida antes. Ninguém vai restaurar o Teatro Municipal do Rio de Janeiro para destruir tudo aquilo lá e transformar formalmente. Portanto, são técnicas de como matar cupim na América, que é diferente de ter madeira em país frio, e rebocos de taipas, etc., técnicas que nós nunca desenvolvemos. Porque o nosso patrimônio, que é o melhor considerado, todo ele vai acabar. Acho impossível você conservar uma São Salvador velha de taipa. Você sabe que aquilo cai, não há dinheiro que conserve aquilo. Foi feito mesmo como uma cenografia efêmera, para ser efêmera. Uma coisa ou outra, sim. Como as igrejas douradas, mas aqueles anjinhos são de madeira. Às vezes o ouro está só na casca, se você põe o dedo sai farinha de cupim lá dentro. Não há uma filosofia... Eu acho que se podia fazer, junto com a Politécnica, novos produtos, química, como é que se restauram essas coisas? Como é que se conserva? Mais do que, com uma breve introdução, deveria ser um curso de *concretude*.

Mas isso, na minha opinião, não é o principal. O principal é uma questão de formação, não de informação. E diante do que há aí no Brasil, que a gente sabe, o que nós precisamos mesmo é dar uma corrigida na formação. Uma passagem crítica na formação. Um curso de pós-graduação deveria ser teoria, teoria e teoria.

(1) SANTOS, Milton de Almeida – Geógrafo baiano, várias vezes laureado, professor na Europa, África, América Latina e USA. Vem atuando na pós-graduação FAUUSP, desde a década de 70.

gg

IANCARLO GASPERINI

pós-  
030



Arquiteto. Professor titular aposentado de Projeto de Edificações e orientador na PG da FAUUSP. Destaca entre seus projetos recentes o edifício Os Bandeirantes (1992), a sala de espetáculos Credicard Hall (1997) e a renovação urbana Operação Água Branca (1998), todos na cidade de São Paulo.

**Maria Irene:** Gasperini, quero entrevistá-lo em nome dos editores da pós e de toda CPG, para que suas posições ajudem a formular um projeto de renovação da nossa pós-graduação, após quase 30 anos, curso que você dirigiu e Escola à qual vem dedicando sua capacidade e seu prestígio.

**Giancarlo Gasperini:** Acho que é muito oportuna essa tomada de posição da FAU em relação a compromissos que assumiram com a pós-graduação porque ela, a meu ver, é um dos pontos mais importantes da produção de conhecimento desse momento, porque é onde se produz realmente a pesquisa e onde se realizam realmente as procuras de maior interesse que são justamente aquelas sobre as quais se fundamenta todo o ensino básico. E a pós é, não somente aqui no Brasil, que até começou com um certo atraso, mas em toda parte do mundo, o ponto em que realmente existem melhores condições para se poder oferecer aos docentes e pesquisadores, opções de trabalho e de aprofundamento dos conhecimentos que eles querem realmente produzir.

**MI:** O que é que você pensa que deva ser a pesquisa apropriada à escola? Que tipos de tema? Que tipos de metodologia?

**GG:** O campo da arquitetura e da engenharia civil. Vamos incluir a engenharia civil também. Um campo que não foi suficientemente desenvolvido, se nós compararmos com os progressos que as outras áreas tecnologicamente tiveram a possibilidade de desenvolver. Ela ficou um tanto quanto para trás, principalmente dentro dos conceitos. Não de materiais, porque materiais existem, eles foram superpesquisados etc.; mas quanto ao conceito de sistematização da construção, dentro de processos de execução e de organização do espaço, nos quais poderiam avançar muito mais, se nós tivéssemos condições de aprofundar esses métodos de uma maneira mais coerente e de acordo com os tempos de hoje. As obras mais significativas da arquitetura do fim do século, esse último pelo qual nós acabamos de passar, são as obras que adotam metodologias de

trabalho, seja na área de projeto, seja na área de execução mais avançada e mais, digamos, revolucionárias com relação às metodologias tradicionais. Em termos puramente criativos nada muda, mas em termos puramente operativos muda muita coisa. E essa mudança tem que ser pesquisada.

Nós temos um vício muito grande porque insistimos, e com toda razão, que somos artistas e que temos que preservar nosso valor quanto à nossa produção. Porque brota realmente de toda uma postura intelectual, decorre da nossa civilização, de todos conhecimentos das áreas sociais, políticas e geográficas, enfim, e de toda a estrutura no mundo de hoje. Mas na hora de colocar para fazer funcionar toda essa criatividade, nós temos que recorrer a meios que sejam mais apropriados, e os mais adequados à época.

**MI:** Está pensando também em engenharia da produção?

**GG:** Não. Engenharia de produção é mais uma questão de instrumentalização da própria construção... mais a parte de montagem e produção, montagem com produção. Porque quando você imagina uma obra de arquitetura, você tem que já saber como é que ela vai ser executada, de que forma você vai pegar essa sua idéia e transformá-la em uma obra construída dentro de processos construtivos e métodos construtivos e sistemas. Quer dizer, há métodos, processos e sistemas. São coisas que se completam, que se complementam. É essa parte que nós não estamos absolutamente abordando, nem como tema, nem como preocupação. Estou muito preocupado com isso. Primeiro porque acho que nós temos que inovar em alguma coisa. E acho que para estarmos no século 21 é justamente preciso enfrentar o desafio da inovação. Quer dizer, nós temos que superar determinados pontos que nos amarraram e nos seguraram dentro da nossa maneira de pensar a arquitetura e pensar o próprio mundo de hoje, e temos que superá-los, no sentido que nós temos que trazer alguma coisa de novo, para poder enfrentar os problemas da

forma como eles estão apresentando-se agora, que são completamente diferentes da forma como se apresentavam antigamente.

**MI:** Você está falando agora da tecnologia da produção do projeto?

**GG:** Projeto e obra, realmente, têm que ser concebidos de uma forma única.

**MI:** E você acha que isso na nossa Escola foi perdido?

**GG:** Não, nunca foi.

**MI:** Nunca foi tratado? Isso por uma concepção de arquitetura, talvez, muito restrita?

**GG:** Não... A culpa não é da arquitetura, a culpa acho que vem da engenharia, vem daquela visão politécnica que existia, ou da visão politecniciante, que é do tipo que fazia as coisas funcionarem dentro daquelas regras, e tinha que ser daquele jeito. E para qual o arquiteto dava alguns elementos para as obras poderem ser construídas, mas com o qual não havia uma simbiose de pensamento. As técnicas surgiram pela própria técnica e as idéias de fazer as obras maravilhosas a partir, digamos, dos conceitos do Eiffel, naquela época. Até hoje permanece o fato que a inovação é uma coisa que vem, porque ela tem que acontecer por força da técnica que permite fazer isso. Então, essa visão nos amarrou muito, arquitetos. Então, toda vez que a gente imagina alguma coisa, o que é que a gente faz? Chama o engenheiro e diz: "olha eu imaginei isso, mas como é que se faz?" É ele que diz, "pode ou não pode fazer." Eu acho que está errado esse conceito.

**MI:** Como seria então?

**GG:** Acho que nós temos que possuir condições de realmente ditar as regras, de como pensar os nossos projetos, usando realmente as tecnologias todas que existem e que poderão existir.

**MI:** Então, é algo que deve mudar na graduação e não na pós-graduação.

**GG:** É. Eu acho que tem que ter isso na graduação, e considero que uma aproximação maior com a construção é fundamental. A obra é fundamental desde a graduação. Mas eu acho que, na pós-graduação, o que deveria prevalecer?

Pesquisas voltadas para a produção de idéias. E que têm todo um processo histórico, que é fundamental. Todo projeto do conhecimento do meio ambiente, que são coisas fundamentais. A produção de idéias, ela vem daí, justamente disso, de você estar consciente de que está fazendo coisa que é a mais apropriada dentro do contexto histórico, no qual vivemos e dentro do contexto do espaço no qual nós estamos obrigados a operar.

**MI:** Como o arquiteto pensa essas necessidades?

**GG:** Eu não sei dizer como, mas elas nascem juntas, sabe? Se elas não nascerem juntas fica tudo errado.

**MI:** Quem sabe com algum exemplo pessoal. Como brotou alguma idéia sua?

**GG:** Não é que eu possa te dizer que eu esteja operando 100% nesse pensamento. Mas acho que nós fizemos muita coisa dentro desse pensamento.

**MI:** Quando ou onde você percebeu que isso é importante?

**GG:** Eu acho que toda vez que se apresenta uma obra de maior importância do ponto de vista social e do ponto de vista do espaço, tentar a preservação de um espaço ou da construção de um espaço novo junto às áreas construídas da cidade, ou a própria cidade, que esse é o ambiente em que a gente tem que trabalhar, é a base da qual nós temos que produzir alguma coisa. Sempre que se apresenta essa oportunidade, eu fico pensando como somos pobres de idéias. Ou como não conseguimos realmente dar alguns avanços que realmente possam ser os avanços significativos para o século que nós estamos vivendo.

**MI:** E a utopia?

**GG:** Ela é uma coisa importantíssima. Ela sempre nos deu o respaldo de tranquilidade à medida que se diz: "bom, se está fazendo alguma coisa, pelo menos a idéia está aí"

**MI:** Digamos, esse pressuposto deveria pesar muito na pós-graduação? Você está planejando um curso de pós-graduação agora. Como é que você está enfrentando essa questão?

**GG:** O pessoal de Fortaleza, com quem eu tenho conversado, são todos professores de lá, sentem

uma falta muito grande de poder realmente estudar o problema das cidades mais a fundo e fazer com que a obra do arquiteto tenha realmente uma contribuição significativa para a cidade. Não é somente para o planejamento, mas é para a visualização do espaço construído. O que se quer hoje em dia é realmente visualizar o espaço construído.

**MI:** Mas isso não era já uma preocupação no século 19? Porque a cidade de grandes perspectivas você visualizava muito bem. Nós não chegamos ao século 19 ainda?

**GG:** Pensa na Renascença, não é? Na Renascença eles começaram a ver aquelas cidades de uma maneira maravilhosa, uma visão utópica, fantástica.

**MI:** Mas não havia muito ali uma visão, digamos, do estabelecimento, do poder? Perspectivas para realçar forças político-sociais?

**GG:** Antes eram os príncipes, eram os papas. Hoje, são multinacionais, os governos ou os ditadores, ou as ditaduras. São esses que realmente levam adiante as nossas cidades dentro dos programas que são mais significativos. O que de uma certa forma foi uma falência da democracia. Porquanto não pôde, num processo de governo, realmente realizar aquelas obras todas que eles estavam pensando em realizar. Haja vista toda frustração das obras do Le Corbusier, mesmo com o apoio de todos os partidos socialistas daquela época, com o governo socialista da França, isso e aquilo. E naquela época não conseguiram nada. Quer dizer, havia toda uma série de problemas de caráter burocrático.

**MI:** Mas você acha que o homem comum não foi de nenhuma forma atendido desde então?

**GG:** Não!

**MI:** O que é feito para este homem não é arquitetura?

**GG:** Claro que é. Eu acho que tudo que foi feito pelo homem é arquitetura. Tudo, tudo!... com outra cultura. Veja o caboclo...

**MI:** Aí eu vejo um problema básico nesse tipo de colocação. Porque se isso é arquitetura, nós

devemos educar a todos. Mas nós estamos educando uma elite de arquitetos. O que essa elite tem de diferente? Como o preparo delas tem que ser pensado?

**GG:** Eu fui educado assim. Eu fui educado de maneira a pensar que o arquiteto é realmente um ser privilegiado. Ele trabalha realmente para uma elite. Eu fui criado assim. Eu estive vendo que nos últimos anos as coisas realmente não são mais assim. São diferentes, ainda bem, não? Ainda bem que não são mais assim. Por outro lado, a cidade autoconstruída, se não houver aquela educação, que você está me dizendo que precisa dar, ela é uma coisa completamente absurda, sem...

**MI:** Ela é construída de possibilidades muito restritas: com o material que é possível, a mão-de-obra que é possível.

**GG:** Agora, eu sou daqueles que ainda acha que a arquitetura devia ser ensinada na escola primária. Devia ser ensinado, sabe, o espaço, como é que se mede o espaço. A criancinha saber realmente assegurar o espaço dela por toda atividade. Acho que esse aqui é o ponto fundamental. E que cada um possa fazer a arquitetura que lhe convém melhor. Haja vista a arquitetura mediterrânea. Aquilo vem de uma civilização de séculos, que é feito espontaneamente e são tão bonitas.

**MI:** Algumas capacidades básicas temos todos. Agora a especialidade é que são elas, não é isso? Então, como pode haver uma colaboração do arquiteto, formado por nossas escolas superiores, e com curso de pós-graduação, no atendimento de diferentes classes, trabalhando não só os antigos palácios ou as formas que eles assumem atualmente. Veja bem, esta preocupação está surgindo. A gente sente que ela está presente. Eu não sei em que medida, mas ela está presente.

**GG:** Com o orientando, ou orientando os grupos de... Eu acho que o arquiteto tem que estar presente em todas as camadas das atividades que envolvem justamente o conjunto da metrópole. Desde as coisas mais simples até as coisas mais complexas. O arquiteto tem realmente o dever de dizer o que pensa. Eu não sei se direta ou

indiretamente. Se existisse, realmente, uma condição de você organizar os bairros de acordo com associações de bairros, como, digamos, administrações regionais razoavelmente bem administradas, em que houvesse uma possibilidade de uma definição das prioridades por parte da própria população, dizendo: “nós queremos isso, queremos aquilo” seria muito fácil...

Acho que o arquiteto tem a obrigação de intervir em todas as frentes, nem que seja para orientar como se pode organizar um bairro, dentro das suas coisas mais elementares. O que pode fazer, o que não pode fazer. O que é bonito, o que é feio, porque bonito e feio são fundamentais. Quer dizer, todo mundo sabe o que é bonito e feio...

**MI:** Não é uma questão de gosto?

**GG:** Não. Não é questão de gosto. Há certas regras... Claro que existe tendência de um puxar a coisa para um lado e o outro para o outro, mas eu acho que as coisas básicas que dizem respeito ao espaço dentro da sua qualidade mais normal, que são a maneira como você o aprecia, como você o vê, como você se interessa por ele e consegue conviver com o espaço. São coisas para as quais se pode perfeitamente estabelecer algumas regras. Viver bem ou viver mal não é uma questão de gosto. Ninguém gosta de viver mal. Ninguém gosta de viver sem o prazer de estar realmente olhando as coisas de maneira ...

É uma questão de educação. A questão é que você tem que educar isso. Agora, se você começa a explicar isso nas escolas desde pequenininho, a dizer como é que é, a coisa melhora. Chega num certo ponto que a criança tem já uma noção de como é essa coisa.

**MI:** Há meios também?

**GG:** Claro que todo mundo tem meios. Eu acho que não depende do governo. Essa questão de achar que o governo paternalista tem que fazer tudo, só porque nós pagamos impostos, está certo de um lado, mas também não é a partir dessa exigência que todo mundo tem que cruzar os braços. Toda uma sociedade tem que realmente trabalhar e tem que se juntar, dentro dos seus

esforços e anseios, para poder chegar ao resultado que quer. Eu acho que isso sempre vai existir, vai ser sempre assim. Se você cruzar os braços e disser: “Bom, não estão limpando essa rua, estão jogando lixo, então eu também vou jogar lixo. Estão pichando o muro da minha casa, agora eu vou pichar o muro do vizinho” essa mentalidade não funciona. Não está certo isso. Isso não é mentalidade. Mas enfim, eu acho que a intervenção, aquilo que nós estávamos falando, aquilo que você citou, da elite, é uma produção esporádica, ou seja, poucos são os trabalhos que realmente alcançam uma determinada profundidade em termos de cultura, que emanam desse elitismo comercialista, da produção comercial. O simples fato de que estão fazendo prédios de granito ou de vidro, ou de alumínio, ou de aço, etc. e outras coisas assim, não quer dizer que isso seja o espírito da elite. Não é nada disso. Isso aqui é puramente uma circunstância de mercado, pois ele se vale da capacidade do arquiteto de estar produzindo alguma coisa que vai a favor do mercado deles. Quer dizer, no fundo o arquiteto é um instrumento de mercado nesse ponto. E também não é esse tipo de elitismo que eu estou falando. Eu estou falando do elitismo de realmente ter idéias novas, produzir idéias novas, criar condições para que haja uma evolução.

**MI:** Em termos concretos, que idéias você pode citar como idéias apropriadas para os tempos modernos? Exemplos disso, eu acho que seriam muito úteis. Como a idéia do arquiteto expressa-se? E como os outros entendem essa idéia?

**GG:** É sempre na prática.

**MI:** Mas ele tem que ter a teoria clara?

**GG:** Tem que ter a teoria. Não existe prática sem você ter uma teoria por trás dela.

**MI:** E isso ele escreve ou ele desenha, como é?

**GG:** O arquiteto diz que o desenho dele é o suficiente.

**MI:** Mas Le Corbusier escrevia bastante.

**GG:** Acho que convém escrever, ou pelo menos tentar divulgar as idéias. Não existe prática sem uma teoria razoavelmente forte atrás dela.

Portanto, você vê que as obras mais importantes são publicadas, que são as mais sérias, são obras que vêm sendo comentadas pelos críticos, pelos

especialistas, e que têm um conteúdo de idéias e de teoria, evidentemente, muito profundo.

# j

JOAQUIM Guedes

036

pós-



Arquiteto. Professor titular de Projeto de Edificações e orientador na pós-graduação da FAUUSP. Entre seus projetos destacam-se: Casa de seu pai (1957); Plano para Brasília (1956); Cidade Operária de Caraíbas, BA (1976); Casa de Marta e Eduardo Suplicy (1975); Campus da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1992). Autor de Lembranças de Lina Bo Bardi (GFAU, *Caramelo*, 1992), O drama da Torre, (GFAU, *Caramelo extra – Maharishi SP Tower*, 1999) e Introdução à geometria habitada, na edição em português do livro de Paul Valéry, *Eupalinos ou o arquiteto* (Editora 34, 1999).

**Maria Irene:** Esta é uma entrevista que se destina à *Revista Pós*, celebrando os 500 anos do Brasil e incorporando um pequeno balanço dos 30 anos da pós-graduação da FAU. As minhas questões são de ordem geral: referem-se, em primeiro lugar, ao seu conceito de arquitetura, que já critiquei apontando-lhe que “Arquitetura é arte e construção” como você defendeu ante a CPG, caracteriza melhor a escultura, cujo fim não é a utilidade social como o da arquitetura necessariamente é. Depois, a relação desse conceito com a realidade arquitetônica e social brasileira atual. E, em terceiro lugar, como essas duas coisas se refletem no nosso curso de pós-graduação, tanto no seu passado, com a tradição que ele já acumulou, como na perspectiva de hoje, para melhorá-lo.

**Jorge Oseki:** A idéia é dividir esse curso em áreas mais específicas, porque está se tornando muito grande e de gestão difícil, já que todas as áreas estão misturadas. A divisão mais óbvia seria entre a arquitetura e o urbanismo, que são as áreas fundamentais aqui da faculdade. Mas por que o curso de arquitetura na pós-graduação caminha mais lentamente, se todos os alunos querem esse curso? Por que o curso – se é verdade que você acha isso – tem dificuldades, ou tem bloqueios, ou o que realmente acontece? Sendo o único de doutorado, por que não consegue se estabelecer ou ter o papel, ter a importância, que deveria ter?

**Joaquim Guedes:** É uma grande honra estar aqui. É uma oportunidade sem par de exercer isso que eu amo tanto que é o debate das idéias.

Ao você me pedir um conceito de arquitetura, a primeira reação que eu tenho é de receio porque todo conceito simples certamente reduz alguma coisa. Entretanto, tenho muita vontade e coragem de dizer aqui o que eu penso. Querendo abranger totalmente o que possa ser arquitetura, ou todas as arquiteturas, eu fui obrigado a procurar algumas coisas simples, por razões de pedagogia. Tudo é arquitetura. Até sou absolutamente contra a opinião de Lúcio Costa de que arquitetura é construção com intenção. Acho isso uma bobagem. E digo que é bobagem do grande mestre morto, porque aqui se endeusa muito qualquer coisa. Sobretudo da escola moderna clássica

brasileira. Então eu quero fazer um certo escândalo. Quando o Lúcio fala isso, fala uma bobagem, que é repetida por nós e por muita gente mais, em grande detrimento da postura investigativa dos alunos. Porque tudo vem dos grandes santos, que baixam aqui e ninguém discute.

Particpei de um seminário no Rio, que me escandalizou demais. Tratava-se de um depoimento sobre a arquitetura, em 1976, em plena ditadura. Isso foi publicado pelo IAB do Rio em quatro livrinhos de uma mesma série de depoimentos. Uma turma do Conde<sup>1</sup> questionava muito aquela modernidade carioca que ninguém mais agüentava, e o pessoal do Oscar Niemeyer batia e tripudiava. Então, nesse momento de reação contra os excessos do modernismo, o Júlio Katinsky<sup>2</sup> desconfortável, disse: “Ah! eu sou da turma do finca-pé! É aquilo que interessa e nós queremos é aquilo mesmo!” Eu nunca me esqueci dessa expressão: eu sou da turma do finca-pé! E isso entra na minha crítica ao Lúcio: nós somos da turma do finca-pé e não se discute. É isso mesmo, isso é o Brasil, porque o brasileiro é assim, e tal. Então para tentar ter com os alunos uma base da qual partir, pensando muito, eu acabei estabelecendo para mim o seguinte do dicionário: “Arquitetura é a arte de construir. Para atender necessidades humanas.” Em primeiro lugar, ela nasce para atender às necessidades humanas. Ao fazê-lo, ela constrói linguagens e significados novos. E vira cultura e arte. Então, nessa medida, tudo é arquitetura e tudo é arte. Esse conceito, muito simples, fixa a idéia de construção, arte de construir, ambiente construído. O que na FAU é muito necessário porque aqui há desenho ambiental, desenho ecológico, há paisagismo, planejamento urbano, há auto-sustentável, não-sustentável, e depois há todas as derivadas disso, e acho que isso está pulverizando o núcleo constitutivo da organização do ambiente humano, que é a construção do espaço. Em qualquer dimensão, qualquer que ele seja. Não comportando, por exemplo, separações tão disputadas, brigas por espaços em torno dessas coisas. E quando tudo deveria levar a um congrassamento e a uma fraternal subdivisão de atividades no mesmo espaço.

Ocorre que, na minha vida, me coube muitas vezes fazer tudo isso em várias escalas. Eu ganhei concurso de móveis. Depois, o Wilson sabe, eu trabalhei muito tempo em planejamento urbano, fazendo propostas de metodologia e trabalho, coordenando equipes muito grandes. Dirigi, constituí firmas de planejamento, às quais o meu escritório de arquitetura se ligava. Particpei do concurso de Brasília, saindo da escola. Eu conheço o que é o planejamento de grande escala. Dias atrás encontrei com um belga na Bahia, e ele disse: *“Ah! você é que é fulano de tal? Imagine, eu acabo de saber em Paris que havia alguém ou algumas pessoas estudando seu projeto de Brasília, porque...”* A razão principal é que o projeto tinha algumas coisas especiais, uma das quais era ser o único dos 23 apresentados que dizia que a cidade não podia ser limitada a 500.000 habitantes, e então procurava uma estrutura para o crescimento e o que era isso. Essa bobagem, que eu nunca imaginei que pudesse ter qualquer importância; passam-se, sei lá, 40 anos... Não era brasileiro, era um francês. Como é que alguém descobriu essa droga e foi lá fuçar?

Então, tendo esse contato tão antigo com o planejamento urbano, fui percebendo pouco a pouco, fui me dando conta, fui me convencendo pouco a pouco que o espaço construído é feito de arquitetura, no sentido mais genuíno do Alberti, que é tudo. Tudo que se constrói, da rua ao viaduto, tudo isso é arquitetura. Então, a partir de que momento se justifica uma especialização? Esse é que é o problema. Tenho insistido muito, que as escolas de todo mundo se chamam escolas de arquitetura, faculdades de arquitetura. A de São Paulo, que começou com o Anhaia brigando com o Prestes Maia, acho que é a primeira escola chamada de arquitetura e urbanismo, por causa dessa briguinha dos dois. E daí para frente as escolas brasileiras, depois algumas latino-americanas, adotaram o mesmo nome. E é uma coisa que até hoje nos confunde. Daí se passa ao urbano e ao regional, que não têm nada a ver com a construção – é econômico, social e político. Eu não sou contra o planejamento urbano, mas acho que não é nosso. Mesmo no urbano, o que é nosso é a

arte de construir. Cabe às entidades promover os planos sociais, econômicos, educacionais, de saúde. Inclusive as coisas de origem-destino, a numerologia de fluxos. Isso quem quiser que faça.

Eu fiz sociologia, porque achava que isso seria útil para arquitetura. Eu tinha trabalhado com o padre Lebre<sup>3</sup> que freqüentemente demonstrava nos seus trabalhos (nós fazíamos pesquisa nessa direção) que a infra-estrutura econômica condicionava a sociológica e, inclusive a ética social e, portanto, a forma do mundo. Eu fiquei muito ligado a isso e trabalhei na procura dessas correspondências. Até o dia em que percebi que mesmo acreditando nisso, não deveria ser o fuçador da infra, mas que a minha responsabilidade era o desenho superestrutural das coisas. Por essa razão, muitos dos meus trabalhos na área de planejamento urbano eram trabalhos em que eu até fazia coisas que não eram nossas. Eu conto sempre, quando eu fiz a Caraíba, recebi apenas uma relação de 1.181 empregos, com as correspondências de salário e tipo de trabalho que faziam. Eu podia verificar, no mesmo salário, se a atividade era braçal, ou de alta responsabilidade, por exemplo; se era um caminhoneiro ou um engenheiro de laboratório, tentando caracterizar aí o tipo de pessoa, o tipo de família, a origem deles, a cultura dos que teriam que se assentar naquele lugar, com comportamentos e conseqüências diversas interagindo. Bem, fiz aí o perfil social dessa cidadezinha, as suas possibilidades de evolução, para poder começar a pensar nos espaços e nas atividades que essas pessoas faziam lá. De fato acabou sendo um trabalho muito requintado, muito respeitado. Mas acho que isso não é nossa responsabilidade. Nós tínhamos que exigir que nos dessem isso. E eu tenho, inclusive, na minha vida pessoal, tentado convencer que isso não é nosso, justamente porque percebo que o que nos falta é aprender a fazer forma. Então, quando chega na hora do projeto, ninguém sabe o que fazer.

Hoje menos do que antes. Antes não era possível fazer um projeto aqui, sem ter uma monografia sociológica, histórica, econômica. Evidentemente isso foi um problema mundial, não foi só nosso. Porque

era sempre ligado à baixa renda, ao sofrimento do mundo e àquela coisa toda. Hoje, de maneira quase grosseira, eu chego a dizer, aqui na classe, que esse sofrimento não me interessa, contrariamente à Ermínia, que é uma professora engajada. Ela fala: “*quero todo mundo engajado*” Tudo bem, estamos todos engajados já, mas na hora de fazer a forma, o projeto, o tipo de experiência criadora e produtiva é outro. Numa ocasião um grupo de colegas argentinos me chamou para discutir habitação popular lá, e nas cartas em que trocávamos idéias, eu dizia assim: “é mais importante para a sociedade do amanhã discutir a Casa da Cascata do que os nossos conjuntos habitacionais – a relação com a natureza, liberdade, tudo isso” Depois fui para lá, discutimos muito isso, porque de fato acho que o interesse social do nosso ensino não se realiza apenas e sobretudo na medida em que os nossos temas são de interesse social. Mas na medida em que nós criamos pessoas capazes de desenhar um mundo novo. Eis aí a complexidade do problema, a relação entre pedido e forma e construção. O desenvolvimento das habilidades projetuais do aluno é fundamental. Então se dou uma pequena quadra com casinhas de 25 m<sup>2</sup> certamente estou explorando pouco o potencial construtivo dos alunos. Eles têm que fazer uma coisa muito primária, muito elementar, muito necessária socialmente, mas isso se faz até sem arquiteto. Bem, eu já fiz isso, eu já ganhei concurso de casinha de 25 m<sup>2</sup> para Cohab. Então, essa minha experiência em coisas de várias escalas, levou-me a chegar a essa conclusão tão simplificada do que é arquitetura, para minha pedagogia, para o ensino aqui na escola, para o meu departamento, para o meu grupo de disciplinas. Mas, enfim, a arquitetura é a arte de construir. É a arte de construir. Acho isso uma coisa grandiosa, maravilhosa. Tenho desenvolvido, com os meus alunos, exercícios para verificar e colocar em marcha habilidades que devem ser mobilizadas para que eles sejam cada vez mais capazes de fazer isso. Acho que com isso dei alguma explicação de porque, às vezes, eu uso temas burgueses. Porque, não podendo fazer um hospital, uma escola, porque é impossível, ou uma fábrica, eu posso pegar uma certa categoria de

habitação, até rica, mas que tem uma certa complexidade de uso, de conceitos, certas exigências, na medida em que indivíduos requerem diferentes espaços, que têm que ser integrados naquele mesmo terreno, naquele mesmo sítio. Enfim, em conflito, em convergência. Então considero que a Casa da Cascata, ensiná-los a fazer Casas da Cascata, pode ser um exercício altamente positivo, de quem vai precisar mais tarde de extrema capacidade de invenção, extrema criatividade para enfrentar novos problemas. A faculdade é um espaço artificial. Na realidade, a gente tem limitadas condições de produzir. Então, o conceito de arquitetura é um pouco isso.

Se for o caso, eu queria dizer um pouco como é que esse conceito produz metodologias de ensino, ou práticas em si, vamos dizer assim. Porque também introduzi nesta Escola uma coisa absolutamente nova. Eu comecei a fazer aulas mais socializadas, sem atendimento individual, a não ser depois da aula. Os alunos eram obrigados a progredir no trabalho por etapas, entregar em seminários, como todos. Então, você podia discutir, digamos 10 trabalhos, discutidos por 5 professores, portanto 50 discussões, ainda com os alunos participando, e com isso nós conseguimos aumentar muito o aproveitamento da classe. Havia alunos que jamais conseguiam chegar à mesa do professor. E em geral o professor mais prestigioso era tomado por todo mundo e os outros ficavam nos cantos esperando a hora de ir embora. Isso tornava muito difícil organizar o ensino de projeto. Eu estou bastante satisfeito com o que decorre disto. Isso tem me ajudado muito a dialogar. Quer dizer, o ensino me obrigou a aclarar minhas idéias. Isso me facilitou o diálogo com os meus amigos daqui e de fora. Simplesmente fui a Londres para visitar uma filha que fazia doutorado lá, e fui à Escola de Manchester, à AA, à Bartlett School. Eu cheguei lá, havia professores na porta esperando-me, tive uma aula no auditório, passaram *slides*, discutimos, e eu cheguei à conclusão que o nosso curso aqui é ótimo. Como conceito e até mesmo como resultado. Faltam professores para poder entrar mais em contato com os alunos.

Passando à segunda pergunta, à relação do conceito com a realidade arquitetônica e social brasileira, acho que ela é imediata, já que arquitetura é a arte de construir, é atender a um conjunto de necessidades práticas da sociedade, no qual até se inscrevem algumas que são de caráter mais abstrato, ou mais emocional, ou mais simbólico. Um cruzeiro também é uma necessidade prática de origem diferente: não se come no cruzeiro, não se dorme no cruzeiro, mas ele é uma necessidade prática social, política, religiosa, sei lá o quê. Entendendo o prático de uma maneira muito ampla, é a sociedade que pede. Até um tempo atrás, eu comecei a formular: é a sociedade que faz o problema, não é o arquiteto. Eu dizia: a ideologia não é a nossa ideologia pessoal, mas é a da sociedade. O arquiteto não tem que impor o que ele pensa sobre o futuro aos outros. Ele está aqui para interpretar as intenções da sociedade. Isso foi uma coisa muito chocante para nós naquele momento. Houve uma vez, em que ao tentar discutir isso numa reunião, o nosso querido colega Paulo Mendes da Rocha se levantou e disse: "*O meu cliente é o povo brasileiro!*" Como é que você responde a isto? Falei: "*O cliente é um canal importante de comunicação cultural. Ele é fundamental porque ele comunica, enquanto fração social, algo de fundamental do estado da cultura, ao formular o que ele precisa, o que ele deseja.*" Essa minha visão de pedagogia que ensina respeito ao cliente, ao homem direto que vai de fato pedir, pagar, dizer o que ele quer, em confronto com o resto da sociedade, seja pessoa física, seja jurídica, particular ou pública, governamental. Então, tudo são pessoas que requerem e isso é um conflito. Ele só se integra na confusão da sociedade, na luta por espaço, na luta por tudo. É um conflito permanente. A sociedade é conflito. Então, é assumir o seu cliente como parte de um conflito democrático. E o democrático possível a cada momento. Então, nesse sentido, penso que preparo os meus alunos para a realidade brasileira, para a sociedade brasileira. Preparo, quer dizer, eu coloco o problema da evolução deles nessa direção. O segundo ponto fundamental no meu conceito de arquitetura é explorar esse construído, porque à

medida que você começa a se aproximar da resposta aos pedidos da sociedade, imediatamente se coloca: e agora, como eu construo isso? Porque essas organizações espaciais, que você vai obtendo pouco a pouco, elas são incontroláveis. E quanto mais específico é o pedido, mais novo é certamente o conjunto de associações espaciais que você está fazendo. Então, imediatamente, devem me ocorrer necessidades construtivas de caráter novo. Provavelmente as velhas estruturas não serão as mais adequadas, na natureza em que elas se apresentam, à solução daqueles problemas. E sobretudo hoje, em que as técnicas são extraordinariamente amplas e multidirecionais, você não está mais adstrito aos limites do passado, nem aos materiais, nem às poucas formas em arco, ou treliça, ou isso ou aquilo, que resolviam os problemas de vencer vãos. Hoje, materiais e conhecimentos de estrutura e construção são infinitamente mais amplos. O desafio construtivo é muito mais forte, é muito mais contundente. Na hora em que se pensa uma forma, tem-se imediatamente que pensar sua construção. Pensado um traço, penso: como é que eu construo isso? E sempre nesse sentido de procura da solução, digamos, desabrida, sem medo, e também sem frescura. Eu faço isso não para dar um estouro na praça, ou causar um escândalo profissional, mas como forma de participar de maneira conseqüente e honesta, não mais do que isso, simplesmente responsável, na solução dos problemas que me colocam na frente. E achando que só isso fará uma nova arquitetura, adequada em cada ponto do planeta. Não é abrindo revista, o que é uma praga. Então, a questão da vinculação social das coisas fica assim: quem está habilitado a formular objetos, quando a sociedade requerer alguma coisa, vai estar treinado para fazê-la. Não apenas de forma pragmática, sabendo fazer aquele pequeno jogo, mas com toda cultura da FAU em cima dele, pela qual eu não posso fazer tanto. E espero que os demais professores contribuam com toda a sua força na medida da formação desse profissional completo. Aí vai minha demanda para a história e para a tecnologia. Mas eu queria mostrar essa necessidade

do cliente como canal privilegiado da comunicação social. Quando eu fui chamado por esses colegas argentinos – um deles membro do comitê central do Partido Comunista – eles se interessaram pela colocação. Era um negócio bravo na Argentina. De qualquer maneira, eu olhava um outro futuro, olhava uma relação com a natureza, uma outra liberdade, que é uma liberdade que a gente almeja, inclusive para a classe operária. Era esse o sonho. E o que se fazia em matéria de produção social na Argentina e no Brasil era uma calamidade. Pedregulho é uma calamidade: esse oba-oba em torno do Reidy<sup>4</sup> retrata o momento da relação dos arquitetos com o poder, a mais torpe, em que se mistificava o que era produção de arquitetura social, e era uma coisa de fachada para inglês ver, a mais obtusa possível. Nunca ninguém perguntou quem pagaria as despesas condominiais daqueles conjuntos, os jardins do Burle Marx, etc.

**JO:** Aliás, não sei se você viu o filme *Central do Brasil*?

**JG:** Claro, está lá! Aquele pardieiro. Mas como isso se reflete no curso de pós-graduação, que é tão contestado, porque há quem diga aqui que não cabe pós-graduação em arquitetura? E eu sei que no mundo são poucos os cursos. Agora, causa-me uma certa aflição ver que, quando chega na hora de pensar como se projeta e como aperfeiçoar o nosso projeto, as pessoas vão fazer investigações sobre o Reidy, ou um trabalho filosófico-histórico. Acho que não é bem por aí. Tinha que ser, de fato, uma coisa, um mergulho, um aprofundamento nas habilidades projetuais, dizia Dennys Lasdum<sup>5</sup> – estive em júri com ele – arquiteto importante para a FAU. Isso porque, naquele número do Zodíaco sobre o Artigas – número especial sobre edifícios do Brasil, produzido pelo Flávio Motta<sup>6</sup> – publicam um projeto desse arquiteto, que é a origem do edifício Louveira. Dois blocos com uma rampa no meio. Vocês já entenderam o que eu falei. Era o grupo Tecton em Londres, 10 anos antes. E é uma coisa importante para os pesquisadores da história, que nunca se interessaram por essas origens do Artigas, New Brutalism, Tecton, construção, para mim têm uma importância fundamental. Vão entender que há muitas das nossas dificuldades interpessoais

aqui dentro, que não são de pessoa a pessoa, mas são, de fato, questões de idéia, de debate de idéias muito grave, muito profundo. O que venho tentando fazer é isso: vamos aprofundar o problema da construção.

Eu volto à construção, volto ao problema do cliente, ao programa ampliado do arquiteto, quer dizer, como é que o arquiteto vai interpretar isso. E aí entra na sua pergunta, sim, ele não é sociólogo, mas tem que atender ao problema do cliente. Eu não sei como conseguir expressar minha preocupação, de maneira simples e clara. A Márcia Haydée foi uma grande bailarina. Ela era tão notável bailarina quando criança, que a família começou a viver em função das habilidades do balé dela: o avô levava para um balé, os pais para o outro, de tal modo que ela saiu do Brasil pouco escolarizada. No entanto, ela fez um balé excepcional para o mundo, e certa vez me espantou sua entrevista à *Times Magazine*, porque falava de política do Brasil, vivendo lá e não aqui. E as respostas dela, naquele tempo difícil de ditadura, eram uma perfeição. Difícil, não é? E até se entendia porque o Brasil está atrasado: por que ela saiu? Essa mulher, para fazer uma arte social, do maior nível, não precisava ter feito sociologia. E portanto, cada artesão, cada profissional, cada intelectual, tem que encontrar no seu domínio a sua relação com o mundo. Acho que não preciso falar mais disso. Eu fiz sociologia, mas eu não achei que isso me ajudou. Então, no curso de graduação, a primeira coisa que encontro, é uma total ausência de pessoas preocupadas com essa carpintaria do projeto. Todo mundo quer fazer desenho, entendeu? Eu uso muito uma frase do Sócrates do Valéry, que é a seguinte: “É preciso deferir o conhecimento. Você tem que conhecer o problema, mas não avance e não deixe surgir a idéia, não deixe surgir a resposta, tarde a resposta, defira o conhecimento. Até que você não tenha mais dúvidas, saiba tudo. Então você deixa emergir a solução, deixe que ela comece a se formar diante de você.” E o diabo é que a FAU é uma tragédia. Tudo é calcado em modelos modernos. E às vezes modelos absurdos. O que você faz num curso de pós-graduação, quando de repente um

aluno, ao projetar um apartamento, num lugar com bela vista e belo sol, faz todas as janelas dos quartos com terraços e uma parede na frente, e não deixa do quarto e da sala você ver a paisagem porque isto corresponde a valores formais, fáceis de manipular, ficam “lindos” entre aspas. Quem fizer um museu sob a terra, com água em cima e onde não cabe escultura, chamado Museu de Escultura, eu reprovou. Verdade, pedagogicamente, você tem que fazer a crítica dos modelos utilizados. Não é possível aceitar trabalhos de alunos, que parecem o Museu de Niterói, com paredes de vidro à volta para você ver a paisagem e não o que está dentro, e inclinados. Como é que você limpa esses vidros por fora, até hoje eu não sei: se você pendura pela cobertura, como é que se chega ao vidro? Ou, mesmo ali na janela, apoiar-se no quê, para limpar aquilo? A menos que me mostrem como se faz, os admiradores do Oscar Niemeyer que adoram o museu, têm a obrigação de contar para todos os estudantes do Brasil, como se limpam aqueles vidros, isso é importante para a arquitetura. Especialmente porque está à beira-mar. Então, a dificuldade que eu sinto na pós-graduação é, em primeiro lugar, uma dificuldade com os alunos, que em geral vão lá por uma carreira muito rápida e interesse pragmático. Eles querem diploma. Quantos orientados eu não tive, que me disseram assim literalmente: “*Professor, eu vou procurar um outro orientador e ter o meu diploma*” Eu vi isso de pessoas notáveis que estão aqui dentro, nos seus departamentos. “*Eu vou lá fazer leitura, fichamento, e ter o meu mestrado.*” Então, a primeira dificuldade é que talvez eu seja muito chato, inadequado e crie problemas, dificulte as coisas. Às vezes nem eu sei muito bem o que eu estou pedindo, eu estou criando uma situação difícil para o sujeito resolver. Eu disse: “Gasperini, nós somos responsáveis pela condução da pós-graduação em arquitetura na FAU. Vamos fazer o seguinte: um semestre eu fico na pós-graduação e você fica nas optativas, coordena; no outro você vem para a pós-graduação e eu vou para as optativas. Achava que isso podia dar em alguma coisa de importante. E os nossos doutores, e os nossos mestrandos, doutorandos, vão colaborar

conosco nesse processo... Todo mundo achou que eu estava querendo me posicionar de uma maneira excepcional... Porque, afinal, o doutor tem toda autonomia. Com isso melou tudo, você não pode imaginar o desastre que foi. No primeiro semestre em que eu dei o curso, eu tinha me proposto desenvolver aqui uma espécie de meta-arquitetura, projeto do projeto, que era uma tentativa de fazer um superprojeto em nível de graduação na FAU. E comecei a chamar os doutores e os meus colegas para fazerem as conferências, depois se ia para o ateliê. Todo mundo começou a se recusar a vir. Até que um belo dia, um primeiro disse: “*eu não vou lá, você faz isso para tirar partido do nosso trabalho, do nosso estudo.*” Eu fiquei perplexo. Esse é o motivo, a gente não se une. Os professores de Projeto se digladiam, é uma coisa horrorosa. Depois dizem que é “fogueira de vaidades” é um pouco isso mesmo, infelizmente.

**Wilson Jorge:** Isso aí é um mal permanente?

**JG:** Não, eu acho que tem que ser superado. E acho que é possível superar. É que eu não sou líder. Nem quero ser. Eu trabalho contra a minha liderança. Eu sou líder fóbico.

**JO:** Problemas de rivalidade existem nos outros departamentos, na sua dinâmica, mas as áreas avançam. Isso é que é a dúvida. Nós também, sem rivalidade não teríamos diferenças ...

**JG:** Eu sei. Eu queria dizer é que isso é um problema. Vocês não podem imaginar como é dantesco controlar esse processo. Tentar desenvolver um conceito de pós-graduação em arquitetura foi impossível em 10 anos. Apesar de eu ter consciência da necessidade. Há colegas tão agradáveis e interessantes, como vocês sabem que há também. Essa é uma das dificuldades. Então o nosso curso, para investigar o profundo, para investigar essa profundidade possível, acaba esbarrando numa investigação, um pouco sem saber onde está a luz. E acho que essa seria a grandeza, navegar nessa obscuridade e de repente encontrar as zonas mais claras e produtivas. Além do que esse trabalho da experimentação na invenção, ele não tem método. Uma ocasião, você me cobrou um método. “*Professor, a gente tem que ter um*

*método.* E eu fiquei humilhadíssimo. Mas o método não garante nada. Essa é que é a dureza. Em arte, o método não garante resultado. Você financia um pintor, não sabe o que ele vai fazer. Pode ser um borrão de tinta. E ainda mais, valendo tudo. Você copia revista e ganha dinheiro com coisas absurdas.

- (1) CONDE. Arquiteto, prefeito do Rio de Janeiro, entre 1997-2000.
- (2) KATINSKY, Júlio Roberto. Professor titular da FAUUSP.
- (3) PADRE LEBRET – Sociólogo francês, contratado pelo governador do estado de São Paulo, Carvalho Pinto, na década de 50, para planejar a área metropolitana da cidade de São Paulo. Formou equipe em que atuava vários dos professores da FAUUSP.
- (4) REIDY, Affonso Eduardo – Arquiteto de escola cívica, participou de equipe que projetou o edifício do Ministério da Educação e Saúde em 1937

Fica muito difícil. Quando se ganha dinheiro com esse Shopping Villa Lobos aqui e com aquele prédio que está na frente, o que você faz com um aluno, não é? Quando os nossos professores, meu Deus, chupam projetos de livro, de revista!

- e atuou até a década de 60. Entre seus projetos mais famosos estão o conjunto residencial popular do Pedregulho (Gávea) e o Museu de Arte Moderna do Parque do Flamengo, todos no Rio de Janeiro.
- (5) LASDUM, Sir Dennys – arquiteto inglês.
- (6) MOTTA, Flávio – Professor titular aposentado de História da Arte do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto, atuante desde sua fundação até a década de 80.

# f LÁVIO MAGALHÃES VILLAÇA

044

pós-



Arquiteto e urbanista. Professor titular de Planejamento Urbano e Regional aposentado e orientador na PG da FAUUSP. Assessor em planejamento urbano. Autor de *A terra como capital* (*Revista Espaço e Debate*, 1985), *A crise do planejamento urbano* (*Perspectiva*, 1995), *Espaço intra-urbano no Brasil* (Nobel Fapesp, 1998).

**Flávio Villaça:** Do que nós conversamos até agora, ficaram algumas coisas. Uma foi essa relação entre o ensino de planejamento na FAU e a realidade social brasileira. Outra é essa questão do desenvolvimento do ensino de planejamento na pós, esse suposto desenvolvimento. Realmente o número dos orientadores do grupo de disciplina de Planejamento Urbano e os alunos matriculados na área de concentração de planejamento urbano é relativamente grande. Porém, se a gente for olhar de perto, a maior parte desses alunos não estudam e não investigam planejamento em si. Na verdade, está desenvolvendo história da cidade, história do planejamento, história do desenvolvimento urbano brasileiro. Acho que é maioria. O planejamento, mesmo, vai estar bastante atrofiado, vai se assemelhar um pouco à área de arquitetura. A chave da questão é essa relação entre o ensino do planejamento e a realidade social brasileira. Sintetizando, como não há planejamento na realidade social brasileira, fica muito complicado ensinar planejamento na faculdade, na universidade, na pós-graduação. Na verdade, o ensino de planejamento na pós-graduação, ou na própria graduação, é uma coisa completamente kafkiana. Várias vezes nos últimos anos, tenho refletido sobre isso. Em poucas palavras: como ensinar uma coisa que não existe?

Não existe planejamento urbano no Brasil. Então ensinar o quê? Como não há o que ensinar, os urbanistas escapam para geografia urbana, para análise urbana, para história urbana, para tudo isso que rodeia o planejamento, mas que não tem nada a ver com o planejamento.

Pode ser fundamental: é claro que é necessário conhecer geografia urbana, claro que se precisa conhecer história urbana, mas com isso o planejamento fica sucateado.

**Maria Irene:** Planejamento não tem nada a ver com urbanismo? Isso porque você diz que a história do urbanismo é feita.

**FV:** É história do urbanismo no sentido da história urbana, da evolução das cidades. A história do urbanismo é bem desenvolvida, mas faz parte desse

refúgio no qual o pessoal de planejamento refugia, na inexistência do campo da prática do planejamento. Não existe a prática do planejamento, na sociedade brasileira. Veja que coisa paradoxal, o campo mais desenvolvido no planejamento urbano brasileiro é o zoneamento. No entanto é o campo que menos teses e dissertações gerou. É um campo assim muito vinculado a mercado, mas pouco atraente para teses e dissertações. Então a gente vai ser obrigado a desdobrar um pouco o planejamento. Então há transportes, há a parte de habitação, a parte de uso do solo e zoneamento; e há a parte de plano diretor, há a parte de desenho urbano. Desenho urbano é outro que não existe na prática brasileira. Então um curso de desenho urbano é totalmente calcado em hipóteses, em imaginações, desvinculado da prática política, porque são todas práticas do Estado. O desenho urbano tinha que ser uma coisa que viesse do Estado. Não é porque um arquiteto faz um conjunto, digamos, muito bonito, na marginal do Pinheiros, que ele está fazendo desenho urbano. Quer dizer, naquele sentido de que há um estado, uma prefeitura, enfim, um poder público que traça diretrizes para conseguir um conjunto de vários arquitetos, um conjunto harmonioso. Ou, então, mesmo que seja de um único arquiteto, um conjunto grande, significativo. As obras de renovação urbana que se faz na Europa, nos Estados Unidos, as obras de cidades novas que se faz, enfim, o desenho urbano não pode ser considerado um pequeno conjunto de edifícios. É preciso ter uma escala maior. E isso, positivamente, também não existe no Brasil. Então, diante desse dilema, e também da inexistência do planejamento urbano no mercado, acho que os interessados na cidade vão desviando para teoria ou para história urbana, principalmente a história. Grande parte dos alunos que eu orientei, fizeram história da cidade. A ponto de muito freqüentemente, quando se entra na parte de conceito, erram os sinônimos: o estudo do espaço urbano, que na verdade é geografia urbana, é chamado de planejamento urbano. O planejamento foi completamente esvaziado da sua característica de ação. Porque o planejamento é ação do Estado.

**MI:** Você considera que um Prestes Maia não foi um planejador ou um Anhaia? Ou melhor, as idéias do Anhaia na teoria?

**FV:** O Anhaia, menos. O Prestes Maia foi. Ele foi, pelo menos ele procurou, tentou ser e provavelmente foi. Do ponto de vista de uma produção de planos conseqüente, ele provavelmente foi o maior planejador que houve no Brasil. Porque nenhum planejador teve planos tão executados quanto o Prestes Maia. Não me ocorre nenhum planejador outro.

**Jorge Oseki:** Flávio, você já orientou projetos?

**FV:** Não. Desenho urbano? Olha, desenho, projeto de edifício não, para mim não. Então, projeto de desenho urbano, não. Nunca peguei nenhuma orientação, e nunca participei de nenhuma banca... Ah! Uma, uma, Ferdinando Rodrigues. O Ferdinando é de Niterói, ele se doutorou aqui na FAU, eu fui membro da banca de mestrado e de doutorado dele. E a tese dele foi sobre desenho urbano em Niterói.

**Wilson Jorge:** Flávio, por que entidades como a Emurb, que produziram tantas propostas de renovação urbana, projeto urbano como áreas da Água Branca, por que isso não vai para frente?

**FV:** Ah, operação urbana.

**WJ:** É, eu vi o projeto deles e aparecem, inclusive, propostas volumétricas, ligando-se diretamente ao desenho urbano. Por quê entidades como a Emurb, que seriam braços da prefeitura de São Paulo, não conseguem bancar esse tipo de coisa?

**FV:** Pois é, isso é a fragilidade da ação da prefeitura, da ação do Estado, do Brasil, em atuar sobre a cidade.

**WJ:** Mas por que, se ela tem instrumentos importantes?

**FV:** Não, não é por aí. Trataria aí da tal célebre vontade política. Agora tudo desemboca na vontade que falta, na vontade política. Mas de onde vem a falta de vontade política? Da falta de poder político dos setores da população interessada nesse tipo de problema. Desviando um pouco para as parcerias, com o seu advento, de uns 10 anos para cá, o campo do desenho urbano seria fértil para parceria entre o setor imobiliário, a iniciativa privada e a prefeitura.

Acontece que qualquer tipo de parceria, qualquer tipo de associação do setor privado com a prefeitura (ainda mais num tipo de atividade que envolve enorme quantia de dinheiro e enormes lucros), em ambientes corruptos, como o do Brasil, não vinga, não vai. As próprias operações interligadas, que é um tipo de atividade que envolve negociação entre a prefeitura e o poder público em atividades imobiliárias, esbarram nessa questão da corrupção. Então, as prefeituras, o poder público no Brasil ficam sem condições de ter propostas, sem condições de se envolverem em propostas de parceria. Veja, não é nem questão de recursos. Porquanto os recursos viriam da iniciativa privada, para grandes projetos urbanos, aí sim, de desenho urbano. As nossas prefeituras não têm a menor ação sobre a condução da cidade. Mesmo para uma parceria, elas têm que ter as rédeas na mão. Por que se vai dizer: parceria em torno do quê? Para fazer o quê? Com quem? Que tipo de parceria? Tudo isso teria que partir da prefeitura. A iniciativa de montar a parceria tem que caber à prefeitura. Ela teria de inserir essa parceria em um contexto de planejamento, de política urbana, mas que as nossas prefeituras não têm nada. Então, sequer tem condições de fazer parceria. Agora não sei. Vamos entrar no Maharishi?

**JO:** Essa turma radical não! O teórico utilizado era agressivo na verdade?

**FV:** Tenho umas idéias a respeito do Maharishi. Fico surpreso de que até agora não tenham sido mencionadas. Eu acredito que se possa interpretar o Maharishi do ponto de vista do materialismo histórico. Acho que o materialismo histórico, não vou nem falar de Marx, é uma megateoria, uma macroteoria. Tão ampla que ali cabe tudo, é uma *Bíblia*, cabe tudo. Porém, há mediações, e tem um longo caminho a ser percorrido para ligar um com o outro e eu não estou a fim de fazer isso. Mas fico surpreso, no caso do Maharishi, com a quantidade de propostas de censura. O que se propõe para o Maharishi é a mais odiosa de todas as censuras, que é a censura estética. Eu fico pasmo de ver que isso não é discutido, não é levantado. Não é abordado que arquitetos estejam propondo censura estética.

**WJ:** Pois é, de início isso foi levantado na defesa pelo empresário, o Mario Garnero. Numa defesa que ele faz na *Folha*, retrucando um artigo do Marcelo Coelho e dizendo que ele estava entrando num campo estético.

**FV:** Pode entrar no campo estético, no campo da cultura, tudo bem. Mas propor a censura estética, vetar um edifício, invocando para isso que não se está de acordo com a proposta arquitetônica, com a linguagem arquitetônica, seja lá com o que for, é censura estética.

**JO:** Mas, imaginemos que esse arquiteto da torre fosse um arquiteto extremamente talentoso, que fosse um dos melhores do mundo, quer dizer, como não há crítica, se fosse essa maravilha, a gente falava “está bom”?

**FV:** Não, e há a recíproca também, está cheio de aberrações. Dos pós-modernos, ninguém até agora falou. Não me conformo com aquele shopping que tem ao lado do Shopping Morumbi, o Market Place. Nunca ninguém falou daquela aberração.

Aí já é uma questão de coerência. Não estou propondo que vá se vetar aquilo lá, certo? É uma questão de coerência. Veja, há duas críticas claramente de duas naturezas. Uma é a da natureza estética, quanto ao projeto em si. E outra quanto à questão do impacto urbano. Essa questão do impacto urbano é uma questão de diálogo entre a prefeitura e o empreendedor. Porque se fica atacando sobre possíveis efeitos sobre o tráfego, mas já existe, mais do que definida, uma posição na prefeitura de que os empresários devem pagar pelas obras necessárias à absorção do impacto de seus empreendimentos e tal. Já há dezenas de precedentes: o Shopping Aricanduva pagou o impacto, o Shopping Butantã pagou o impacto, em vários empreendimentos privados, os empresários pagam pelas obras necessárias à absorção do impacto. Então, a prefeitura teria que fazer todo estudo necessário, para absorver o impacto desse edifício, e definir o que o empreendedor tem que pagar. Eu me lembro de uma operação interligada de um shopping, não era bem um shopping, era um *outlet*, era um empreendimento do gênero, gigantesco, que um empresário pretendia,

mas essa operação interligada não vingou. Ele pretendia fazer na marginal do Tietê, no cruzamento com a via Anhanguera, do lado de fora do rio. Ele se propunha até a duplicar uma ponte sobre o rio Tietê para absorver o impacto. Então, a prefeitura é que tem que definir. Aí abre-se audiência pública, abre-se todo debate que for necessário haver. A prefeitura tem que ter estudos, ela tem que apresentar pesquisas, estudos, para definir esse impacto. E ela tem que saber o que esse empresário vai ter que pagar. Agora, o que vai ser esse impacto, eu não sei, a prefeitura é que teria que estudar.

**WJ:** Flávio, você foi um dos primeiros a propor que uma cidade como São Paulo, que está tão malculada, melhorasse sua cidadania. Como você acha que deveria ser proposta uma discussão com os atuais candidatos a prefeito, com relação à cidade que precisa ser reconstruída? Não é só uma questão de cuidar do aspecto social em si, da população, que está praticamente abandonada à sua sorte, mas de como trazer à tona também uma outra questão que, inclusive, não atinge essa população. Porque sem isso também é difícil imaginar alguma intenção clara nesses grandes projetos urbanos.

**FV:** Para ir fundo, bem ao fundo da questão, o Brasil paga um preço absurdamente alto pela desigualdade social. O Brasil é o país que apresenta os maiores desníveis de renda do mundo. E o problema não é só desnível de renda, é o que é associado a ele: desnível de poder político. Um poder dessa minoria dominante, que abusa do seu poder. Desde corrupção até esse abuso dessa nossa elite que vai levar também a um domínio exagerado das forças do mercado. Isso tudo está muito articulado. Os desníveis de poder político, os desníveis de renda estão articulados. E uma elite que se acha toda poderosa e no direito de fazer mais ou menos o que bem entende, sem dar grandes satisfações para maioria. É uma maioria que está num desnível enorme dessa pequena minoria, o que faz com que a nossa sociedade seja realmente constituída de dois mundos muito diferentes. Que realmente não se entendem. Daí o nosso Estado ser fraco. Porque temos elite que é totalmente voltada para o mercado. Na Argentina já não é tanto assim. Eles têm um Estado

que atua um pouco mais, têm prefeituras e uma atuação do poder local sobre a cidade. Não é esse desvario, essa loucura que é aqui no Brasil. Esse abuso da elite é exatamente também deixar tudo por conta do mercado, e um mercado de capitalismo selvagem, um mercado de Terceiro Mundo. São Paulo é uma cidade fruto de um mercado atrasado, de um capitalismo selvagem, é um caos essa cidade, é uma tristeza realmente.

**JO:** Flávio, e a pós-graduação?

**FV:** Você veja o paradoxo. Porque a pós-graduação acaba sendo o antimercado. A pós-graduação é o refúgio daqueles que não estão atrelados ao mercado. E nesse sentido ela produz crítica. Ela produz muita reflexão, ela tem produzido muita reflexão, porém não sobre crítica de arquitetura, de projeto. Nesse sentido, ela não é o antimercado. Enquanto em toda outra esfera da história urbana, mesmo do desenho urbano, do urbanismo, do planejamento urbano, ela é o antimercado; no projeto do edifício não, ela ainda está amarrada ao mercado. E como tal, ela não produz um corpo de teoria crítica que seja consistente, desenvolvida, e tudo mais.

**WJ:** Nessa lógica nunca haveria uma crítica na pós-graduação, uma crítica de arquitetura. Porque os arquitetos sempre estão ligados a projeto. Se é por aí, a influência do mercado continuaria na pós-graduação.

**FV:** Não, eu não digo que nunca haveria. Eu digo: há uma força muito forte que dificulta o desenvolvimento da teoria e da crítica do projeto. Até que ponto e até quando essa força vai continuar dominando, eu não sei, não tenho maiores análises a esse respeito. Eu não diria “nunca vai ter” Porque no Primeiro Mundo existe o mercado, porém este mercado não castra a crítica, a reflexão, etc.? Então, nós caímos no nosso capitalismo atrasado. Caímos naquela nossa elite, que é restrita, é pequena e não dá chances para maiores reflexões. Então, por que a gente tem essa elite restrita?

**WJ:** Desculpe, quando você fala elite você está também considerando os arquitetos... ?

**FV:** Sim, é essa elite que define o mercado. E que também produz um governo fraco, um Estado fraco,

pois ele próprio não tem grandes obras. O nosso Estado, em termos de obras públicas, não tem quase nada.

**MI:** Posso polemizar um pouco? Eu tenho opinião contrária. A sociedade brasileira foi constituída pelo Estado na época colonial. E o Estado é utilizado pela elite, nacional e estrangeira. E o Estado faz aquilo que a elite se propõe como política. Então, quando interessa às elites, o Estado deixa o planejamento de lado; na hora que interessa ele age. Você não pode dizer que o Estado brasileiro não tenha planejamento. No plano federal, ele teve uma política muito planejada. Da mesma forma, nas cidades, o planejamento que ocorre é esse. E acho que é muito mais do que algo que a gente possa atribuir às elites, porque a gente nem sabe quem são as elites hoje.

Quem é que manda, efetivamente, nesses negócios que se realizam na sociedade? A classe média é empregada dessa gente e aceita. Alguns arquitetos são cooptados facilmente. De forma que eu acho que a nossa situação é mais complexa do que você traçou.

**FV:** Trata-se exatamente do Estado fraco. É o Estado que sucumbiu, que é totalmente dominado pela elite.

**MI:** Mas é um Estado que determina as regras. Ele faz as regras. E é por meio dele que a elite ganha.

**FV:** Mas é claro que sim. Mas isso não faz dele forte. O que faz o Estado forte ou não, pelo menos no contexto que estou querendo dar, é o seu nível de autonomia. É claro que nenhum Estado é autônomo, tudo bem. Então vamos dizer assim: nos países de capitalismo mais civilizado, o Estado tem um nível de autonomia muito maior do que no Brasil. E agora, quem são as elites? Tudo bem, podemos até dizer que está complicado definir, mas que elas existem, existem. Há interesses claramente definidos. E a gente vê por esses desníveis que há no Brasil, esse contraste violento que há no Brasil entre as obras – os espaços urbanos, etc. – para a classe média alta para cima e o resto da cidade.

Então você pode até dizer que as elites são essa classe, da classe média alta para cima, que define os sistemas viários, os viadutos, os minhocões, a política toda de transporte privado, que define a quantidade de shopping centers absurda que a gente

tem nesta cidade. Então são esses interesses dessa minoria, desses 10% mais altos, que a gente vê. A Cidade do México tem um metrô três vezes maior que o de São Paulo. Então é o interesse dessa pequena minoria que comanda absurdamente o Estado. E esses minhocões todos, a quantidade de túneis. Eu estava com uma amiga argentina, e era túnel para cá, túnel passava por baixo, passagem subterrânea, e entra no túnel Ayrton Senna, ela ficou abismada: “*Mas que beleza, vocês estão muito mais adiantados do que nós.*” Eu disse: “*Não, é que vocês não precisam disso! Apesar de todas essas obras, o tráfego de São Paulo é muito pior que o de Buenos Aires.*”

**WJ:** E você vê: o que a Secretaria de Transportes propõe como plano de transporte para o ano 2020, daqui a 20 anos? O metrô é absolutamente irrisório. Eu fiquei espantado quando vi aquele álbum todo bonito, trabalhado, com uma inserção pífia do metrô para daqui a 20 anos. Se esse governo prevê para cidade um aumento irrisório do metrô, o que a gente pode esperar do futuro da cidade?

**JO:** Flávio, eu queria que você encerrasse com perspectivas para a pós-graduação.

**FV:** Bem, eu acho que a especialização vai ser inevitável. A fragmentação, tanto da graduação como lá da pós-graduação. O problema é da articulação do ensino à sociedade. É difícil a pós-graduação avançar numa sociedade assim tão atrasada.

**JO:** Como seria, vamos dizer assim, uma pós-graduação dos seus sonhos?

**WJ:** Sonhos possíveis.

**FV:** Aquela em que houvesse maior entrosamento realmente, entre a população e os problemas de ensino. Um pensamento mais vivo, mais real. Não sei se vocês viram aquele pessoal do Uruguai que esteve aqui, a forma de trabalharem ao vivo com as comunidades. Estão fazendo um planejamento de base, de baixo para cima e não de cima para baixo. E um envolvimento realmente muito vivo, muito real,

muito concreto, com as minorias urbanas, com as populações e tudo mais. É um negócio muito difícil, mas eu acho que seria um caminho, um movimento muito mais vivo.

Não como um laboratório, não entender a favela como um laboratório, que a gente vai lá e pesquisa, mas uma participação bem mais profunda.

**WJ:** Quem deveria escolher os temas das dissertações e das pesquisas de doutorado e mestrado? Porque hoje, normalmente é o candidato, é o aluno da pós-graduação que propõe. Você acha que deveria haver alguma orientação, para se convergir toda essa produção de conhecimento?

**FV:** Acho que continua sendo o aluno e o orientador. Mas precisaria haver um contexto, a partir de grupos de pesquisa. Poderia haver trabalhos em equipe, mais estruturados e mais montados dentro dos quais os alunos se inserissem, em equipes, em trabalhos de equipe. Inclusive com programas a longo prazo, como as ciências exatas fazem.

As ciências exatas, como tem aí equipamentos de milhões, etc. planos a longo prazo, equipes grandes. A gente precisava muito disso.

**JO:** A própria forma, Flávio, como a gente dá aula também não é legal, não é? Os exercícios complementares, a gente faz mais fora da FAU do que dentro da FAU. Isso também podia se fazer de um outro jeito.

**FV:** Pois é, mas isso se corrige em grande parte com o trabalho em equipe. Então as próprias disciplinas, tudo isso, elas não seriam fragmentadas como é hoje. Não é a linha pessoal de cada professor, mas sim uma linha de equipe, de grupo, e um grupo pode inclusive ter planos a longo prazo para produzir pesquisas de longo prazo. Mas um grupo articulado, em que a pesquisa de um alimenta a pesquisa do outro. Então, há esse entrosamento das pesquisas se alimentarem mutuamente, de maneira que você consegue um produto final mais ambicioso e por mais longo prazo.

# S YLVIO BARROS SAWAYA



Arquiteto e urbanista. Professor titular de Projeto de Edificações e orientador na pós-graduação da FAUUSP. Foi diretor da Empresa de Planejamento da Grande São Paulo – Emplasa. Entre seus projetos destacam-se a agência Sorana de Veículos (São Paulo), a residência de campo feita em taipa de pilão, de Gilda Moraes de Oliveira (Campinas), e o templo da Igreja Messiânica Mundial do Brasil junto à Represa de Guarapiranga (São Paulo). Autor de *O espaço interdisciplinar* (Nobel, 1986).

**Jorge Oseki:** A CPG teve uma conversa com o Gasperini e ele disse que ia montar um curso de pós-graduação de projeto no Ceará, como todo mundo estava querendo. E eu falei: por que não temos um em São Paulo, se está todo mundo querendo aqui também? Então, uma pergunta é esta: por que tem sido tão difícil (é de fato difícil?) ou, o que exatamente a gente poderia fazer para ter, finalmente, um grande curso de pós-graduação em arquitetura propriamente dita? Nos outros centros existe conforto ambiental, ou avaliação de pós-ocupação, que entra como pesquisa em arquitetura. Mas não é arquitetura porque se não tem projeto, como tem no Japão, também não tem teoria de projeto.

**Maria Irene:** E como deveria ser?

**JO:** Falando o que Milton Santos<sup>1</sup> fala: que a Europa são diferenças unidas pelo passado, nós somos diferenças convergindo para um futuro; eu acho que deveria ser para um projeto futuro.

**Wilson Jorge:** Ou então divergindo para o futuro.

**Sylvio Sawaya:** Minha participação em pós-graduação começou em 1976, em Brasília. Fui dar cursos de mestrado lá, em tempo integral. A gente ficava o dia inteiro, os alunos tinham bolsa, e era aquele programa fechadinho. Aqui, em 1978, ocorreu uma transição qualquer, eu herdei uma disciplina, e comecei a dar. E nesses primeiros anos, entre outras coisas, eu usei um livro, que era em espanhol, *Ócio é um espaço não opressivo*, cujo autor tem nome grego, mas é um americano importantíssimo, que já era crítico da arquitetura moderna, esse autor que hoje é um dos papas, o nome não me lembro, acho curioso porque eu incorporei o livro. Há uma posição de crítica à arquitetura no lote, muito clara, nas minhas preocupações. E isso passa para a pós-graduação. E nisso ela foi absolutamente interessante. Porque dava chance de eu discutir com grupos específicos e com as gentes as mais curiosas, – ex-colega, gente mais velha que eu, etc. – os assuntos que iam surgindo. Deu para fazer a revisão do Carlos Barjas Millan, deu para voltar à questão de São Paulo, estudar o Pedro II, estudar o eixo do Tamanduateí: a gente estudava isso 10 anos antes desse atual trabalho. E uma série de questões: reprojeter a Praça da Sé, reprojeter o

parque... Eu me lembro do primeiro projeto do José Magalhães para a Praça da Sé, do projeto do Joel Campolina para o Pedro II. Foi muito rico e eram projetos não no sentido de projeto acabado, mas de idéias de projeto bem-colocadas. Então acho que funcionou como válvula de escape, poder ficar discutindo uma coisa que não era muito aceita, que era quase a negação da arquitetura objeto, como sendo a confirmação de tudo. E ter um pequeno auditório com quem se podia discutir. E deve ter surgido algum resultado, porque os alunos se lembram, comentam e tal, apesar de ser uma coisa meio exploratória. Com relação à maneira de dar aula, é sempre uma maneira, mas agora eu estou tendo que modificar. Você começa com um assunto, esse assunto vai sendo discutido, apropriado, de repente o pessoal engata e aí sai a coisa. No final sai projeto, via de regra sai projeto. Não projeto, mas sai idéia de projeto nos cursos. Mas como é um curso de animação, de fazer o pessoal se envolver etc., nunca tive uma linha rígida, mas vai pegando, vai andando, até chegar aos interesses dentro de uma idéia central que você está propondo.

**MI:** Como você generaliza a partir daí? Como é que você poderia transferir essa experiência para um projeto envolvendo outros professores?

**SS:** Aí acho que eu me enquadraria dentro daquela linha que a Otília Arantes<sup>2</sup> chama de ciclo já fechado, que é o pessoal do contexto, o pessoal, num certo sentido, do *revival*, da ligação com a arquitetura anônima, essas coisas todas. Eu não sei até que ponto isso pode ser generalizado para todo mundo. Com certeza, o arquiteto *superstar* tratado pela Otília nunca passou pela minha cabeça. E também acho que recentemente, talvez a partir de 1990 para cá, começou a entrar a questão que o Júlio Katinsky está colocando agora, muito interessante: tem a arquitetura do cotidiano, que é anônima e que vem da definição de arquitetura da escola, 200 anos atrás, a arquitetura monumental, que são os elementos significativos, não necessariamente grandes, e, hoje em dia, a arquitetura promocional. Que já está na galeria Lafayette, já está nessas coisas todas, mas que é promocional, quer dizer, é uma arquitetura que

é um espetáculo, quase. Ela pode usar elementos monumentais, ela pode ser anônima, que é meio *kitsch*, mas ela tem um objetivo muito claro. A partir de a gente começar a perceber que isso existe, houve uma mudança no curso, na linha de querer começar a interpretar melhor a questão econômica, a arquitetura como realização econômica, quer dizer, como mercadoria, usando os termos da Ermínia.

**MI:** Ou do Marx?

**SS:** É, da Ermínia, que faz uso de Marx. E a oposição ao Marx, que é muito bonita, é de um dos melhores intérpretes dele, aquela questão de que o valor é infinito. A mercadoria é o resto, você pode medir. Então essa questão de valor e de mercadoria, na arquitetura, tem uma coisa muito interessante: o projeto, de fato, é uma agregação de valor; num certo sentido, infinito, por ter sido filtrado subjetivamente, recebido e transmutado subjetivamente, o que fica sempre proposto. Então, o projeto não é simplesmente o risco de uma coisa que vai ser construída, mas ele é um valor proposto às vezes no próprio desenho. Os desenhos do Mendelsohn<sup>3</sup> quando foram construídos, e do Sant'Elia, que morreu antes de fazer qualquer coisa, mas são incríveis; o Plan Voisin, são desenhos que propõem coisas, valores, modos de vida, tanto de uma maneira lógica como supralógica. Acho que o projeto é alguma coisa infundida, quando ele é construído, no arranjo de material, e fica berrando a sua condição eternamente. E isso leva você a ter referências muito antigas que fazem faces ao presente. A pirâmide atua, o templo grego atua sobre a gente como um elemento que está falando. E o Lúcio Costa vai dizer que esse elemento que fala é um elemento, mesmo quando perde a razão de ser, a função, o apoio social continua tendo uma poesia, questão levantada que acho muito bem colocada.

**WJ:** Mas, os templos gregos e todos esses testemunhos precisam ser entendidos também na sua época, para a qual foram construídos. Há aí uma mensagem a ser resgatada, não é?

**SS:** Há, o contexto eventualmente explica o projeto, mas isso não impede dele continuar atuando mesmo que o sujeito não entenda a explicação. O templo grego acaba tendo uma influência tão

variada que a gente está ligado a ele ainda hoje, até sem saber. Há, na articulação de valor que o projeto propõe, uma coisa viva, que permanece, porque a memória, o homem enquanto memória, que se retoma de geração em geração, se recolocando e tal, recupera essas coisas e repropõe, mesmo que ele interprete de outra forma. O templo era pintado de vermelho, não sei o que, não é mais; é todo de mármore, assimilou-se ao mármore. Então você sente que aquelas formas, aquelas relações e aquela harmonia, etc., continuam tendo uma ação, subliminar. Aí não importa, não estou querendo ver qual seja. Mas isso faz com que você entenda o projeto como algo que se refere à construção. O Argan é que coloca isso. Mas que não é construção. E isso não é novidade nenhuma. Estava achando que ia causar uma celeuma, mas o Katinsky coloca: Não, isso estava indicado pelos primeiros: está no Boullée, nos revolucionários franceses. Eles cortam essa relação da técnica com a arquitetura...

**MI:** Cortam?

**SS:** Cortam, no sentido de dizer: não se confunde uma coisa com outra. Uma usa da outra, precisa da outra.

**MI:** Não se confundem, mas novas idéias contidas no projeto não decorrem também das transformações tecnológicas?

**SS:** Aí é o jogo dialético. Isso que é interessante. Quer dizer, você está lidando com valores como posições, e você usa das possibilidades que são abertas e expressa essas possibilidades pelo próprio elemento técnico, para fazer o seu discurso, etc., etc., mas são articulações distintas. Elas não se confundem. Há uma tese que vai sair agora, do Alessandro Ventura, muito interessante dizendo que a questão construtiva e técnica, etc., é que faz a forma no final. Mas, de fato, construir a forma, da qual está falando, é a própria forma. Não a forma enquanto formato, enquanto fôrma. Mas uma forma enquanto processo dinâmico que vai se transformando.

**MI:** Enquanto idéia, inclusive, de modo de vida? Com alguma coisa dentro?

**SS:** Envolve tudo.

**MI:** Dentro e fora do construído.

**SS:** É, porque o interessante da arquitetura é que ela sempre tem uma definição do que está dentro e do que está fora. Nesse sentido ela é uma referência central, ela é referência central não porque é um edifício, mas porque ela tem esses dois tipos de relação. Ela estica tudo que você quiser para fora, ela interioriza tudo. E no fundo as formas arquitetônicas são sempre ambíguas, porque elas servem para aquelas coisas que você pensou, explica. Mas elas são reapropriadas e se transformam, mesmo sem mudar a geometria. E vai sendo reinterpretada, retomada no tempo, na história, no local. Às vezes você pega a mesma forma, muda de local, ela vai dizer outra coisa. Aqui ela é libertária, aqui ela é opressiva. Então é uma discussão mais complexa do que simplesmente redocorrências. E sobretudo um projeto visto desse jeito, ele é um projeto em que você só está trabalhando com a transformação em si.

**MI:** Mas estamos falando em termos excessivamente gerais agora. Por que essa concepção de arquitetura? Nós precisamos aplicá-la em dois sentidos. Primeiro: a sociedade brasileira e a atualidade. Como é que isso se amarra com o nosso presente e até com o nosso futuro? E segunda coisa: como é que esta amarração se traduz no nosso curso? Se nós pretendemos fazer alguma coisa, se temos um projeto para o nosso curso de pós-graduação, como é que essas concepções se integram ao curso?

**SS:** O projeto é uma coisa que embute a arquitetura e deixa ela viva sempre. Então, quem faz o projeto, quem explicita o projeto, e aí é necessariamente o arquiteto, está sendo intermediário da realização da arquitetura. Bom, e como a gente vai trabalhar essa questão de fazer projeto? Se ele quer ser essa coisa viva do Mendelsohn e tal, há três coisas. Primeiro, o projeto usa da construção, e precisa saber mais da construção do que ninguém, para poder ser realizado, mas ele não se confunde com a construção, ele se refere. Segundo, o projeto rege os conhecimentos de que necessita para se realizar, ele não usa da estrutura pronta desse conhecimento, ou daquele, para depois acontecer. Ele surge da indagação da possibilidade daquilo que pode ser. E nessa procura do pode ser, fala: preciso saber a base social, preciso

saber a geologia (se tem matacão lá embaixo, senão a estaca não entra) e assim vai. Então ele vai mergulhando e catando de todas as áreas, o que interessa, a economia, etc., etc., para poder se consolidar e surgir como proposição. E a terceira questão, o projeto, qualquer que seja o tamanho do objeto que você está fazendo se relaciona com o espaço todo. Não existe o projeto da escala regional, o outro da escala urbana, essa especificidade, como diz o Milton Santos, é invenção malévola dos geógrafos. Em nível de projeto, você faz um banco na praça e muda a praça, aquela praça mexe na cidade, a cidade mexe... e assim vai. O exemplo mais típico é fazer uma torre no centro de Paris e mexer no mundo. Então você tem um poder...

**MI:** O banco mudar a região eu já acho excessivo. Você muda um símbolo de Paris e seríamos atingidos até que ponto?

**SS:** Isso é só para mostrar o seguinte: você tem que trabalhar essas três coisas. Reger os conhecimentos para se realizar, saber que se relaciona necessariamente com todos os tamanhos de espaço, todas as porções do espaço, direta ou indiretamente, mas se relaciona. E que você se refere à construção, usa-a. É necessário materializar ao máximo. Mesmo qualquer desenho que você faça tem uma hipótese de construção por trás, senão não funciona. Mas o projeto ultrapassa a construção. A própria obra feita, na hora que você fez o arranjo do material, aquilo fica berrando. São três elementos. Esses três elementos dão algumas características ao ensino. Primeiro: a gente tem que exigir uma base técnica muito grande. Porque, sobretudo hoje em dia, você muitas vezes faz o projeto sem saber como ele vai ser construído. Você está propondo uma maneira, mas na hora que ele for acontecer, daqui a 2 anos, aquilo que você propôs como vedação já não dá mais, surgiu outra coisa, e ele tem que ser reprojetoado, adaptado para usar aquele novo processo. Então, a base técnica de que a gente falava, a tecnologia nova, progressista, vai abrir os campos. Hoje você tem uma indagação técnica em aberto, que você insere o que quer fazer, mas não sabe direito, vai ter que acompanhar para ver o que dá. A segunda coisa: você tem que ter a

perspectiva de indagar a possibilidade do que quer fazer. E, ao mesmo tempo, de poder recorrer a todas as áreas do conhecimento necessárias para isso. E terceira: não adianta trabalhar o projeto numa escala única. Tem que fazer essas referências, de algum jeito, inclusas, explícitas, o que for, mas ela acontece.

**WJ:** Não adianta ou não deve?

**SS:** Eu achava que antes não devia, agora que não adianta. Porque, mesmo se o sujeito pensa que não está usando as escalas, ele está. Então é melhor tratar de explicitar isso: como é que eu estou usando. E aí tem uma coisa curiosa, que tem a ver com a FAU. Na FAU, por exemplo, eu estou preocupado com essas coisas e eu sou um sujeito que desenha. Eu nunca fui tempo integral porque eu queria poder projetar, um pouquinho, mas eu sempre fiquei desenhando. É o que me prende, o que me dá sustento. Não financeiro, é o que me dá apoio em qualquer elocubração, que é trabalhar o processo da forma. Agora, há pessoas na FAU que fizeram trabalhos interessantíssimos, aquele Guerra, não sei, aquele orientando da Ermínia, naquele livro sobre o processo da construção civil no Rio de Janeiro. Eu esqueço o nome dele.

**MI:** Queirós Ribeiro.

**SS:** Na época eu ficava arrepiado. Ih! Esse pessoal está determinando tudo. Não vai mais ter arquitetura para fazer, porque tudo é condicionado pelo capital, imagina. Hoje, lendo aquele livro eu fico extasiado, porque começa a usar um monte de referências importantíssimas, para você entender exatamente a escala. Os prédios acontecem assim por quê? Os prédios estão relacionados com esse processo, com isso e com aquilo, não adianta querer inventar um outro prédio diferente, se ele é expressão de um processo.

**MI:** Então você está falando em escala não só em termos físicos.

**SS:** Ah, é espaço social, sim. E é num sentido do espaço social, é como tradição da apologia cultural.

**MI:** Digamos, forças do capital definem esse processo?

**SS:** Sempre! E na hora que você pega essa contribuição específica, desse pessoal que foi

trabalhar a renda da terra, foi trabalhar nessas coisas todas, que pareciam áridas, distantes do projeto, etc., e ela conflui, para você entender a escala do projeto, começa a dar um diálogo interessantíssimo. Há o pessoal que foi fazer o recenseamento da arquitetura moderna antes do pós-moderno? Tem o pessoal da arquitetura da desculpa, destes últimos 30 anos: pedem desculpa por tudo, porque não puderam fazer nada. Então você tem uma outra corrente na FAU, lindíssima, que vai fazer o quê? Verificar, discutindo do pós-moderno para depois. Vai falar: "*Vamos ver como isso começou no pós-guerra e no nosso nascedouro urbano afirmativo.*" Aí eu queria juntar um pouco a questão da divergência e da convergência. Parece que na FAU, nesse processo de cada um poder fazer o que queria na pós-graduação, cada um pode abrir seu campo de indagação, cada um quer afirmar seu grupo, crescer como paisagista, como isso e aquilo, houve uma grande divergência, no sentido de abrir para muitos lados. Mas, humanamente falando, você abre e depois fecha. Então acho que está começando a haver uma interação disso daqui, e está tudo fechando.

**MI:** Isso ocorre na sua cabeça, mas entre os professores também?

**SS:** Não, acredito que não. Mas eu estou percebendo que isso acontece. Porque eu comecei por mim. Eu começo recorrer a tudo isso.

**WJ:** Sylvio, do seu ponto de vista, se isso é uma convergência positiva, você deveria acelerar o processo, o seu processo de integração na pós-graduação, na sua influência, e a valorizar essa convergência.

**SS:** Eu gostaria muito! Primeiro, a gente não está trabalhando com uma faculdade qualquer, falando agora da FAU. Depois eu posso falar da pós-graduação em geral, pela minha experiência de Guarulhos. Na FAU é claro que você está no local de maior riqueza acumulada de conhecimento, de perspectivas, os livros básicos saíram daqui via de regra, a nossa biblioteca... assim vai. Então você tem uma riqueza divergente incalculável. Você tem pessoas interessantes, muitas vezes separadas por bobagens, por cores,

por nuances, por tipo de jeito: um anda rápido, o outro anda devagar, etc. Tudo isso vira questiúnculas, quando de repente isso daí é uma base ativa de conhecimento e de convergência muito forte.

**WJ:** Sylvio, nesse artigo da *Folha de S. Paulo* que estava em minha bolsa, há um projeto, “Brasil 500 Anos de Arquitetura” que o Roberto Montesuma<sup>4</sup> está coordenando em nível nacional. E nele não aparece um só representante da FAU. Quer dizer, se aqui nós estamos com a maior riqueza em criação, em contribuição cultural para arquitetura, por que num projeto que se propõe a fazer uma avaliação dos 500 anos de arquitetura do Brasil não é chamado um profissional ou professor da FAU? Olha só: Universidade do Pará, uma pesquisadora da Alemanha, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, pesquisador independente do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade de São Carlos (USP – São Carlos), Universidade Católica de Santos e Universidade Anhembi Morumbi. Quer dizer, numa proposta que pretenda fazer essa revisão dos 500 anos de arquitetura no Brasil, um projeto nacional junto ao governo federal não aparece a FAU. O que acontece?

**SS:** Eu não li esse artigo, mas o Montesuma via pessoal da Anhembi, etc., me procurou para obter apoio de Guarulhos, que vai dar apoio para eles também, para fazer, por causa de relações e tal. Só que os professores que dão aula na Anhembi Morumbi, ou que ele está acionando aqui em São Paulo, geralmente, são todos formados pela pós-graduação da FAU. Ou foram alunos da FAU na graduação e depois pós-graduandos, doutores, etc. Então, a FAU pode não estar diretamente, mas eles não têm jeito, eles têm que recorrer à FAU de um jeito ou de outro.

**WJ:** Quer dizer, você aponta que mesmo não querendo, eles acabam voltando às raízes?

**SS:** Ou que tiveram que pedir para mim. Eu não sou FAU, eu sou Guarulhos naquela hora. Mas também eu sou FAU. E vieram falar comigo. Foram os meus orientandos na FAU, que estão lá, que pediram. Então a FAU tem uma ...

**WJ:** Conta um pouquinho dessa representação evidente da FAU na cultura de arquitetura no Brasil, do processo de formação, de pesquisa, e ela não é chamada. É algo inacreditável.

**SS:** Há dois aspectos. Um: há a concorrência, quer dizer, é tão grande, é tão poderosa que o pessoal cai fora porque tem medo do outro, de ser engolido, ou de não conseguir se expressar corretamente, quer criar o seu caminho próprio por fora.

**MI:** Usa, mas não reconhece?

**WJ:** É, quer dizer, a FAU é a esfinge: me compreenda ou eu te devoro.

**SS:** É, pode até ser. Mas é mais oportunista, quer dizer, o “*vamos por fora desse caminho, que esse caminho é mais difícil*” Enfrentar esse pessoal? Agora, há um reverso dessa medalha, que é cruel. A FAU não sabe se conectar para fora. Ela é entrópica. Os seus membros estão lá fora, atuam, participam, têm presença. Aí chega aqui, anulam ação de força, entendeu? Um briga com o outro, coisa que fala com o outro, e tal. Em vez da gente pegar e valorizar o que tem, não valoriza. A FAU surge em 48, de uma origem politécnica muito importante; o Nestor fez essa análise. Quer dizer, é quando você troca o racionalismo pelo modernismo. Um dos motivos que levaram à existência da FAU é isso. Ligada à velha história de que a Belas Artes tinha que se libertar da Politécnica, e tal, mas isso daqui é meio que um discurso, e, de fato, não vale a pena discutir até que ponto foi importante essa separação ou não, é mais complicado. Mas a FAU surge, com uma certa independência, no momento em que a afirmação da arquitetura se dá plenamente como instrumento de contemporaneidade do país. Mas isso não é mérito nosso, é mérito, sobretudo, do Lúcio Costa e de toda visão que ele teve de todos os arquitetos, inclusive Artigas, que estão espalhados por aí. Mas é um sujeito que entende o que está acontecendo no mundo e consegue traduzir isso aqui, escolhe uma certa tendência que ele percebe ser útil para fazer a afirmação cultural, a promover, dá a bandeira da urbanização, etc.

**WJ:** E o contexto desenvolvimentista do JK?

**SS:** Não, é antes disso. Você pega o rabão.

**MI:** E o Anhaia? Não foi o Artigas que fundou a FAU.  
**SS:** Não, foi o Anhaia. O Anhaia é interessantíssimo, eu acho. Também, porque a questão da modernidade é mais complexa. Porque o pai era politécnico. Mas fundamentalmente é o Anhaia, a interpretação urbana dele, a questão do Prestes Maia, aquela ligação toda. E sai a FAU. Então a mudança, a FAU, têm raízes mais profundas e o rabão coloca que o Brasil é importante na arquitetura moderna de 40 a 60, que ele é pioneiro no mundo. No Brasil acontece a arquitetura moderna que não está acontecendo nos outros locais. O pessoal vinha para cá para ver arquitetura moderna. Esse período é um período de afirmação voluntarista. Parece que a vontade é que define tudo. E há uma geração de gente formada sob essa égide, que é diferente dos anteriores que se formaram antes da guerra. Especialmente tipo Artigas, tipo o Anhaia, Eduardo Kneese de Melo<sup>5</sup> etc., são pessoas que sofreram muito para chegar onde chegaram, entendem o que quer dizer isso e sabem que isso vai ter que se transformar. Eu não esqueço o Artigas me catando pelo braço: *“Olha aqui, o pessoal pega umas coisas que a gente fala e transforma numa coisa tão doutrina, tão regra e acaba dando essas coisas malucas aí”* O Artigas, logo depois do negócio do concreto aparente, está fazendo uma crítica e o pessoal não faz. Esse período áureo, da formação da FAU e da formação dessa geração que vai fazer a FAU, é de uma geração que não tem crítica. Ela vive, ela se forma, é dedicadíssima à arquitetura, vai recusar mil projetos porque não está de acordo com isso, com aquilo, tem todos os méritos, mas ela não consegue sair dessa base de auto-afirmação voluntária, voluntarista. Isso marca muito a FAU. Marca pela afirmação disso por meio do aprender de um curso que era essas regras. Marca pela negação disso, também. E marca pela tentativa de entre a negação e a afirmação, de tentar descobrir o diferente. E aí gera a divergência. É por isso que eu acho interessante esse pessoal que está voltando para início do modernismo entre nós, quer dizer, depois da guerra e o pós-guerra. Eles vão começar essa história outra vez do começo e não vão ficar com essas divergências que surgiram. Se você olhar,

a FAU é montada nessas divergências, a partir dos anos 60, já na divisão Sérgio Ferro<sup>6</sup> e Artigas, que se transforma numa divisão de arquitetura, mas que fundamentalmente era uma postura dentro do que estava acontecendo. O Artigas falou: *“Não entra nessa que vai morrer todo mundo. Vamos segurar um pouco, tentar sobreviver, nos enquadrar”* O outro *“Não, precisamos virar a coisa. É o sangue dos operários e tal”* Isso, então, é uma questão política, ela vira ideológica na tentativa de defender posições políticas. Na medida em que esse racha é meio interrompido pelo golpe, pelo exílio, por essas coisas todas, cassação, tal, você vai ter um tempo na FAU em que os instrumentos administrativos têm um grande poder, e tudo se amplia, cada grupo surge para um lado e para o outro. O projeto vai diminuindo diante das outras afirmações. Então, vai nesse processo de divergência. Então você tem uma postura inicial que nunca pôde ser criticada, desse período meio mítico, de um momento em que você podia fazer tudo – a grande arquitetura. Seja por negação, seja por afirmação, seja por tentar encontrar outro caminho. Só no final dos anos 80, quando o pós-modernismo acabou praticamente (eles já estão fazendo o recenseamento dele) é que você começa a ter maior abertura, começa a poder ler as teses com menos sectarismo, etc.

**MI:** Acabou o pós-modernismo, vai nascer uma pós-arquitetura?

**SS:** O próprio movimento cultural, intelectual, começa a ser recenseado já no final dos anos 80-90.

**MI:** Eu quero saber o que nós temos hoje.

**SS:** Hoje, um filósofo de quem eu gosto, mas que as pessoas dizem que é muito amplo, fala o seguinte: *“Acabou a ética de origens religiosas, seja ela da Igreja mesmo, seja do Estado enquanto Igreja, seja do bem público enquanto substituto de tudo isso. Então, não mais ética externa: hoje ética por eleição. E isso coincide com uma coisa onírica, com essas idéias todas das tribos, etc., de que não há mais comportamento de massa, mas de grupos querendo se expressar, se encontrar. De massa não, de classes. Então, você está diante de dois processos: estatização violenta da sociedade e... O juízo estético hoje é*

importante para todo mundo. O cara tem que se vestir de acordo com a turma dele, e se afirmar... É de massa esse fenômeno. De outro lado, diante da produção de massa, ocorre uma subjetivação por meio dos grupos, cada um tem de eleger a sua bandeira, sua coisa. Aquele sujeito lá vai dizer que ninguém quer andar mais bem vestido, todo mundo quer virar pobre, só que há aqueles que usam o pobre de seda.

**MI:** Como isso acaba repercutindo sobre a arquitetura em geral e sobre a arquitetura brasileira? E sobre o ensino da arquitetura?

**SS:** Isso abre uma chance para a arquitetura. Porque no pós-modernismo, mais fora do que aqui – aqui ninguém entendeu direito, caricaturaram, copiaram e ficou só o ridículo da coisa importada – ocorre fundamentalmente uma relativização de tudo. Não há mais passado, não há mais futuro, tudo é o presente. É interessante isso, é uma boa crítica. Não leva a muito, mas dissolveu um monte de coisa que era bom dissolver. Porém esse relativismo de repente, para nós, – no momento em que você liberta as linguagens, liberta a informação, abre, e tem de encontrar sua maneira de ser no mundo, que é coercitivo, impositivo – começa a exigir que a gente tenha posições, e começa a exigir que a gente tenha projetos, propostas, seja de grupo, seja de segmento, seja de ONG, seja do que for, e isso começa a ser mais expressivo do que o projeto fechado modernista, que era *“Sacrificamos tudo em função do futuro e negamos o passado porque ele é suspeito”* Ou do não-projeto pós-moderno, que é *“Vivamos e aproveitemos, seja o que Deus quiser”* Hoje temos uma chance, com a libertação das linguagens e com a necessidade de encontrar formas de expressão, para poder viver nesse mundo muito mais competitivo e tal. A gente tem uma chance.

**WJ:** O que significa essa produção de arquitetura? Sabemos que a participação direta dos arquitetos em projeto etc., o que se consome no Brasil é mínimo. As políticas habitacionais do Estado atingem centenas de milhares de pessoas com produtos muito ruins do ponto de vista do espaço urbano e do ponto de vista da própria unidade residencial, etc. Talvez uma

orientação de conteúdo mais urbanístico pudesse dar uma função muito mais adequada à cidade do que as intervenções esporádicas e fracionadas de cada um querendo fazer, criar o seu símbolo para a cidade. Como você coloca essa sua posição bastante ampla da arquitetura, dentro desse quadro da produção da arquitetura, a do arquiteto e as demais?

**SS:** Certo! Um orientando meu, o Nunes de Azevedo, está terminando a tese, fez a análise da produção habitacional. Ele vai ver o seguinte. Antes do BNH (estuda o Nabil, Marta Farah, um monte de gente), nos IAPs, você tinha uma estrutura muito interessante de produção: o arquiteto, a construtora, o engenheiro, o cliente (é o IAP que tem o dinheiro na mão) e o usuário, ou seja, o funcionário. Então você tem uma arquitetura de excelente qualidade, afirmativa, modernista no melhor sentido, moderna no melhor sentido, ética, social, etc., produzindo monumentos que estão até hoje aí. O BNH chega e transforma isso num grande negócio. Acho que o grande negócio é o seguinte: junta todo o dinheiro na mão de um só, você aí tem de competir pelo dinheiro lá (não é mais o dinheiro local), de alguma forma de controlar o que está acontecendo. Oferece muito dinheiro, as estruturas preexistentes não agüentam e começam a virar *hidroservice*, começa a virar todo esse outro tipo de estruturação. Estou dizendo grandes firmas que vão viver em função disso. Como você tem comprador certo para o seu produto, porque ele é financiado, então o negócio é produzir, produzir, cai a qualidade, desmontam-se as equipes, e cada um vai tratar de ver o que ganha com isso. Ao terminar o BNH, termina o financiamento, ou termina a ação estatal dirigida, que alimenta toda essa estrutura.

**WJ:** Que não valorizava o projeto.

**SS:** Não. Ela valorizava o produto acontecido. Qualquer que fosse ele.

**SS:** Aí volta a haver, começa a haver mais competitividade, começa a haver a questão do mercado, e o preço, hoje em dia, importa. Importa se o apartamento de três quartos custa 10% a mais ou 5% a mais ou 5% a menos. Você ganha não é mais no giro do dinheiro, no contrato, na jogada,

não é nada disso. Você vai ganhar é no tempo de execução, na seleção dos materiais, não sei o quê.

**MI:** Então a parte técnica tornou-se mais importante?

**SS:** Importância violentíssima! Passou a ser muito importante, hoje, a coordenação de todos os elementos de projeto, e a exigência de quem compra passou a ser muito maior, porque ele vai escolher o vermelho e não sei o quê. Então você tem que acertar isso, a expressão da forma dos espaços vai pesar muito mais. Tentam, na hora que começa a surgir essa necessidade, recuperar o arquiteto como coordenador de equipe. Ele não consegue mais coordenar, pois ele desaprendeu. E nós desaprendemos aqui na FAU a fazer isso. Aí começa a se inventar: hoje tem um sujeito chamado planejador de empreendimento, que vai dizer como tem de ser a coisa em geral.

**WJ:** Você vislumbra diretrizes para essa convergência que aparece? O arquiteto precisaria voltar ao ...

**SS:** Mas o arquiteto perdeu o terreno, ele perdeu a condição de coordenar, como ele fazia antes de se dissolver no período BNH, mas ele começa a ser um elemento muito necessário nesse processo. O que mais me espanta no que o Nuno está levantando – afirmação dos construtores dos grandes empreendedores – é que o projeto de arquitetura existe em dois momentos: como momento inicial de proposição, para sair planta de prefeitura, para sair a planta que vai para o jornal, ter absolutamente corretas as especificações, senão essa questão do consumidor, ou da proteção ao consumidor, acaba com qualquer empreendimento. Elizabeth Goldfarb, que foi nossa aluna, uma grande arquiteta da área, disse: “São doze projetos, projeto de fundação, de estrutura, etc., etc.” O arquiteto continua fazendo o projeto até o fim e o entrega, só que esse projeto nunca vai ser usado, porque ele é muito complicado. O que vai para obra é o projeto de fundação, o projeto de estrutura, o projeto de hidráulica, o projeto de não sei o quê, a ponto de haver firmas, hoje, que separam pela cor os projetos. Cor marrom é chão, cor azul é... Para só ir a informação que o cara precisa ter para fazer aquilo. No processo de racionalização, para eles ganharem no tempo e poder fazer a coisa virar mais

rápido pelo mesmo preço, ter uma produtividade melhor. Vai fazer a instalação do banheiro? Vem o sujeito com um saquinho, bota todas as coisas lá e acabou. No saquinho já está tudo certo, a quantidade de coisa necessária. Aí vem *dry-wall*, vêm as paredes que colam, e vem esse processo incrível de indagação técnica de importação de coisas lá de fora. E aí, o que está sobrando para o arquiteto de repente? Ele já não faz mais uma planta que vá para obra, mas ele é o sujeito que consegue fechar a idéia do que se quer, e ele é o sujeito que, se criar algum *feedback* com a obra, que é a grande reivindicação do momento, se voltar a interagir com a obra, voltar a acompanhar os processos da obra (pois vão mexer no projeto depois, na próxima proposta, e tal), é o sujeito que pode começar a crescer no seu papel, não de coordenador, mas de quem consegue ter a visão do conjunto. E, num certo sentido, ele pode recuperar uma condição anterior, de uma forma totalmente diversa, num outro momento. Isso na grande construção habitacional, e de edifícios altos e tal. O que seria importante para nós, nesse momento, na FAU? Está-se discutindo a questão de compatibilização de projetos? Trata-se de uma questão absolutamente atual. Como se compatibilizam esses projetos?

**WJ:** O hotel tem que funcionar bem, permanentemente funcionar bem. Então a questão não termina simplesmente na obra, mas você tem que antecipar o funcionamento para adequar o projeto. Porque o projeto traz em si a condição e o germe daquela história toda, funcionar bem ou não. O projeto tem que sair muito correto do ponto de vista dos interesses do próprio funcionamento.

**SS:** Mas ele não verá executado o seu projeto. Ele vai ser desmontado em projeto de painel, projeto disso, projeto daquilo.

**WJ:** Bem, a experiência ensina que é o contrário, você tem que trabalhar integradamente com todos os sistemas... Discute a proposta inicial do funcionamento, e vai continuamente reintegrando os diversos...

**SS:** Isso está perfeito. Mas acho que não nega o que quero dizer: você vai ter um cara que vai trabalhar

a questão das divisórias, ter um outro cara que vai trabalhar a questão dos revestimentos, dos carpetes.

**MI:** O arquiteto sintetiza a visão do trabalho. Divide o trabalho e depois recupera o conjunto? Não é só uma questão de montagem, é preciso...

**WJ:** Sim, mas você tem que saber antecipadamente a qual nível...

**SS:** Não, o hotel Ibis que veio pronto da França para cá, porque para construir era mais fácil, era mais rápido. Montaram em seis meses.

**WJ:** Mas o projeto foi revisto aqui, foi refeito aqui.

**SS:** Não é que ele veio pronto, o projeto, mas os elementos, as fechaduras, as coisas, eles importam.

**WJ:** Importa-se o que interessar: o que for mais barato, ou o que for adequado ao funcionamento.

**SS:** Ou o que se entrega no tempo necessário.

**WJ:** Hoje, num hotel em que nós estamos participando, em Guarulhos, os banheiros estão sendo feitos em Brasília, por uma empresa italiana. O projeto é integrado, agora as partes você monta e remonta.

**SS:** É isso que eu acho interessante desse momento atual, você percebe que... Então levado ao extremo, o que o pessoal do desenho industrial diz: o projeto da cabina de um caminhão Mercedes existe no seu esboço geral; depois ele é entregue para os vários elementos que vão produzir, que mexem um pouquinho aqui, mexem um pouquinho ali, e vão ajustando naquele escopo, entendeu? Isso não quer dizer que ele é menos preciso; ele é absolutamente preciso, mas você não tem mais aquela coisa de antes – você fazia o projeto e fechava ele todinho. Ele é dinâmico. Ele tem que ter manutenção.

**WJ:** Veja bem este edifício (FAU, Artigas): a estrutura dele foi transformada em aço por causa do tempo. Mas a idéia integradora permanece. Então, voltemos àquela sua idéia inicial de reintegrar, mas em torno dos critérios e da imagem da organização inicial dada.

**MI:** Isso faz parte do ensino de projeto, essa reintegração? Ou é uma tarefa interdisciplinar, porque a relação de tecnologia-projeto aí é muito estreita?

**SS:** Eu acho que a melhor solução seria a gente não ter mais essa divisão. Pode até ter departamentos, se precisar administrativamente. Mas nós devíamos trabalhar com os alunos de uma forma muito mais

direta. E na questão das problemáticas de arquitetura, porque o que acontece é o seguinte: você não faz arquitetura concebendo diretamente formas e completando e não sei o quê. Você sabe disso, que não é mais assim? Nunca foi, aliás. Mas durante esse período de muita afirmação, que é uma exceção no processo, esses 20 anos, ficou essa idéia que a atual vontade regia. E aí ficou a disputa sobre essa idéia: é, não é, como é que fica? Hoje está na cara que é o seguinte: você concebe alguma coisa, a possibilidade é enorme; você faz uma indagação, a possibilidade é às vezes de algumas idéias, até chegar numa idéia. E isto concebido, vai se transformar numa problematização. E o trabalho de projeto nada mais é que, mantendo um gancho com essa proposta inicial, ir enfrentando esses problemas etapa por etapa. O que acontece no ensino? Não há problematização. Fica eventualmente na concepção, ou na expressão dessa concepção com maior ou menor detalhe, mas você não consegue chegar a esse nível de problematização. A ponto de correr perigo, não aqui, mas eu vi em Guarulhos acontecer isso, de meninos estarem saindo da faculdade e não perceberem que a arquitetura é uma questão de estrutura, uma questão da vedação, apesar de saber construir, de saber tudo. Eles acham que arquitetura é uma questão de aparência, e estão absolutamente ligados a esse mundo de espetáculo, do fenômeno de massa.

**WJ:** Las Vegas?

**SS:** Não, Las Vegas era interessante porque era uma discussão de linguagem. Era a abertura das linguagens, o reconhecimento das linguagens da sociedade, não mais aquela imposição: tem que ser isso. É maravilhoso. Acho que o Roberto Venturi<sup>7</sup> abre um caminho aí. A casa da mãe dele é uma casa interessante. Mas hoje não, hoje é a aparência pela aparência. É a redução ao efêmero da moda. Não que não seja moda, eu acho que arquitetura é moda, mas ela permanece. Então, de alguma forma ela é incorporada, é retratada, retrabalhada, ou reproposta, e sendo a mesma, vira outra coisa. Isso daí tende cada dia mais a escapar, se a gente não voltar para conseguir criar essas problemáticas.

**MI:** Mas você acha que isso poderia ser resolvido com ateliês tipo escritório de arquitetura, mais concretamente amarrados com a realidade, com projetos efetivos, encomendas a serem aceitas? Como é que isso poderia ser tratado, acima de tudo na pós-graduação?

**SS:** Eu acho que há uma pesquisa de projeto a ser feita. E a pesquisa de projeto tem alguns elementos importantes. Ela tem que ter uma produção de arquitetura nova, seja para o Estado, seja benemérita, seja o que for, mas que entre recurso e permita a gente poder funcionar e dar a resposta em projeto. Esses projetos serão projetos normais, usuais, etc., que vão funcionar como revisão e treinamento, e agenciamento das coisas. Podem ser projetos específicos que de repente só uma consultoria universitária do nosso porte pode fazer. Na universidade interage muita gente, muita especialidade, de modo que você pode solicitar um preço muito mais em conta do que lá fora. Sabendo organizar. Podem ser projetos especiais mesmo, significativos, fora do cotidiano, do anonimato, e tal, e esse escritório pode também alimentar e armazenar recurso para fazer pesquisas experimentais puras.

**MI:** Mas isso exigiria tempo integral, não é?

**SS:** Eu acho que sim. E se você tivesse um escritório aqui, que pudéssemos trabalhar nele, para aqueles que gostam de estar na faculdade e que querem desenhar, podia ser um caminho. Eu não sei se para os atuais estabelecidos seria, mas para muito jovem, que tem condição ainda, e para muita gente podia se converter isso. O sujeito que é funcionário da prefeitura, trabalhando lá, e um brilhante arquiteto, ele tem de trabalhar aqui se tiver o que fazer. Esqueçamos aquele negócio de que se estaria concorrendo, tirando o trabalho dos escritórios de arquitetura. Se você tiver uma estrutura de produção dessa, você estará afirmando tudo que há lá fora. Você estará dando a referência, estará armazenando conhecimento. Estará criando condições de atuação. Estará dando possibilidade de assessoria. Então, estrategicamente, é interessante você ter isso na universidade de hoje. Mas aí é quase criar uma empresa dentro da universidade, para fazer isso. E

está cheio de empresa dentro da universidade por aí fora. E nós, longe disso. Então acho que é uma questão da prática efetiva. Outra questão que precisamos acostumar a colocar aqui na graduação e na pós-graduação: projeto não é objetivo de tese ou de dissertação, mas principalmente de tese; projeto é o objeto pelo qual vai se dar uma reflexão. E isso muda um pouco as coisas. Por exemplo, o Ventura cria uma série enorme de conhecimentos para fazer a tal da escola que ele vai defender como tese agora; faz a escola e no final diz assim: *“Eu fiz tudo isso, mas isso é episódico, o que eu quero mesmo é discutir a possibilidade de a gente fazer na indústria as coisas e depois montar lá fora.”* Isso é uma reflexão. Essa reflexão pode ser de cunho mais construtivo, técnico, etc., produtivo, como a dele ou pode ser mais ligado ao contexto do ambiente: o que significa? O que quer dizer? Para que serve? Então eu acho que toda essa produção nossa podia ser acompanhada de uma reflexão sistemática em cima. E não ficar naquela coisa que eu acho ainda um peso do período áureo, que uma vez feita, a coisa fala por si, não precisa dizer nada. Coisa nenhuma! Aí que você tem de explicar, discutir, ver criticamente, não no sentido destrutivo, mas no sentido de interpretar, de tirar as melhores conseqüências, ver qual caminho está abrindo. E essa reflexão em projeto, que eu tenho tentado fazer com os meus alunos agora, permite fazer isso. Primeiro, o sujeito quer fazer um projeto, tudo bem, vai fazer o que seja razoável e tal. Ele vai usar tudo aquilo que precisa para fazer projeto da forma mais livre. Feito o projeto, ele vai ter que situar o conhecimento usado e o projeto dentro de um contexto maior do conhecimento para poder compreendê-lo, entendeu?

**MI:** Sim, isso é ótimo, mas, às vezes, as pessoas não têm preparo suficiente para fazer essa reflexão. É difícil você combinar...

**SS:** Alguém deu parecer sobre o Nelson Saraiva<sup>8</sup> que é meu orientando. É um brilhante arquiteto, tem uma obra das mais significativas. É um dos que não fez a arquitetura da desculpa... *“Está discutindo a Ilha de Santa Catarina?”* E eu cansei de falar para ele que precisava ser isso. Na hora de escrever, ele

não escreveu isso. Ele achava que o projeto era a tese. Não é. A sua obra organizada é importante como referência, mas não é a tese. É o subsídio, porque não dá para por linguagem em código... Aí alguém falou: "... *ele precisa reescrever esse negócio, entregar mais explícito*" Fiquei bravíssimo, etc. Depois fui ver, não tinha escrito mesmo; eu escrevi. Aí ele veio para cá, nós trabalhamos arduamente em cima, e está tudo explicadinho, como é que vai fazer, como é que vai ser refletido. E ele entendeu que precisa ter reflexão. A FAU tem um acervo maravilhoso dessa aula, porque o que a FAU andou revisando a bibliografia sobre a arquitetura toda é muito... Se você pegar todas as dissertações, todas as teses, os livros consultados, o que foi usado de cada um, você analisa a tendência, um monte de coisa. Tem uma documentação pronta aí, é um acervo que ninguém conhece, ninguém usa, só quando publica um livro eventualmente. Então, temos condição de fazer esse trabalho. Agora, a gente precisa ter certa humildade.

**MI:** Isso eu tinha imaginado e pedido no começo da organização da revista. Esse balanço, estávamos encomendando, sentindo a necessidade dele. A disponibilidade das pessoas é que é pequena, e isso não saiu. Acho que está mais do que em tempo de fazermos isso. Ter gente é o ponto crítico. Porque nós não temos gente que pense que a academia é profissão também. E sem isso, acho que nada pode sair dessas idéias tão bonitas como as que nós estamos levantando.

**SS:** Aí talvez valessem a pena duas coisas. Falta a gente propor aos estudantes, aos órgãos financeiros de uma forma mais madura e mais articulada. E política, não é? Nos outros órgãos muita gente sabe muito bem o que fazer e tem dinheiro. E hoje as ONGs, por exemplo, que não sabiam arrancar um dinheiro internacional, hoje sabem apresentar projeto, trazer dinheiro. Então é uma bobagem nossa, tem muita gente que sabe fazer isso lá fora e não faz aqui. Eu acho melhor tratarmos de voltar um pouco isso e criar condição. Pessoalmente, muitas vezes me coloquei que gostaria de ser tempo integral, gostaria de fazer esse trabalho. Mas qual foi o trabalho que

descobri? É mais simples, não é nem esse. O Katinsky escreveu um texto, *Ensinar e aprender na arquitetura*. E ele fala exatamente disso, que a arquitetura sempre foi aprendido. O que é aprendido? É uma relação subjetiva, com aquilo que faz, olhando quem faz e acompanhando e repetindo o gesto. Não tem tempo, é até conseguir tua maturidade. Faz a obra-prima, vira oficial, depois vira mestre, e assim vai. Que são os nossos... da universidade. E o ensino não. O ensino é cognitivo, conhecimento a ser democraticamente distribuído por normas e avaliações, etc. Enfim, quando o Durand<sup>9</sup> faz a escola de arquitetura, faz a Escola de Belas Artes, que é um curso de arquitetura e tal, ele vai escrever um manual de ensino, manual de construir e uma história da arquitetura. Ou seja, o repertório, e como é que se realiza concretamente, materializa-se. E isso no fundo é cognitivo. O cara tem que passar, tem que ver. Nós perdemos essa noção do ensino. Agora falando já, o Júlio avança nisso, mas ele não fecha. Agora eu, fechando por minha conta. E ficamos com uma velha tradição de aprendizado, pegar na mão do sujeito para ele aprender, de tratar todo mundo pelo primeiro nome, e isso e aquilo. Aqui já não é uma escola, como era a FAU velha: a gente é uma escola já quase impessoal, os alunos não sabem o nome do colega. E lá fora, então, nem querem saber. É um cumprimento de etapa e de tarefa. Então, toda a discussão sobre diretrizes curriculares, agora, e de currículo mínimo antes, é uma discussão de princípios, de idéias, de número de horas, precisa ter laboratório, precisa ter isso, precisa ter aquilo, ninguém chega e diz: olha, tem que passar por esse mínimo aqui. Se não passar e não avaliar, não tem. E todas as estruturas universitárias e particular etc., têm que funcionar nessa base. Então começa a se recolocar a questão do manual de construção, manual de arquitetura. Qual? Vai ser provavelmente feito pelo pessoal de Brasília (não tenho notícia, mas eu gostaria de ter), que está preparando os cursos de graduação a distância, pelo computador. E o CD-ROM vai ser o manual de arquitetura, interativo, como você quiser, mas aí sim. Nós, na FAU, nunca fizemos esse recenseamento do que um sujeito precisa saber e do

que não precisa para ser arquiteto. Tenho uma amiga que veio dos Estados Unidos, com os dois volumes do que qualquer arquiteto formado tem que estudar para fazer o exame que dá direito a ser arquiteto, e não ser ajudante de arquiteto nos Estados Unidos. Fazer isso compete lá à Associação Americana de Arquitetos.

**WJ:** Exame como o da Ordem de Advogados do Brasil?

**SS:** É, mas é interessante que é um compêndio, entendeu? É um compêndio, não é nem CD-ROM, nada, é um livrão mesmo.

**WJ:** Isso significa que as faculdades estão perdendo o sentido, abriu-se o ensino da maneira mais desordenada, para atender o mercado, já que o setor público não queria assumir isso, e agora se ensina qualquer coisa. Você está colocando é que precisa haver um mínimo, e todo profissional deveria saber esse mínimo, sem o qual ele não estaria habilitado, não é isso?

**MI:** No entanto, isso é insuficiente, se esse mínimo é feito por meio de um CD-ROM, é extremamente insuficiente. E você citou sempre o Katinsky. Estou dando um curso com o pessoal de história da arquitetura e o Katinsky deu a primeira aula. Ele começou dizendo que o ensino de história de arquitetura não é para ensinar história, é para estudar cidadania. Aí há uma tese de que o indivíduo vem aqui não apenas para aprender o manual, mas tem que aprender muito mais.

**SS:** Não, mas aí tem a outra componente dele: o ensino de arquitetura, todos esses compêndios, esses manuais, sempre propuseram a utopia, sempre a crítica do que está aí, e a procura do "deve ser." Então, manual tem que ser isso. E parece que os manuais em CD-ROM, o grande galho deles é que eles são ótimos, são interativos, mas despertam tanto interesse no aluno, que o sujeito que precisa responder, na ponta, as indagações, fica superlotado.

**MI:** Existe uma demanda.

**SS:** É, uma demanda total. Então, desde que não seja uma coisa para congelar aquilo que já foi e que não é mais, e seja uma proposta de procura.

**MI:** O CD-ROM não elimina o professor, é isso.

**SS:** Não elimina o professor e não elimina a proposta de trabalho utópica. Isso na graduação. E na pós, o que está acontecendo? A questão do mestrado profissionalizante, que a USP acabou discutindo se é ou se não é. O pessoal da Capes, que aceitou a contragosto a imposição de se fazer o mestrado, por exemplo, parece que agora está revisando a posição e tal. Mas a universidade particular, o que vai fazer é mestrado profissionalizante, e vai ter grandes sucessos.

**MI:** Mas isso é só para incentivar a divisão do trabalho, e não é para fazer a síntese que você desde o início defendeu.

**SS:** Não, não é. Não é mesmo.

**MI:** Você vai criar técnicos capazes de fazer a plantinha do chão, mas não o conjunto. Desse jeito o campo da universidade...

**SS:** Não, em termos. Você pode. Você tem um curso que foi criado, chama ciências do movimento – o pessoal que trabalha com fisioterapia, jogador de futebol, não sei o quê. Foi bem feito, o pessoal da Paulista, que foi para lá, propôs. A Paulista não conseguiu aprovar o dela e o pessoal de lá aprovou, porque estava mais estruturado na Capes. E tinha 100 candidatos para 20 vagas no curso. Pago.

**MI:** Esse país é tão maluco que eu tomei um táxi, e o motorista disse que a filha dele tinha feito faculdade, ele pagando R\$1.000 por mês. "*Nem que eu tenha que trabalhar 20 horas, mas os meus filhos vão ter isso.*" Quer dizer, o custo humano do que nós estamos vivendo aqui é uma coisa que não existe, e tem gente achando que está melhorando muito. Quer dizer, o pessoal vai para essa escola, claro, na esperança de que uma técnica qualquer vai transformá-los e dar-lhes um pouco mais.

**SS:** Então, mas em arquitetura qual é a discussão? No nosso caso, lá em Guarulhos, não tem mais jeito, não vai ser um curso de arquitetura... a gente tentou, está funcionando, mas ele vai se transformar provavelmente num curso do empreendimento da construção na qual entra administrador, entra engenheiro, e entra arquiteto, e entra não sei o quê. E cada um depois especializa o seu não sei o quê.

Mas era uma área maior que permitia existir uma maneira especial da faculdade no mercado.

**MI:** Sim, o mercado vai regendo tudo.

**SS:** Regendo, e para eles (eles são empresa), pronto, acabou. Eles já optaram por ser empresa e acabou o que podia ser fundação. Resolveram ser empresa. Então o que está acontecendo é que a faculdade não é mais hegemônica, e ela é responsável por um produto colocado no mercado, e tem que dar conta dele. E a faculdade privada já sabe: se sujeito entra ruim ou bom, se ela pega um cara de baixo nível, de alto nível, não importa, ela tem que entregar o nível médio satisfatório estabelecido para garantir o seu negócio, entendeu? E todo mundo hoje ensina, você aprende no aplicador de *software*, ele te ensina; na igreja você vai, todo mundo ensina, o ensino não é mais privilégio dessa instituição. Você começa a ter especialização de universidade, de faculdade, não é mais a mesma coisa. A questão é que nós da escola pública, diante dessa mudança, estamos ineptos, e sempre com aquela navalha na cabeça: o dia que cortarem a torneirinha, o que vai acontecer com a gente? Estão cortando, não é, sistematicamente, os salários, as produções...

**MI:** Tem que virar empresa.

**SS:** Percebe? Então, não tivemos a capacidade de interpretar duas coisas. Primeiro, vamos tratar de segurar a torneirinha aberta, garantindo parcerias, ligações, de tal forma que eles não possam mexer com a gente, precisem da gente. Segundo, vamos tratar de aumentar essa torneira trazendo as parcerias, trazendo tudo isso. Não conseguimos fazer esse raciocínio, ainda estamos naquela defesa boba, de um monumento do passado que você tenta segurar, sem adequar, não é? E aí eu acho que na nossa pós-graduação isso é fundamental. Quer dizer, a gente não vai fazer mestrado profissionalizante lá fora.

**MI:** Não, estamos é formando pessoal para esses mestrados.

**SS:** Mas temos que descobrir o nosso papel nessa história toda.

**MI:** Digamos, o Estado está sendo explorado por meio do papel da gente. Porque essas escolas particulares

estão pegando para atender a esse mercado, o pessoal que nós diplomamos.

**SS:** Veja o caso Guilherme Mota, que dirige o Mackenzie, brilhantemente, e tal. Então, eu acho que temos que descobrir o papel no mercado geral, mantendo a condição de escola pública e sabendo...

**MI:** Mas então qual é a condição de pública? É isso que estou querendo dizer. Se as escolas privadas podem ter como tarefa atender ao mercado, só a escola pública não pode. Ela tem algo mais a fazer, porque ela é pública e ela é de todo mundo.

**WJ:** Como fazer a crítica do processo – é isso que você tá colocando desde o começo. Mesmo na pós-graduação, como colocar isso sem perder de vista as transformações sociais, inclusive dessa posição da universidade, que está mudando, como você falou.

**SS:** Olha, eu vejo o seguinte: a produção crítica que já temos, se ela fosse articulada de uma forma melhor, podia render benefícios muito mais interessantes do que rende. Seja por editoração, seja por assessoria, seja pelo que for. Daria para se articular isso, se se quisesse. Um escritório desse, que funcionasse em nível de pós-graduação, essa pesquisa de projeto para valer, sério; num escritório desse há vários tipos...

Tem o aluno da FAU fazendo estágio e aprendendo computador e não sei o quê; tem o professor que precisa se reciclar porque deixou de fazer projeto, precisa voltar a fazer projeto; tem o cara de fora que vem, e você inclui; tem o pesquisador que está fazendo pesquisa de ponta; e assim vai. Você pode enfiar tudo isso num escritório dessa produção. Existe na Inglaterra.

**WJ:** Mas, de produção, ou de projeto?

**SS:** De projeto. Pegar projeto para fazer.

**MI:** Só não há o concreto. Só não há pessoas. Não há o salário, não há pessoas.

**SS:** Mas, por exemplo, o Arnaldo via FUPAM, mesmo sem ser tempo integral, vai fazer esse laboratório de projeto, e eu vou estar com ele nessa história lá num espaço que a gente tem. E já tem projeto para fazer. Ele já andou cavando projeto, meio assim sem abrir muito o jogo para não ficar criando uma ira generalizada, mas vai ser um caminho.

**MI:** Então seria uma articulação maior do ensino com a pesquisa?

**SS:** E, aí, a pesquisa em projeto, isto se aprende primeiro a entender que o nosso trabalho é inteligente, a FAU é inteligente. O processo da forma é inteligente, o formato é burro, é geométrico, mas processo não é. Então, se ele é inteligente, ele consegue articular conhecimentos para se realizar, e ele consegue ser revisado depois de feito. Você dá uma dimensão intelectual explícita a uma coisa que sempre foi tratada implicitamente, que achava implicitamente se bastar, e não se basta. Quando ele começa a se explicitar intelectualmente, ele consegue relacionar-se com as áreas de produção intelectual. Não mais de pires na mão pedindo apoios, mas dialogando, conversando e criando os seus paradigmas, e criando a sua identidade. Então acho que é por aí que vamos trabalhar, e não dá para fazer isso sozinho, os arquitetos que projetam sabem, e tratando projeto como uma questão importante, central. Mas você abre mão de pegar a metodologia das ciências sociais e aplicar direto no projeto. Porque o projeto vai depender das ciências sociais no que interessa, o que não interessa pode ser até incoerente. Quer dizer, vai deixar de usar, porque não precisa saber de repente certas taxas de mortalidade, precisa saber quanta gente vai estar na escola.

**MI:** Esses índices não são metodologia, isso é conhecido. Metodologia é usar, por exemplo, a razão para controle do que se afirma ser conhecimento.

**WJ:** Eu queria ouvir você também tratar esse tema em um outro ângulo. Como você coloca a questão da cidade, já que participou da Emplasa? O que significa projeto e cidade? Planejamento e cidade?

**SS:** Para mim a cidade é básico. Olha, eu sempre falava assim: Eu quero descobrir a continuidade do espaço, não a sua subdivisão.

Trabalhar com o espaço contínuo e não só com o descontínuo. Minha tese de doutorado é isso. É uma leitura da cidade, tentando entender o que é contínuo e descontínuo. E tem uma validade até hoje porque criei um método de interpretar o espaço. Consigo trabalhar da planta 1:10000 até 1:100, ir e voltar muito bem. Há uma hipótese importante metodológica aí, é o seguinte: você nunca faz o projeto no tamanho em que o objeto é proposto, sempre faz criando um

projeto numa perspectiva maior do espaço, para não usar a palavra escala, que é o projeto o qual não vai ser realizado, mas que serve de referência para depois conseguir chegar no seu objeto. E isso muda radicalmente porque aí você inclui a cidade, inclui todos os elementos. E você deixa de trabalhar com o objeto isolado. Mesmo que você esteja produzindo um objeto isolado, ele está inter-relacionado e não infuso. Você está querendo, está procurando, está defendendo hipótese.

**WJ:** Mas como criar as utopias que orientem a organização da cidade?

**SS:** As utopias não são mais a forma.

**WJ:** É traduzir em políticas concretas?

**SS:** É muito mais política do que a forma.

**MI:** Urbanismo é política e é o desenho do espaço em escala urbana?

**SS:** Temos que, aceitando conviver com as nossas diferenças ideológicas, ter políticas comuns para que consigamos vender essas políticas, aplicar, negociar o que for, seja na área pública, seja na área privada. A gente precisa vender programas, fazer com que esse pessoal tenha um programa de realização da construção, de intervenção, etc., e aí o exemplo, acho que da Dinamarca, que o Miguel Pereira<sup>10</sup> trouxe, é lindo. O ministro da Habitação prepara o documento que o primeiro-ministro lê no Parlamento, e tem rei, tem tudo, dizendo o que vai ser construído no país naquele ano, como e o porquê. E entre essas questões de como modernizar, como manter a nossa identidade, e eles sabem muito bem o que estão fazendo, eles estão mantendo a presença deles no contexto europeu. Então, ter políticas nesse sentido é fundamental. Acho que hoje deveríamos voltar a ser uma caixa de ressonância política importante na sociedade, temos de elaborar políticas e fora do organismo partidário, quer dizer, aceitarmos conviver, trocar, discutir. Isso é fundamental e nesse sentido a pós-graduação tem que ser, não digo um instrumento, mas um catalisador dessa questão de formulação de políticas. Se você tiver políticas, pode ter, senão estas são efêmeras. Acho que estamos pecando no trabalho de arquitetura é no trato com o espaço como uma coisa que liga tudo. Isto não conseguiu ser feito pelos arquitetos de

projeto que acabam valorizando o edifício, isto é, vira escultura, e pelos arquitetos do plano, que são normativos. Então é um absurdo você ter o zoneamento de São Paulo e ter que obedecer àquela legislação toda, recuo e não sei o quê, se ele consiste em antes de 1972 pode isso e depois não pode aquilo, se é um casuismo que desmonta qualquer processo de compreensão mais ampla de qualquer coisa. A cristalização mais estúpida da cidade é o zoneamento que herdamos do nosso querido professor Ferraz<sup>11</sup>. Não é dele, mas da visão daquele momento. Então, eu acho que temos que entrar firme nessa discussão da cidade e tentar entender a dinâmica da cidade na sua forma, na sua transformação, e inserir a arquitetura dentro disso e não ficar nessa bobagem: o plano é isso, pois o edifício de exceção, se bem colocado, reorganiza tudo. Isso tudo é verdade, mas não serve para nada. A discussão da cidade é nossa, é de todos, não é uma discussão de especialista, ela nos pertence como um todo. E a faculdade faz essa discussão, e o pior é isso: ela faz, sabe, analisa a produção. Com o que a FAU está produzindo hoje, somos capazes de fazer uma proposta de conformação de São Paulo inteirinha.

**MI:** Realmente, conseguir articular toda essa produção é muito difícil.

**WJ:** Sylvio, você não quer fazer alguma reflexão final para este trabalho?

**SS:** O que eu tenho como reflexão é o seguinte: me preocupa muito nós deixarmos de existir no cenário.

Eu proponho uma trégua generalizada dos cacoetes, das bobagens, etc. Até tomar chope juntos se quiser, mas eu proponho que a gente sinta, ainda, que temos um programa em comum de questões básicas a nos especificamente, porque não consegue transformar a arquitetura, que ela veicula tão bem, em algo para ela mesma. Todo mundo usa, mas ela não se apropria disso e não consegue olhar para fora como FAU, fica fechada nela. A FAU é um caso piorado dentro da universidade, que está fazendo a mesma coisa. Um bando de gente aposentada, meio aposentada, que passou a vida inteira fazendo isso e não sabe fazer outra coisa e vai morrer com a instituição. Então, eu acho que a defesa da universidade pública não passa mais pela defesa da doutrina da universidade pública, mas pela apropriação desse patrimônio que está aí e fazê-lo necessariamente inserir-se na realidade do país, sob pena de perdermos a FAU e a universidade e o país, absolutamente fragilizado, por perder os seus centros de conhecimento e cristalização. E ele é substituído de outras maneiras, por fora, sem problema nenhum. Essa conversa toda não é uma conversa eufórica, eu acho que é a perspectiva em que podemos fazer alguma coisa, mas ela é profundamente angustiada dentro do que estamos vivendo. Temos que trabalhar politicamente o mais rápido e plenamente possível, pois senão não haverá tempo para enfrentar isso.

(1) SANTOS, Milton de Almeida – Geógrafo baiano várias vezes laureado, professor na Europa, África, América Latina e USA. Vem atuando na FAUUSP, principalmente na década de 70.

(2) Arantes, Otilia Beatriz Fiori – Professora (aposentada) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, especialista em Estética. Escreveu vários livros sobre a arquitetura e o urbanismo moderno e contemporâneo. Atua vários anos na pós-graduação da FAUUSP.

(3) MENDELSON – Arquiteto expressionista alemão da década de 20.

(4) MONTESUMA, Roberto – Arquiteto, professor em Recife.

(5) MELO, Eduardo Kneese de – Professor da FAUUSP, falecido.

(6) FERRO, Sérgio – Arquiteto e professor de História da Arte, do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP, na década de 60. Contestou a ideia da exploração do trabalho as posições de Artigas sobre o desenho e o papel renovador do arquiteto moderno na sociedade. Foi aposentado compulsoriamente em 1969, por atuação na esquerda armada. Hoje é professor na França.

(7) VENTURI, Roberto – Arquiteto norte-americano, autor de um dos primeiros textos críticos ao movimento moderno. Autor de *Complexidade e criatividade* e *Aprendendo em Las Vegas*, entre outros escritos.

(8) SARAIVA, Nelson – Arquiteto de Santa Catarina, professor da Universidade Federal de Florianópolis, com significativas obras para o governo desse estado.

(9) DURAN – Arquiteto francês do século 19, fundador da École de Beaux Arts de Paris.

(10) PEREIRA, Miguel – Arquiteto professor da FAUUSP desde a década de 80. Reestruturou o curso de arquitetura da Universidade de Brasília após sua dissolução ao final da década de 60. Foi presidente do IAB e é o atual vice-presidente da UIA.

(11) FERRAZ, José Carlos de Figueiredo – Professor de Estruturas de Cimento da FAUUSP até a década de 70. Foi prefeito de São Paulo e diretor-presidente de um dos maiores escritórios de engenharia e projetos desta cidade.

# e RMÍNIA MENON MARICATO



Arquiteta e urbanista. Professora titular de Planejamento Urbano e Regional, Fundadora do LabHab – Laboratório de Pesquisas em Habitação, orientadora na PG, representante do AUP e presidente da CPG da FAUUSP. Foi secretária da habitação da cidade de São Paulo (1989-92). Autora de *Política habitacional do regime militar* (Vozes, 1986), *Metrópole na periferia do capitalismo* (Hucitec, 1996), *A cidade do pensamento único* (Vozes, 2000).

**Ermínia Maricato:** Neste final de século, 80% da população brasileira está nas cidades. Quando a arquitetura brasileira ficou conhecida e se definiu como um paradigma de alcance internacional nos anos 50 e 60, principalmente, com o ápice em Brasília, o país era outro em relação ao estágio de urbanização. Metade da população ainda estava no campo. O ambiente construído mudou profundamente. A festejada arquitetura brasileira modernista não chegou a influir no que seria o futuro das nossas cidades. No presente elas se apresentam selvagens, anárquicas, caóticas, do ponto de vista da qualidade do ambiente construído. E hoje, as faculdades de arquitetura, a própria arquitetura brasileira, não respondem a essa realidade. É impressionante como esse conceito, fetichizado, da arquitetura brasileira, estacionou nos gloriosos anos 60. Alguns autores lembram que vivemos um período criativo, quando os intelectuais brasileiros, não só os arquitetos, tinham uma proposta de modernização da sociedade brasileira. Antonio Cândido<sup>1</sup> menciona uma certa ilusão que os intelectuais alimentaram de que iriam traçar um caminho racional que tiraria a sociedade brasileira do subdesenvolvimento. A arquitetura brasileira foi uma das áreas do pensamento e da criação que mais avançou nesse período. Otilia Arantes<sup>2</sup> usa uma idéia interessante para lembrar que essa arquitetura, aparentemente, alcançou a maturidade antes do país, ou seja, ela se mostrou (aparentemente) desenvolvida sem que o país deixasse a condição de subdesenvolvido. Então ela, de fato, constituiu um corpo de idéias, de princípios. Ela ganhou reconhecimento internacional e legitimidade. Acontece que toda essa proposta foi esvaziada, a partir de 64. Essa arquitetura era uma proposta da elite brasileira progressista, mas como todas as demais propostas de reformas sociais da década de 60 (algumas sustentadas por organizações populares, como era o caso da Reforma Agrária), caminhou para um beco sem saída, que foi o golpe de 64. Otilia Arantes lembra que, após os anos 60, a arquitetura brasileira “ficou sem assunto”. Ela foi esvaziada de conteúdo social e ficou restrita aos cânones formais. Ela teve seu momento glorioso. Teve importância histórica considerável, mas a partir da ditadura ela

ficou oca ao se desligar do projeto social. Hoje estamos carregando uma proposta fetichizada, coisificada. Uma proposta que carece de atualização, de uma correspondência com a sociedade brasileira atual e de correspondência com o país que se urbanizou definitivamente. Nós temos uma escala de problemas urbanos que a arquitetura brasileira nunca enfrentou. Para dar um exemplo da dimensão daquilo que estamos nos referindo, vamos lembrar que, segundo a Cibrasec, entre 1991 e 1995, nós tivemos 4,4 milhões de domicílios construídos no Brasil. Desses, mais ou menos 700.000 (de forma muito aproximada) foram produzidos pelo mercado privado. Isso é o número aproximado dos domicílios que tiveram a planta aprovada. É preciso que nos perguntemos: e os demais? Os 3/4 restantes? Estes foram produzidos sem financiamento, sem conhecimento técnico e fora da lei. Se a arquitetura brasileira não fizer uma proposta para essa realidade, ela perdeu o bonde da história. E esse é também o fulcro, o nó da crise que vive o ensino de projeto. Porque ele não está respondendo à realidade brasileira de hoje, dos anos 90, do começo do século 21, que é de uma maioria da população brasileira vivendo na “não-cidade” na não-arquitetura, no não-espço racionalizado, pensado de acordo com o ambiente sustentável. O que é, enfim, o resultado, é uma irracionalidade muito grande. Ao invés de enxergar a crise com a dimensão histórica que ela de fato tem, vemos alguns colegas remeterem a crise aos inimigos da arquitetura brasileira. Isso é notável na FAUUSP, à qual se atribui, freqüentemente, uma divisão entre os defensores do projeto e seus inimigos. Não raramente, o conflito resvala para a disputa pessoal. Quer dizer, não se encara como uma proposta que precisa ser repensada. E para ser repensada, nós temos que, antes de mais nada, assumir uma postura pluralista. Essa, eu acho, seria a nossa grande saída ou o caminho para a busca de saída: admitir que existem, nessa fase de transição, várias propostas e que ninguém tem o poder de varrer da memória social as glórias da arquitetura brasileira, como também ninguém tem o poder de impedir o nascimento do novo. Acho que nos faria muito bem um ambiente de debate democrático.

**Wilson Jorge:** Propostas de ensino ou propostas de rumos da arquitetura?

**EM:** De rumos da arquitetura e de ensino. Rumos definidos para uma prática. Por que para uma prática? Porque se um 1/3 da população faz parte do mercado no que se refere à moradia, nós precisamos de uma proposta para os excluídos do mercado. Os escritórios de arquitetura não vão fazer projetos para quem não paga, não é? A exigência é de uma nova proposta de política pública, que aponte para a ampliação do mercado, de um lado, e para a promoção pública subsidiada, de outro lado.

**Maria Irene:** Mas a FAU, por sua grande amplitude, tanto na graduação quanto na pós-graduação, já não estaria aberta a essas diferentes propostas?

**EM:** Não! A FAU apresenta a pluralidade, mas não o diálogo. Você não tem tendências ou correntes de pensamento claras. Há indivíduos, mais do que correntes. Eu costumo me referir a nós, orientadores da pós-graduação como 120 egos. Indivíduos fragmentados, que são verdadeiras instituições, pessoas muito premiadas, cada qual com currículo muito importante.

**Jorge Oseki:** Ermínia, isso que eu queria saber. Essa crise é uma crise profunda, a gente vê. Mas você acha que nesta faculdade não se encontra eco para essa nova arquitetura? Para fazer sua crítica, se ela existe em algum lugar? Ou se ela não acontece realmente ou, se não acontece em lugar nenhum, se teríamos que passar a criá-la, a partir da formação das novas gerações. Ou onde é que estariam pistas de uma arquitetura que seria nova nesse sentido?

**EM:** Em primeiro lugar, é preciso lembrar que a FAU não está dissociada da crise que a sociedade brasileira está vivendo. A urbanização da sociedade está se dando com um aprofundamento da desigualdade e com a reprodução do atraso. A arquitetura não vai superar essa contradição, que é social, e nem deve tentar superá-la de novo, como fez anteriormente, como se ela, a arquitetura, pudesse se descolar das relações sociais. Se eu estou insistindo na FAU, é porque eu a vejo, atualmente, como uma possibilidade histórica de dar o salto. Pelo patrimônio das cabeças que ela reúne, pelo patrimônio que ela representa em termos de investimento público, com essas bibliotecas,

esses laboratórios, esses alunos que são absolutamente notáveis. É um privilégio esse espaço e essa convivência. Então eu acho que nós temos condições, neste momento, de dar um salto e formular uma proposta para o futuro das cidades brasileiras.

Não vejo tudo como um mar de rosas. Existem limites a tal projeto, limites definidos, por exemplo, pelas verdades congeladas e pela quase censura ao direito de crítica. Parece que você é inimigo se você fizer uma crítica. O corporativismo freia o avanço e impede a liberdade de crítica.

Outra limitação da universidade está na falta de engajamento com a realidade. Refletindo sobre a universidade brasileira, Florestan Fernandes<sup>3</sup> lembra que, se no passado, os intelectuais achavam que as mudanças sociais teriam origem na universidade, na atualidade a transformação social é que vai mudar a universidade. Nós vemos, de fato, na sociedade brasileira, um certo movimento que está apontando um caminho novo. Em nossa área de ensino e trabalho, o novo são as assessorias técnicas, ONGs formadas por jovens profissionais que trabalham na elaboração de projetos junto a movimentos populares de moradia. Elas estão, na verdade, desenvolvendo um conceito de projeto participativo. Esse conceito questiona a arquitetura formalista. A grande arquitetura brasileira da década de 60 não tem respostas para um país com 130 milhões de pessoas nas cidades, e cidades observamos realidades como: 40% da população do Recife mora em favelas; 20% no Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte; 33% em Salvador, etc. O que estou querendo dizer com isso? Que todo mundo deveria ficar tratando de favelas? Não! Admito que alguns profissionais cuidem da grande arquitetura, da arquitetura arte, da arquitetura...

**WJ:** Erudita?

**EM:** É! Erudita.

**MI:** Por que resolver o problema da favela significa abdicar da arquitetura erudita?

**JO:** Eu também acho isso! Isso é a opinião de alguns professores, mas não acho que a complexidade e a beleza estejam necessariamente vinculadas... O belo pode ser ausente de conteúdo, pode servir tanto ao fascismo como ao stalinismo.

**EM:** Mas de qualquer jeito, os grandes problemas podem restringir a criatividade formal.

**WJ:** Ermínia, você me desculpa, mas eu discordo! Quer dizer, resolver o problema para esses 3/4 da população, ou os 25% da favela em São Paulo, etc., significa uma proposta que tem que levar em conta a produção em série, o uso racional de materiais, o custo, e uma proposta estética. Eu não abdicaria, por mais singela que seja a montagem de um determinado volume, de resolvê-lo bem, esteticamente. Pode ser que o voo estético seja mais restrito. E olha outra coisa: a arquitetura, no caso, deve ser pensada em conjunto.

Trata-se de um conjunto de casas, é um sistema urbano.

**JO:** Inclusive no exemplo que a Ermínia estava dando, as assessorias. Muitas delas conseguiram trabalhos belíssimos e são extremamente bem-resolvidos do ponto de vista do espaço, da beleza. São os mutirões...

**EM:** Mas é diferente de uma obra de arte. Num programa de moradia popular a liberdade formal é cerceada. É isso que ouvi vários colegas dizerem: “A moradia popular não permite você fazer arquitetura” Eu concordo que a moradia popular apresenta os aspectos de beleza, qualidade, fruição, etc. Não estou discordando. Estou criticando um conceito absoluto.

**MI:** Ermínia, o professor Joaquim Guedes foi entrevistado e fez uma afirmativa semelhante a essa que você fez. Ele disse que moradia popular, não é que não permita a arte, mas não permite ensinar arquitetura plenamente porque o programa é muito restrito.

**JO:** Só a casa burguesa complexa.

**EM:** É isso que eu estou dizendo! É exatamente isso! Afirma-se que a arquitetura é o algo mais. Quando, por exemplo, os nossos colegas de projeto do quarto ano da FAU dão como exercício para ensinar arquitetura a Opera Haus, em Oslo, eu, que estou imersa nos dramas urbanos brasileiros, sinto-me provocada. Isso já é uma forma de provocação, considerando a realidade do país.

**MI:** Ermínia, a ópera não poderia modificar a cidade, como estão propondo que os núcleos de museus façam?

**EM:** Não, Oslo não tem absolutamente nada a ver com nossas cidades. A indústria da construção, o canteiro não tem nada a ver; o clima não tem nada a

ver; a renda média *per capita* não tem nada a ver; o tamanho da cidade não tem nada a ver. Você pode argumentar a respeito do “arquiteto global” ou seja, precisamos formar um arquiteto para o mundo. Mas nós não sabemos resolver os nossos problemas. Eles sim, são complexos. É isso que eu quero destacar.

**MI:** O que eu estou querendo colocar é diferente. Óperas significativas, monumentais e constitutoras de um espaço público com seu entorno, não são obras propícias para se repensar a cidade?

**JO:** Mas por que não pode ser no Brasil, um centro cultural?

**MI:** Pode ser. Mas o exemplo da ópera existe. Então a utilização desse exemplo não serve para se pensar o espaço público; não em geral, mas como um espaço público celebrativo, o espaço público central da cidade? Colocado desse ponto de vista, os exemplos estrangeiros têm ou não têm valor? Para se comparar? Para se criticar?

**JO:** Não, mas acho que propor uma ópera em Pirituba obrigaria o aluno a pensar mais do que tratar de uma ópera em Oslo, o que é lindo. O modernismo na Bauhaus começa para atender a população trabalhadora, para atender essa população despossuída, e ele é estético, é plástico, mas também é pré-fabricação, também é técnico, é econômico, ele é tudo. Quer dizer, eu acho que ele tinha exatamente essa perspectiva de incluir a maioria da população, coisa que nosso modernismo perdeu. Não é que ele não tinha, agora não tem.

**EM:** Isso, exatamente! Os primeiros CIAM’s, todo mundo sabe, tinham compromisso com a moradia operária, que tinha um compromisso com a cidade...

**JO:** Há um segundo movimento dos arquitetos tradicionais que se voltam para os movimentos populares. Você também vê interesse nisso?

**EM:** Sim! Deixe-me apenas terminar o comentário: é óbvio que um projeto de um edifício público referencia todo o entorno e, por vezes, a cidade. A questão é a seguinte: ninguém, no mundo, sabe como resolver o problema de uma cidade que tem grande parte da população em favelas, ou que tem mais de 1 milhão de pessoas morando em área de proteção dos mananciais de água. Como salvar a possibilidade da potabilidade da água, sem remover essa metrópole

que aí está morando? Quais os padrões urbanísticos para isso? Nós não sabemos e nenhum canadense, norte-americano, europeu, vai poder nos dizer, porque eles não têm essa realidade. Então, se os arquitetos querem ampliar mercado, se eles querem produzir um saber original e vender para o resto do mundo, não só para o Brasil, eles precisam enfrentar essas questões hoje. O que você faz com 600 mil pessoas que estão na bacia da Represa do Guarapiranga? É um problema que abrange padrões para o desenho urbano, paisagismo, ecologia, infra-estrutura, etc. Nós temos que criar essa tecnologia, esse conhecimento. É possível a convivência entre um loteamento de baixa renda e uma área de proteção ambiental? Em caso positivo, com quais padrões de infra-estrutura? Com que área permeável, com que taxa de ocupação do solo, com que vegetação (que tem funções que vão muito além da estética), com que desenho? Nesse sentido eu acho que nós temos um campo enorme. O Celso Furtado<sup>4</sup> que tanto trabalhou para buscar caminhos próprios, questiona: por que copiar o que vem de fora? Se nós tivéssemos soluções para os problemas mencionados, teríamos o México como mercado, a África do Sul como mercado, toda a América Latina, para usar o argumento da moda. Isso não implica em xenofobismo ou deixar de aproveitar a experiência universal.

**WJ:** Mas Ermínia, você está colocando um problema muito grande nas costas dos arquitetos, quando não é só dele. Qual é a responsabilidade do Estado ou de um grande movimento social que solicita isso? Como você pode propor, em nível do ensino, algo que dependeria de uma escala de ação que, em última análise, só é compatível com o Estado ou um grande movimento social? Sem essas condições, de repente, podemos estar com uma insustentável proposta no ar.

**MI:** Eu posso acrescentar ainda: dentro das condições atuais de renascer das relações imperialistas, o Estado tem essas condições? Em busca das raízes dessa problemática, vai-se muito mais além.

**EM:** São muito interessantes essas questões. Em primeiro lugar, acho que o ensino, entre nós, não é transferência de uma técnica. Acho que isso outras faculdades podem fazer, que é formar o desenhista para o escritório. Muitos colegas queixam-se que o

aluno da FAU é despreparado para isso. E ele é mesmo. Eu acho que a FAU pode ter uma outra “missão”

**WJ:** Mas eles podem aprender essa técnica muito rapidamente, isso eu tenho experiência no meu escritório. São ótimos profissionais! Quer dizer, considerando só esse lado, eles têm uma capacidade de aprendizado muito rápida, e uma extrema capacidade de avançar nos projetos.

**EM:** É importante destacar essa capacidade para o treinamento, pois é necessário responder aos que querem fazer isso na FAU.

**MI:** O professor Paulo Mendes da Rocha já se manifestou sobre esse ponto, vocês lembram? Ele falava que o curso de pós-graduação tem que ser teoria, teoria, teoria. Porque desenho, dizia ele, nós treinamos no escritório em três meses.

**EM:** Então, quando a pessoa aprende a pensar, o treinamento técnico é o de menos. E nós queremos preparar pessoas para pensar, refletir, planejar, interferir no ambiente construído com projetos. Mas vamos abordar essa questão que a Maria Irene suscita. Bom, mas qual o estado que vai realizar isso? Eu entendo que, hoje, ninguém nos impede, na FAU, de dar esse salto. Ninguém externo. Nós poderíamos dizer: olha, faltam recursos, o salário é baixo, tudo bem, concordo. Mas ninguém nos impede de dar esse salto, de nos organizarmos e repensarmos o espaço das cidades brasileiras a partir da realidade ambiental, social, econômica e política.

**JO:** Inclusive, quem vai formar os técnicos do Estado somos nós. E esses técnicos que vão se ocupar disso é a nossa parte, a gente tem que formar. Não se vai esperar que o Estado demande para então os formar. Tem que ser desde já.

**WJ:** Quem está formando os professores que vão dar aula nas outras universidades somos nós também.

**EM:** Somos nós, exatamente. Por isso eu faço uma crítica, e queria ser bem-entendida, ela não é pessoal. Existe uma certa censura ao debate. Qualquer crítica que se faça parece que a gente é inimigo da arquitetura brasileira, da arquitetura paulista. Quando o que nós estamos procurando são caminhos. Você não faz omelete sem quebrar ovos. E nós precisamos superar alguns conceitos, encarar alguns conflitos. Enquanto

nós não influirmos nos caminhos que estão sendo trilhados, o mercado vai ocupando o espaço.

**MI:** Sempre foi assim, não é, Ermínia?

**EM:** É! Mas pelo menos nos anos 60 a arquitetura modernista brasileira disputava com o mercado. Havia um modelo, para o bem e para o mal. Durante muito tempo eu achei que era necessário retomar a discussão João Baptista Vilanova Artigas x Sérgio Ferro<sup>5</sup>: o desenho de um lado; o desenho e o canteiro (ou a produção) do outro. Depois de muito discutir isso no curso de pós-graduação, um aluno me chamou a atenção: “*essa discussão está velha, superada*” Eu não concordo com ele. Esse debate foi abortado pela ditadura, nunca foi superado. E nós nunca tivemos um encontro (um casamento) da arquitetura com a produção, com o canteiro, para tocar no assunto do Jorge. Mas hoje, a questão da escala é nova de fato. Hoje esse debate submergiu pela escala dos problemas que nós temos que resolver. Essa dimensão dos problemas ambientais era desconhecida por nós e por todo mundo.

**MI:** Mas o mercado continua regendo e ele rege uma escala maior hoje. Os nossos estudantes são chamados a participar do mercado e estão nesse dilema, porque muitos deles têm a capacidade de perceber esses grandes problemas sociais.

**JO:** Mas também são chamados a não participar do mercado. Esse prédio da Abril, por exemplo, foi projetado no exterior e veio para cá; a Torre de Maharishi é projetada no exterior e vem para cá. Agora, não é fazendo arquitetura de Oslo que vamos conseguir recuperar o mercado.

**MI:** A força atrativa do mercado é quase uma outra universidade, porque ela ensina por si mesma.

**JO:** Mas se você fica tratando de Oslo, você automaticamente está pré-qualificando para trabalhar fora e não ao contrário.

**MI:** Pois é, mas o que eu quero dizer é que o dilema da FAU incorpora esse de mostrar aos alunos outros caminhos. Mas ao mesmo tempo, a prática conduz os alunos a procurarem emprego, e isso torna mais fraca a posição de quem tenta debater, do ponto de vista da sociedade com todas as necessidades sociais dos mais fracos, a problemática da cidade.

**EM:** Vocês dois têm razão, na verdade. Porque de um lado há um impacto da globalização no mercado, que em vez de ampliá-lo, ao contrário, está fechando-o. Até a informatização contribui para reduzir o mercado local. Há as empresas estrangeiras projetando edifícios que são construídos aqui. De outro lado, há um mercado interno não-atendido. O nosso mercado de trabalho está sem saída, porque existe um muro que impede os arquitetos de resolverem os problemas que as cidades estão apresentando. Há problemas clamando pelo trabalho do arquiteto, mas não constituem mercado. São demandas sociais, necessidades sociais e ambientais. Mas só vão constituir mercado de trabalho a partir de uma mudança das políticas públicas, das políticas de financiamento. Por exemplo, se houver uma mudança no subsídio habitacional, você dá um salto no mercado de trabalho do arquiteto. Então, essa ampliação ou não do espaço do arquiteto não está na grande arquitetura. O espaço de ampliação do mercado de trabalho do arquiteto é o que essa arquitetura está negando hoje.

**JO:** E ela não vai conseguir incorporar as possíveis aberturas que possam existir se for dada a possibilidade.

**EM:** É. Se por acaso uma prefeitura procurasse quadros – aliás isso está acontecendo – para resolver problemas de loteamento ilegal, ocupação de áreas de proteção ambiental, favelas em áreas de risco, etc., ela encontraria profissionais qualificados para isso, que tenham preparo para buscar soluções econômicas e saibam lidar com conflitos? Não encontraria. Isso eu posso falar porque o Laboratório de Habitação tem sido muito procurado e nós não temos condições de atender todas as prefeituras que nos procuram. Como nós não somos um escritório profissional, só pegamos o trabalho que tem interesse acadêmico, de pesquisa. Bom, acho que essa é a grande tarefa da pós-graduação da FAU. Se alguém acha que nós temos que continuar a tradição da arquitetura modernista paulista, porque ela tem uma história, ela tem fundamentos, ela tem diretrizes, ela tem formas, enfim, eu diria que tudo bem, mas vamos conviver com algumas outras esferas que nós vamos ampliar, que vai responder a problemas dramáticos, e numa escala enorme.

**MI:** E a reestruturação do curso, como é que poderia corresponder a esses objetivos mais amplos?

**EM:** Bom, então, a FAU vem dessa tradição do demiurgo...

**WJ:** O transformador que sintetiza ...

**EM:** O arquiteto múltiplo...

**WJ:** ... O regente da orquestra.

**EM:** ... Isso, o regente da orquestra, o multidisciplinar. E tem um lado que é bem interessante porque forma pessoas muito talentosas, com conhecimento amplo, mas, ao mesmo tempo, pessoas que não se aprofundam muito em cada objeto de trabalho. Nós fomos sempre contra a especialização na história da FAU. Nós, que eu digo, é a FAU enquanto instituição. Só que chegamos num ponto na pós-graduação, hoje, em que estamos negando o próprio Estatuto da Universidade, porque "área de concentração" é, por definição, uma área de objeto específico. Nós temos uma única área de concentração (ou desconcentração): Estruturas Ambientais Urbanas. Tratava-se de um grande guarda-chuva para uma série de subáreas e linhas de pesquisa. Hoje ela não se justifica mais. Hoje diria que o progresso do conhecimento e da escola estaria em organizar os diversos objetos e tendências em novas áreas de concentração. O pessoal da grande arquitetura, da arquitetura, da arquitetura-arte deveria se organizar melhor para recuperar o espaço perdido. O pessoal da produção idem. O Lelé<sup>6</sup> poderia dar uma grande contribuição nesse sentido. E o Paulo Bastos<sup>7</sup> que ganhou o primeiro prêmio na Bienal de Arquitetura com um projeto de urbanização de favelas, seria um excelente colaborador nesse debate sobre a transição dos conceitos de arquitetura. Ninguém reivindica a exclusão dos arquitetos que são sucesso no mercado. Tudo bem, mas então vamos ser pluralistas, vamos tentar conviver com uma certa diversidade de orientação.

**JO:** Porque a própria matriz do modernismo permite isso, tanto as casas populares quanto a ...

**EM:** É que o modernismo se fechou àquele primeiro viés que era mais engajado socialmente.

**JO:** Mas o Lelé é de formação moderna, por excelência, e o Paulo Bastos também, e, no entanto, isso não os obriga a voltar as costas para a população.

**EM:** É, sem dúvida nenhuma. Pós-graduação é mais do que projetar, arquitetura, urbanismo, desenho industrial, é mais, vai além disso. O curso exige uma

reflexão teórica, uma reflexão sobre ensino. Muitos profissionais buscam, no curso de pós-graduação, fazer um aprofundamento, uma especialização mais ligada à prática da arquitetura. Isto é um engano. Resolvida uma nova estrutura para a pós-graduação da FAUUSP, eu vejo duas necessidades, mais do que possibilidades: os cursos de especialização – para reciclar profissionais, funcionários públicos – e os cursos de extensão. Acho que seria fundamental darmos cursos de extensão universitária para, por exemplo, vereadores municipais, promotores públicos, jornalistas, lideranças sociais de bairro, etc.

**JO:** A saúde pública faz isso também.

**EM:** Por que não estabelecermos um certo *know-how*, que seria muito bom para um jornalismo na área de urbanismo e arquitetura, por exemplo?

**WJ:** É preciso ter também uma certa estratégia. Há falta de professores e a condição é até muito precária para manter esses 700 alunos na pós-graduação. Imagine a gente ainda abrindo mais! Eu acho que seria preciso, primeiro, estruturar melhor a pós-graduação. E depois as outras possibilidades deveriam vir, num segundo momento, como intenção, como proposta, mas na medida em que se conseguir estruturar e fortalecer essa primeira linha.

**EM:** Eu concordo perfeitamente, mas veja, nós não temos falta de professor na pós. Nós temos inclusive muitas disciplinas com poucos alunos. O que nós temos, Wilson, é realmente uma falta de organização, entre nós. Nós temos um excesso de brigas intestinas. Os alunos chamam isso de "fogueira das vaidades"

**JO:** Nós até pergutamos para o professor Guedes se ele achava que isso era conjuntural ou seria sempre assim, se ele achava que era impossível os arquitetos conversarem e tal. Não sei se é uma certa conjuntura, Ermínia, talvez não. Porque mesmo o debate entre Artigas e Sérgio Ferro foi um debate (que aliás está velho, mas não está morto) constrangedor, já que eram duas opiniões divergentes, mas todo mundo ganhou muito com isso. Nos debates de agora, todo mundo perde, porque ninguém entende o que está em jogo, do que se trata.

**EM:** É um sintoma da crise. O sintoma da crise é essa pulverização.

**JO:** É brigar por nada. Naquela época do Artigas, a briga era por idéias. Então todo mundo ganhava, mesmo na briga, mas não parava a escola. Agora hoje...

**EM:** Nós nos restringimos a conflitos menores, hoje, porque fomos levados a isso pela ditadura. Na ditadura, quem pensava foi preso, ou cassado, ou morreu no exterior, ou se exilou. Enfim, eu acho que, de fato, a ditadura prejudicou todo mundo e não apenas o projeto de arquitetura. E não é verdade que a partir daí planejamento tornou-se inimigo de projeto porque ampliou seus espaços. Não é verdade. Tudo ficou ruim.

**WJ:** Essa discussão de planejamento e projeto existia na FAU quando eu era aluno, em 1961.

**JO:** Mas planejamento era um semestre na minha época. De fato, a problemática do planejamento no mundo cresceu.

**EM:** Ela cresceu muito. E na ditadura cresceu mais. Bom, eventualmente nós temos que pensar numa divisão mesmo. Fazer uma escola que seja de arquitetura e planejamento com o mesmo curso básico é incoerente. Em vários países do mundo há um certo estranhamento com a menção do curso que forma o arquiteto e o planejador. Já vivi esse tipo de reação na França, na Inglaterra... Mas por que não conseguimos discutir esses temas sem tratar um ao outro como inimigo? Ficamos todos na mediocridade. Tanto quem fazia projeto quanto quem fazia planejamento. Essa atitude de jogar projeto contra planejamento é uma forma de despolitizar a questão.

**MI:** Então essa divisão deveria começar na pós-

graduação? Isso porque você disse: "*eventualmente seria interessante separar*"

**EM:** Como áreas de concentração eu não tenho a menor dúvida.

**MI:** Qual é esse sentido de áreas de pós-graduação?

**EM:** Pelo Estatuto da USP, área de concentração é uma área de um conhecimento mais específico. Podemos até, isso depende do conjunto dos professores da pós-graduação, recusar-nos a separar completamente as áreas de concentração da FAU, ter um curso básico único. Isso depende de todos nós. Temos que enxergar e não ter uma visão idealista da reestruturação da pós. Nós temos que fazer uma reestruturação da pós com os recursos que nós temos. Ou seja, são estes professores com estes alunos que querem estudar isto. E isso implica em fazer uma costura política, técnica, acadêmica. Por exemplo: o que vai ser o curso de urbanismo, ou planejamento urbano; ou o que vai ser o curso de arquitetura? Vai ser aquilo que der para fazer com o material humano que nós temos aí. Não dá para você falar: bom, vamos criar uma Bauhaus do ano 2001 aqui. Não dá.

**WJ:** Eu acho que os benefícios que a gente antevê nessa possibilidade são muito grandes. A integração de disciplinas, o trabalho convergente das pesquisas, dos diversos alunos. Quer dizer, hoje há uma dispersão de esforços, inacreditável. E de talentos, esforços e talentos.

**EM:** Um desperdício. Outra coisa, você concebe que nós façamos parte de uma cidade onde se faça tanta coisa errada, e a gente não dê palpite?

(1) MELLO E SOUZA, Antonio Candido – Sociólogo e crítico da literatura, autor de trabalhos clássicos sobre a cultura brasileira. Professor aposentado da FFLCH da USP.

(2) ARANTES, Otilia Beatriz Fiori – Professora aposentada da Faculdade de Filosofia, especialista em Estética, escreveu vários livros de crítica à arquitetura e ao urbanismo modernos e contemporâneos. Atuou vários anos na pós-graduação da FAUUSP.

(3) FERNANDES, Florestan – Sociólogo laureado, impulsionou a chamada Escola Paulista de Sociologia. Foi professor catedrático da USP aposentado em 1969, trabalhou na Europa, EUA e América Latina. Foi deputado federal após a redemocratização de 1985.

(4) FURTADO, Celso – Economista e historiador econômico. Foi o primeiro superintendente da Sudene no governo Juscelino Kubistchek. Escreveu obra clássica sobre formação econômica do Brasil, trabalho crítico sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento, além de muitas obras sobre história.

Tornou-se professor da Sorbonne quando aposentado compulsoriamente.

(5) FERRO, Sérgio – Arquiteto e projetista, professor de História da Arte, do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da FAUUSP na década de 60. Contestou a idéia da exploração do trabalho as posições de Artigas sobre o desenho e o papel renovador da arquitetura moderna na sociedade. Foi aposentado compulsoriamente em 1969 por atuações na esquerda armada. Hoje é professor na França.

(6) LIMA, João Figueiras Lima (Lelé) – Arquiteto do Rio de Janeiro, atuante em Brasília e Salvador. Tornou-se célebre em todo o país por seus projetos ligados à experiência em tecnologia. Projetou escolas pré-moldadas em argamassa armada, os hospitais da rede Sarah e edifícios do Centro Administrativo do governo do Estado da Bahia.

(7) BASTOS, Paulo – Arquiteto paulista, premiado na última Bienal Internacional de Arquitetura de São Paulo, com projeto de reurbanização de favela.

# g

ERALDO GOMES SERRA



Arquiteto e urbanista. Professor titular aposentado, orientador na PG, foi chefe do AUT e presidente da CPG da FAUUSP. Fundador do NUTAU, Nucleo de Tecnologia e Urbanismo da USP. Entre seus projetos destaca os planos de Cruzeiro do Sul (Acre) e de Porto Velho (Rondonia) e a reforma do Aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Autor de *Espaço natural e forma urbana* (Nobel, 1987), *Urbanização e centralismo autoritário* (Nobel, 1991). Traduziu *Concreto de alto desempenho* de P.C. Aitcin (Pini-ABCP, 2000).

**Maria Irene:** Mais uma vez, trata-se do conceito de arquitetura, informado por sua visão da situação atual da profissão. E da relação do nosso curso de pós-graduação com esse seu conceito e, naturalmente, com a realidade que o informa, tendo em vista que o curso está em processo de alteração, visando uma possível subdivisão, havendo tentativas de se fazer programas interdepartamentais.

**Jorge Oseki:** Entre outras coisas. Mas há um programa departamental de tecnologia e um outro de história.

**MI:** A tendência mais recente da última reunião de pós-graduação é menos criar novos cursos do que realmente implementar as áreas de concentração.

**Wilson Jorge:** As áreas de concentração, com uma estrutura específica.

**MI:** E com um coordenador específico também.

**WJ:** Quando ela falou arquitetura, é bom entender arquitetura e urbanismo, já que estamos na FAU.

**MI:** É, eu sempre entendo assim, não considero diferentes.

**Geraldo Serra:** Parece que eu identifiquei nessas colocações umas cinco ou seis questões. Naturalmente são inter-relacionadas e são mais ou menos as seguintes. A questão da arquitetura, praticamente da arquitetura brasileira, na atualidade. A questão do arquiteto, enquanto profissão, os problemas de ordem profissional. Os problemas de formação ligados à pós-graduação, o que foi especificamente a questão principal. Isto é o problema do que fazer, ou da maneira como fazer a nossa pós-graduação, que tem evoluído, principalmente num momento em que se pretende subdividi-la e coisas assim, o que, de resto, parece mesmo uma tendência natural. E a última, que eu tenho impressão que já é a sexta, sobre a natureza dessa divisão, quer dizer, se essa divisão será interdepartamental ou não, e como é que as coisas enfim serão colocadas. Eu vou procurar ser sucinto no tratamento de cada uma dessas questões, mas sem tirar qualquer tempero necessário a elas. Sobre a primeira, que é a da arquitetura, Mies van der Rohe dizia “*Arquitektur ist Baukunst*” o que em alemão é uma coisa quase tautológica. Mas na

verdade *Baukunst* não é exatamente arquitetura ou não se traduziria exatamente por arquitetura, mas teria um conteúdo mais ligado à arte de construir. E, começando por aí, eu caminharia direto para a proposição de que a arquitetura brasileira é aquilo que está sendo construído no Brasil. Quer dizer, o urbanismo brasileiro é o urbanismo que se faz no Brasil. Independentemente da existência de um conjunto de profissionais, denominados arquitetos ou urbanistas, que pretendem ser donos de um saber específico, que lhes permitiria construir edifícios de melhor qualidade, ordenar a cidade de uma maneira mais racional.

Eu vou já para terceira questão, e depois volto novamente para cá. A gente pode pelo menos colocar a pergunta de qual tem sido a importância da participação dos profissionais arquitetos, hoje formados às catadupas ao longo do país inteiro, na construção do país, na construção das cidades brasileiras e da geração dessa arquitetura que está aí. Pegando um exemplo de uma outra arte, a gente pode ter tendência a falar numa arquitetura pouco popular e numa arquitetura erudita, ou algo do gênero, mas acho que esse paralelo não é lá muito aplicável, porque, se de um lado pudéssemos chamar uma certa arquitetura de arquitetura erudita por ter pretensões e ou por estar informada por certos modelos internacionais, de outro lado dificilmente poderíamos chamar o outro segmento de arquitetura popular, quer dizer, não é propriamente arquitetura popular porque vai envolver um sem-número de edifícios de apartamentos, de escritórios, descompromissados com qualquer tipo de significado, mas ao mesmo tempo construídos em massa e que em grande parte são os moldadores do espaço urbano que nós temos hoje no país. Talvez este seja o segmento mais importante nessa questão de definir a cidade brasileira com o aspecto que ela tem hoje. Voltando às perguntas originais, repugna-me a idéia de comprometer a universidade com profissões. Quaisquer que elas sejam. Inclusive, naturalmente, a arquitetura. Quer dizer, a universidade não é feita para isso, a universidade não é uma escola

profissional em definitivo, e ela vai melhorar terrivelmente no dia em que nós a desvincularmos desse distintivo de acesso ao mercado, que é o diploma do jeito que ele é emitido hoje. Quer dizer, eu acho é que essa questão da reserva de mercado deve ficar por conta das associações profissionais, dos Creas, no nosso caso, ou dos IABs, ou coisa que o valha, mas a universidade teria que se distanciar um pouco disso para que fosse possível o desenvolvimento de uma meditação descomprometida com a questão do sucesso profissional, que não está realmente preso a isso. Basta observar as pessoas que hoje estão tendo sucesso no mercado, do Brasil e de São Paulo, para ver que não há um compromisso imediato entre uma boa escola e o sucesso profissional, e o tipo de construção, o tipo de cidade que nós temos aí e tudo mais. De modo que, no quadro atual em que existe essa vinculação, eu acho que ela traz malefícios terríveis, porque a maior parte dos alunos, tanto em graduação como em pós-graduação, estão de fato preocupados com o seu acesso a um mercado reservado, e não propriamente em como aprender uma determinada coisa.

Numa determinada ocasião, numa universidade que eu não vou mencionar aqui, eu instalei o curso sobre aeroportos, e era uma escola de engenharia de modo que eu posso falar com muita tranquilidade, e apareciam lá umas 10 ou 15 pessoas toda semana para assistir às aulas. No dia da primeira prova, apareceram 150, e foi o dia que eu descobri que eu tinha 150 alunos e não eram só aqueles 10 ou 15. Então descobri que pouco tempo antes o Crea havia tomado uma resolução na qual iria ser feita uma notação na carteira do engenheiro para que ele pudesse trabalhar com aeroportos. Ou seja, que se tinha criado uma outra reserva e, portanto, concomitantemente, uma exclusão. E aqueles cavalheiros e damas que me davam o prazer de comparecer às minhas provas, não ao meu curso, não estavam de forma alguma interessados em aprender o que quer que fosse a respeito de aeroportos. Eu acho que uma boa parte deles nem tinha mesmo uma perspectiva muito grande de trabalhar na área, mas queria ter essa nova notação. Então a motivação dessas

pessoas de comparecer a um curso como esse, era uma motivação inteiramente determinada pela regulamentação profissional, e não pelo curso. Eu falo tudo isso, porque daqui para frente eu vou excluir, no que vou dizer, qualquer comprometimento com a profissão. Não é minha atividade, não é meu interesse, nem eu acho que deva ser ou o da universidade, o comprometimento com as profissões ou com a regulamentação profissional e associações de classe. O Crea mandou para cá, já mais de uma vez, ofícios em que ele exige que nós façamos uma demonstração, ou uma justificação, caso não consigamos demonstrar que todos os docentes nessa faculdade são arquitetos. Evidentemente que quando me cabia responder essas questões, eu as deixei sem resposta, joguei fora o ofício, porque acho de uma pretensão, de uma ousadia essa coisa de tentar pressionar a universidade com exigências de caráter profissionalizante. Exigir isto é exigir que a universidade seja parte também do mercado reservado. E só os cavalheiros que distribuem aquele distintivozinho de acesso é que diriam se nós podemos ou não podemos nos reunir aqui para discutir as questões de arquitetura. Então, notem a que ponto isso pode chegar.

Os países de tradição anglo-saxã estão mais livres dessa doença, e naturalmente eles vão formar pessoas com créditos, etc., que posteriormente vão buscar o seu distintivo de acesso no lugar que cabe, e que, evidentemente, seria uma entidade de classe. E eu acho, que neste momento, um país como a Holanda, que está completamente sem regulamentação profissional, deveria permanecer desse jeito, porque esse é o caminho do futuro. Uma vez que as profissões que estão aí, definidas do jeito que estão, são uma invenção da época do Napoleão, que está completamente superada pela evolução do sistema produtivo, das relações internacionais, etc. No momento, por exemplo, existe no Congresso Nacional, já em fase de relato final, uma lei para regulamentar a profissão do decorador. E os senhores podem imaginar, é outro nicho que vai se criar aí, com uma série de exigências, etc. E isto é uma coisa que prossegue o

tempo todo. E isto forma o setor mais (eu vou usar uma velha palavra, mas ela cabe) o reacionário com relação à evolução, em qualquer sentido, na área das profissões, na área do conhecimento, da tecnologia, etc. Do ponto de vista prático, a sociedade não está se importando com isso. Quer dizer, a sociedade está se organizando de uma tal maneira, que uma pessoa, desde que tenha capital suficiente, organiza uma construtora, contrata dois ou três profissionais para preencher as exigências do Crea, e esse cidadão passa a construir enormemente, a determinar com muita intensidade. Há alguns que são ilustres, como é o caso do Artacho Jurado<sup>1</sup> que produziu uma arquitetura bastante característica e de boa qualidade, num certo período, e que não era um profissional como outro qualquer. Então acho que a sociedade, a economia acabará por contornar esses nichos de corporativismo que vão se formando dentro da sociedade, pela da regulamentação profissional.

**WJ:** A arquitetura é uma atividade de intervenção, necessariamente; para isso ela precisa de um arcabouço técnico. A universidade, por mais que deva manter a sua reflexão não tanto atrelada ao mercado, precisa entender que a intervenção exige o cabedal técnico, um tipo de atividade ligada à política, etc., que a universidade não pode esquecer até por necessidade de reflexão sobre o assunto. Então como ligar esses dois pontos?

**GS:** Eu vou radicalizar o que você está dizendo, imaginando que nós não estamos discutindo a questão dos arquitetos, mas a dos médicos. Quer dizer, nós vamos permitir que qualquer charlatão pendure uma plaquinha de médico na sua porta e passe a tratar das pessoas? Eu não estou propondo isso, eu estou propondo que a universidade saia disso.

**WJ:** Mas por outro lado eu acho que os médicos também são, extremamente, vamos dizer assim, radicais ao querer manter o seu núcleo de mercado, impedindo novas técnicas, conhecimentos como a acupuntura e as técnicas orientais, que são extremamente ricos e a gente não consegue que sejam trazidos para Brasil ou oficializados.

**GS:** Claro, mas veja que já estamos saindo da universidade, quer dizer, nós estamos realmente falando de regulamentação profissional, que eu não quero discutir.

**MI:** Qual é o papel da universidade?

**GS:** O papel da universidade é realmente criar conhecimento e difundir esse conhecimento. Para dizer a verdade, a universidade só tem um papel, que é a formação de uma consciência crítica sobre o real. Evidentemente isto implica em criação de conhecimento, porque você tem que fazer a crítica do real, o que vai criar conhecimento. A nossa função aqui é a de crítica dos processos de construção, da arquitetura da cidade, etc., e formulação de posições a respeito.

Nossos alunos podem adquirir aqui dentro da universidade, até fora daqui, todo conhecimento que precisarão para um eventual exame de ordem, ou algo desse tipo. O que eu acho é que é pernicioso a universidade comprometer-se com esse tipo de questão. Esse é o tipo de questão que a sociedade pode discutir, tomar um tipo de decisão que ela queira. E a universidade prover naturalmente as condições para que o conhecimento seja fornecido, inclusive um conhecimento técnico, pois acredito que ela está mais do que equipada para isso.

**JO:** Talvez apenas no caso do Brasil aconteceu desse jeito, porque, por exemplo na França, as escolas profissionalizantes não são da universidade. As grandes escolas estão fora. E aqui o caso complicou porque as grandes escolas estão dentro. Quer dizer, há uma parte, como Wilson Jorge falou, que é de formação profissional e outra parte que é de reflexão. Evidentemente, na antiga Filosofia, Ciências e Letras era mais claro esse espírito. Também a FAU não é tão vinculada ao mercado, mas as outras são. Isso é mais complicado na pós-graduação por causa do tal do professor profissional. Então, também, na pós-graduação, os alunos não vão procurar mais a pesquisa ou o conhecimento, como era até no meu tempo. Agora eles vêm mesmo é para tirar um diploma, como você está falando. Quer dizer, para ser doutor, e quanto mais rápido, melhor, porque eles querem

ganhar mais nas universidades particulares. Esses alunos não estão interessados no que se está falando.

**GS:** Isso vai permitir entrar na penúltima questão, que é a da pós-graduação e do nosso curso. Lá também existe a mesma praga, inegavelmente. Principalmente com a criação de inúmeros cursos de arquitetura privados e com as exigências da fiscalização federal, passou a ser necessário ter um certo número de doutores ou de mestres. Então há uma corrida aos títulos, em todos esses locais. Eu estava na universidade quando ela ainda não dependia tanto de títulos. E fiz parte de diversas comissões como a de discussão dos estatutos, das reformas do estatuto. Numa delas o Juárez<sup>2</sup> era o presidente do grupo, e se discutiram essas questões. De modo que eu vi nascer esse processo, que claramente tem um componente burocrático muito grande. Acho que um livro do professor Gianotti<sup>3</sup> coloca isso muito bem, “universidade ou barbárie” essa questão da barbarização, de certa forma, da universidade: procedimentos burocráticos, as regras e aquela série de exigências. Mas eu não tenho uma opinião segura sobre o problema porque eu assisti também a elevação do padrão dos docentes da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da época em que eu fui aluno para hoje. E isto é absolutamente inegável. Então, há esse aspecto da burocracia, há esse aspecto para o qual você chamou a atenção muito bem, que é a preocupação atual com um outro título e tudo mais, mas ao mesmo tempo, acho que a universidade, de forma geral, beneficiou-se muito e o padrão médio dos docentes que existem hoje na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo é muito melhor do que o padrão médio, com todo respeito, naturalmente, daquele que existia quando fui aluno. Acho que houve um avanço extraordinário nesse sentido. Mas em nível da pós-graduação, como fazer com isso? Eu acho difícil. Sempre que houver essa motivação, “eu vou lá para ser mestre, eu vou lá para ser doutor” vai depender demais do rigor dos orientadores e da própria CPG. A CPG é sempre motivo de duas óticas. Eu que estive por dentro dela

muito tempo, acho que ela é extremamente generosa. E, a julgar por diversos recursos que tive nas mãos, alguns deles até em nível judiciário, ela é considerada de um rigor exagerado, e coisas assim. Mas acho que, entre as duas coisas, eu preferia ficar com o rigor, preferia que ela fosse realmente bastante rigorosa porque o chauvinismo vai ameaçar o tempo todo, o corporativismo e tudo mais. Agora, nós não estamos reiventando tudo isso. Isso existia em outros países, você deu o exemplo da França. Na Holanda, onde eu fiquei muito tempo, existem outras formas de julgar os profissionais. Quer dizer, na prática da atividade profissional, isso existe. Você diria, como é que a coisa se passa nos Estados Unidos? Nos Estados Unidos não existe tabela salarial. Nas diversas universidades particulares, cada profissional vai negociar o seu próprio salário e portanto, o salário vai ser definido pela sua titulação, pela sua experiência, pelo conceito que a pessoa tem, e não com esse sistema muito francês que nós temos aqui, de centralização, e de acreditar que um conjunto de *lois et règlements* vai resolver aquilo que nós não conseguimos resolver no cotidiano.

**JO:** O que eu queria realmente saber sobre essa experiência é por que a Holanda, justamente agora, faz uma arquitetura e urbanismo dos mais interessantes do mundo? Pelo menos na última Bienal, no meu entender, os países escandinavos e a Holanda eram os grandes destaques. Eles são ousados, originais, interessantíssimos, mais do que os antigos...

**GS:** Bom, até alguns anos atrás, até uns 20 anos atrás, a Holanda tinha uma estrutura muito arcaica do ensino, o curso de arquitetura tinha duração de 5 anos. Quando houve a criação das universidades técnicas dentro desse processo de retirada das carreiras profissionalizantes da universidade... (eu quero fazer um parêntese aqui, para dizer que existe um professor na Universidade de Nova York que escreveu um livro propondo que a universidade voltasse a ser um lugar onde se cultivam as humanidades, a filosofia e as humanidades) o resto passou para escolas técnicas, de diversos tipos e que nada tinham a ver com a universidade. Isso é

uma postura, no meu entender, excessivamente medievalista e radical.

Algumas universidades antigas continuam com seus cursos. Mas nas universidades técnicas houve um passo seguinte: acho extremamente positivo que os holandeses tenham chamado gente do mundo inteiro, inclusive eu mesmo, para chegar lá e dizer como é que estávamos fazendo a nossa pós-graduação. Depois de ouvirem opiniões de diversas fontes, eles acabaram tomando uma decisão: o curso de arquitetura passava a ter 4 anos, depois dos quais o cidadão era um bacharel em arquitetura. E surgiam então mais 2 anos, que eram a pós-graduação e que eles afirmam ser a equivalência do nosso mestrado. Portanto, o cidadão que sai da escola em 4 anos pode até pleitear um trabalho nos escritórios de arquitetura, aquela coisa toda, mas para ter responsabilidades maiores precisaria ter mais 2 anos. O Paul Mers, que andou aqui no departamento algum tempo, aliás escreveu um artigo, se eu não me engano, recentemente, na *Revista Projeto*, fez os 6 anos, inclusive nos dois anos finais ele produziu uma tese sobre a arquitetura da Bahia. Tenho a impressão que faz cerca de 10 anos que eles estão com esse curso de 6 anos. Entretanto, o doutorado continua sem regras, praticamente. No caso da nossa pós-graduação, não consigo entender por que se faz a um doutorando a exigência de que ele tenha de cursar duas disciplinas. Não entendo por que, se o sujeito é mestre, já esgotou essa coisa de ficar freqüentando disciplinas, ou ele mesmo deve saber que precisa e ir procurar em algum lugar. Devíamos desformalizar o nosso curso de doutorado. Vocês sabem da minha opinião: nosso mestrado deveria virar um curso, como o que nós estamos fazendo em Londrina, que eu acho perfeito. Aliás eu comecei a experiência em Londrina<sup>4</sup> um pouco também por nossa causa, quer dizer, vamos tentar ensaiar em algum lugar a possibilidade de que o mestrado seja um curso de 2 anos. E ao mesmo tempo, a minha visão do doutorado é oposta, quer dizer, nós temos que desformalizar essa coisa. Até os trabalhos programados eu questionaria se se deveria solicitar algum ao doutorando.

**WJ:** A tendência na prática dos orientadores, de alguns pelo menos, é fazer com que os trabalhos programados sejam um capítulo da tese, quer dizer, já uma orientação direta.

**GS:** Pois é, isso aí até pode ser... Por exemplo, se poderia fazer o exame de qualificação do doutorando, já com uma versão preliminar da tese, a ser discutida. Mas teria que se modificar por completo o nosso doutorado, porque ele está muito formalizado, muito amarrado, e, ao mesmo tempo, essas regras, esses regulamentos não têm como garantir que esse candidato a doutor trabalhe com o orientador numa base cotidiana. É como eu via acontecer na Holanda, em que esses doutorandos todos estavam dentro da universidade, tinham sala, trabalhavam, participavam de todas as aulas. Havia um orientador que trabalhava com computação gráfica, tinha um equipamento bastante razoável, e tinha cinco orientandos lá no laboratório dele. Um deles chegava mais cedo do que todo mundo para ligar os computadores, que eram muito lentos naquela época, e depois chegavam os outros; na hora do almoço iam os seis almoçar juntos praticamente todo dia, quer dizer, era um convívio cotidiano, do tempo todo. Eu fico um pouco um assustado quando neste momento ouço ventos de Brasília falando em doutorado interinstitucional, que não quer dizer outra coisa do que um doutorado ausente, um doutorado por correspondência. É exatamente o que se pretende fazer. Eu acho isso uma barbaridade. Um descalabro completo.

**JO:** Esse tipo de doutorado que você está mencionando é corretíssimo, mas é para uma mentalidade diferente. Eu teria feito, eu realmente não precisaria fazer disciplinas, porque já era suficientemente maduro. Mas vai começar a ocorrer agora uma série de pedidos para fazer o doutorado sem disciplina, e a maioria dos arquitetos vai pedir isso. Mas são pessoas que têm uma vida diferente. Esse outro que está entrando e que só quer o título, se você abre mais, ele faz em quinze dias um doutorado. Porque, se não tem regra nenhuma, ele já vem com o doutorado pronto. Tem aquele que entra no mestrado e já quer passar para o

doutorado direto. Essas regras são horrorosas eu sei, mas para certo tipo de pessoas elas são muito eficientes. Há jovens de 22 anos que já querem ser doutores para ganharem não sei quanto, não sei onde. Então aí a gente precisa barrar. Eu acho que a universidade tem que ter essa sabedoria, esse esquema.

**GS:** Bom, acho que talvez você tenha razão. Só para reforçar sua tese, alguns querem de fato o título o mais rápido possível porque têm que preencher alguma coisa; mas há também os que não querem o título porque estão mais interessados na bolsa. Durante algum tempo, eu dirigi um serviço aqui da universidade, chamado Jovens Talentos, em que se procurava identificar doutorandos brasileiros, que estivessem concluindo seus doutoramentos no mundo inteiro, em qualquer das áreas, para eventual contratação na USP. E de fato chegamos a contratar um certo número. Mas nesse meu trabalho, que gerou um arquivo imenso, comecei a descobrir algumas histórias de gente que estava há 10, 15 anos, vivendo de bolsa. Gente que tinha casado e constituído família com uma outra bolsista também. E como eu cheguei a visitar e a conversar com algumas dessas pessoas, algumas na sua própria casa e fiquei espantado com o nível de alienação, e quero dizer que o significado da palavra alienação aqui é completo, ou seja, gente que já não se pergunta mais a origem das próprias idéias, não sabe bem o que está fazendo. E o padrão de vida que está levando também não é grande coisa. Então, na verdade, o que houve foi um despregamento completo dessas criaturas do seu local, do seu país e lá são estrangeiros e provavelmente continuarão estrangeiros por muito tempo. De modo que eu acho que existe, de fato, alguma necessidade de regras e não sei bem como é que os holandeses lidam com isso, porque mexi muito pouco com doutoramento, eu somente via o pessoal por lá, alguns brasileiros e uruguaios.

**MI:** Vamos nos voltar para os conteúdos desses cursos. Essa interdisciplinariedade se ligaria a um aprofundamento teórico? Eu sinto, por exemplo, em Londrina, um temor grande das pessoas por tudo

que não seja a prática profissional. Ou melhor, alguns até têm atração, mas não sabem o que é teoria. Você viu lá. Teoria é história, é crítica, é pois tudo a mesma coisa. Basta ter letras que é teoria. E eu sinto que às vezes é um pouco mágico isso: você põe algumas palavrinhas e depois você faz o que precisa para o projeto. Então, como com o tipo de pessoal que nós estamos atendendo hoje, poderíamos incentivar realmente o espírito de reflexão, de crítica e de elaboração teórica? Um colega de departamento outro dia me afirmou que não existe teoria da arquitetura. Você parece que também tem um pouco de dúvida a respeito. Então é um campo vazio, é isso?

**GS:** É, eu não gostaria de enveredar por essa área que é bastante polêmica.

**MI:** Mas como é que você diz que a universidade tinha que ir para uma reflexão?

**GS:** Porque também posso fazer um pensamento especulativo, posso falar em crítica da arquitetura. Sem que isso tenha pretensões de se constituir numa teoria, no sentido específico de um conjunto de proposições que vão me permitir agir sobre o real, como é o caso da teoria, sei lá, atômica ou algo do gênero, que de fato aí implica numa ação sobre o real. E essa questão da inexistência de uma teoria da arquitetura, como eventualmente foi colocada, é um pouco como a afirmação da inexistência de uma estética, quer dizer, bom, não existe estética, no sentido de não existir uma ciência chamada estética que fosse conduzir uma pessoa a ter, digamos, uma capacidade maior de apreciar os fatos estéticos do que outra, não é isso? Mas pode existir uma crítica, pode existir um discussão, enfim em torno disso. Mas acho que a coisa mais importante que você falou referiu-se a um aspecto concreto, de fato bastante importante, preocupante, que é esse fato de que lá em Londrina a gente sentiu o pessoal extremamente preocupado com o cotidiano da prática profissional, e mais, tentando até colocar este cotidiano da prática profissional no lugar de uma reflexão sobre a arquitetura. O Gasperini me disse que está montando uma pós-graduação em Fortaleza<sup>5</sup> e que será sobre projeto. Ao se dizer essa

palavra, que aqui na FAU parece ter sentido mágico, a gente fica com vontade de perguntar o que vai ser ensinado, então, qual o tipo de teoria vai ser dada, quando, na verdade, a maior parte das disciplinas de projeto são disciplinas de treinamento. Quer dizer, a pessoa vai ter que ser treinada no desenvolvimento de uma certa habilidade de organizar o espaço, assim ou assado. Eu sinto, às vezes, no Departamento de Projeto, em alguns colegas nossos, que há uma vontade de criar uma teoria em torno da coisa e alguns até têm feito trabalhos muito interessantes. Mas justamente ao fazerem isso, se distanciam do ateliê.

**WJ:** Talvez seja mais uma metodologia do que um teoria.

**GS:** Mais uma metodologia. Mas acho engraçado, esta coisa aparecer assim: o professor que estava trabalhando lá no ateliê e atendendo os alunos que estavam fazendo seus projetos, ao assumir essa nova postura, ele solicita uma sala de aula, põe os meninos lá e faz uma aula discursiva. Tenho a impressão que é um equívoco porque a aula discursiva é algo que todos nós devemos procurar reduzir ao mínimo, porque ela não tem o menor futuro na época da Internet e da informação e coisas do gênero. Isso de fazer discurso na frente de aluno é uma coisa que de fato eu não sei quanto tempo isso vai durar.

Queria fazer uma outra observação sobre isso. No caso do americano, as escolas não são iguais. As 176 escolas americanas de arquitetura são muito diferentes, porque os Estados Unidos beneficia-se do fato de não ter um Ministério da Educação, de modo que não há regras nacionais, então você pode escolher uma escola onde se desenha e que tem uma relação meio vaga com a atividade realmente de construir, e que funciona do lado de um M.I.T., ou de uma Harvard, em que a questão da especulação sobre a profissão é muito intensa ou uma escola como, digamos, Albuquerque, que é uma escola profissionalizante. Aliás, o objetivo dela é formar o arquiteto-paisagista, o arquiteto-urbanista, o arquiteto nos seus vários tipos, arquiteto que vá conseguir um encaixe no mercado tão rápido quanto

possível. Inclusive quando você vai falar em escolas desse tipo, precisa estar preparado, porque numa escola do tipo Albuquerque um discurso teórico não vai nem captar atenção. Numa ocasião fiz uma palestra em Beaumont, que é Universidade da Califórnia, em Los Angeles, mas só que é meio periférica, e ao falar para os meninos lá sobre arquitetura brasileira, aquela coisa toda, eu notei que havia algum interesse quando eu mostrava algum tipo de, digamos, padrão que pudesse ser objeto de uma elaboração para o trabalho deles, etc. Qualquer tendência a começar a especular e tal, o pessoal dormia, não tinha o menor interesse pelo que você estava falando. Já se você for para Harvard ou para o M.I.T., é completamente diferente o negócio, o interesse dos alunos é muito mais especulativo e tal. O professor Goldenberg<sup>6</sup> num certo momento tentou ver a USP desse jeito, quer dizer, ver a USP como uma escola de pós-graduação, e encaminhá-la um pouco, a não ser a mesma que tantas outras escolas profissionalizantes existentes no país. Mas isso demandaria uma decisão de muito alto nível e que não sei se na prática pode acontecer. Porque na prática eu sinto que é possível se discutir na FAU, em níveis teóricos, em níveis de abstração, mas você não pode tentar fazer isto em muitas outras escolas no Brasil. Não porque elas sejam ruins, mas porque elas estão voltadas diretamente para o mercado. E o interesse do aluno, ele está ali para ver como vai ter um emprego melhor, quer dizer, como ele vai ter uma vida profissional melhor.

**WJ:** Ou eles estão ali porque eles não conseguiram entrar na FAU? Existem poucas FAUs no Brasil.

**GS:** acho que até pode ser, mas não muitos deles, pelo menos no ambiente em que se criam nessas escolas. Porque o cotidiano profissional ali toma o tempo todo dessas pessoas. E se tiverem que optar, optarão pela realidade construtiva, etc., e eu não os julgo por isso. É uma opção. Não é necessário ir fazer mestrado e doutorado, para fazer bons hotéis no norte do Paraná, é verdade. Então eu acho que é uma opção profissional mais clara. E cabe, realmente, a algumas escolas, serem um pouco mais especulativas, como é nosso caso aqui, ou

talvez a UFRJ; ou mesmo em certas capitais – Belo Horizonte ou Salvador, Porto Alegre – existe um ambiente mais especulativo.

**MI:** Meu diagnóstico da FAU atual é que ela comporta essas várias opções. Está havendo uma especialização das escolas voltadas para o mercado e a FAU é a única que ainda oferece diferentes possibilidades. Vejo como o problema da divisão do nosso curso de pós-graduação, a possibilidade de que talvez ela estrangule essa riqueza da escola. A área de projeto pode ficar mais pobre. Você falou que o doutorado não devia ter disciplinas. Não caberia às disciplinas do doutorado encaminharem para uma necessária reflexão? Porque, conforme a área, se não sedimentarmos a reflexão, creio que ela tenderá a desaparecer por completo. A experiência trazida para dentro da FAU é que pode acabar consagrada.

**GS:** Vamos separar graduação de pós-graduação porque na graduação tem havido muita crítica à FAU, até autocrítica, mas lamentavelmente essa autocrítica já dura mais de 10 anos e nós não temos conseguido uma saída. O que seria, por exemplo, tentarmos formar um indivíduo que procurasse a sua área de preferência. Como não vejo possibilidade de uma grande reformulação na FAU, que mude o caráter das disciplinas, talvez, a saída fosse pelo aumento no número de créditos de optativas. Teríamos um núcleo central, nenhum arquiteto deve sair daqui sem saber aquelas disciplinas, mas depois poderíamos deixar tudo muito optativo. Há uma escola em Copenhague que cerca de 80% das disciplinas são optativas. Na FAU não chegam a 25%, ou uma coisa assim, e além disso as disciplinas são optativas “obrigatórias”

**MI:** São “optatórias” como falam.

**GS:** Se um bom número de créditos, que hoje são obrigatórias, fossem transformados em optativos, somente nessas carreiras que são mais ou menos laterais, se reduziria essa carga didática brutal que eu não acredito garantir nada em termos de formação. Já quando falamos na pós-graduação, eu achava que seria inevitável em médio prazo haver esta divisão. O que eu não sei é se uma divisão, que

reproduz a nossa estrutura departamental, seja a mais indicada. Eu preferia uma divisão que reproduzisse os grupos de disciplina do Departamento de Projeto. E em que os outros departamentos se encaixassem. Quer dizer, o paisagismo, o desenho industrial, a comunicação visual, a arquitetura, o planejamento urbano. Mesmo assim eu também não gosto disso, mas digamos, uma coisa para esse lado, uma coisa que não reproduzisse. A FAU não tinha departamentos. Num determinado momento (quanto é, 68) reuniram-se para formular essa estrutura de departamentos, eu estive nessa reunião como ex-aluno. Wilson, você também esteve, participou de uma comissão comigo e o Carlos B. Millan, o falecido. E nessa reunião, o tal do fórum ou coisa desse tipo...

**WJ:** Isso foi em 61.

**GS:** Não foi 61, foi 63, porque eu tinha saído da escola. Você ainda estava, representava os alunos, o Millan representava os professores e eu representava os ex-alunos.

Artigas um dia aparece lá com aquela estruturazinha, com os três... isso que nos parece tão lógico, nunca tinha nos parecido lógico até então. Adota-se o esquema. Eu sempre achei ridículo o chauvinismo departamental, porque a escola que eu conhecia não tinha departamentos. Então, de repente um radical, lá numa reunião de Congregação, falando do problema departamental, aquilo não me diz nada. Eu nunca vi sentido nisso. Quer dizer, não é uma coisa boa. Por isso me dá medo agora ver a mesma compartimentação, levada para a pós-graduação.

**WJ:** Não se sabe se é isso que vai acontecer, porque o assunto está em discussão. É claro que há uma tendência a se reproduzir a estrutura, mas não necessariamente. Pode ser por grupo de pesquisa.

**GS:** Eu gostaria que fosse interdepartamental, ainda que a coordenação pudesse ficar por conta de um determinado departamento. Eu vou explicar porque essa contradição me parece boa. É uma estrutura aparentemente um tanto contraditória. Os departamentos têm por obrigação fazer o desenvolvimento das suas áreas. Já que existem, já que houve essa compartimentação, têm por obrigação desenvolvê-la.

**MI:** Tem que prestar contas disso inclusive.

**GS:** De modo que quando pego a listinha de disciplinas para orientar um aluno meu e vejo que não existe uma disciplina de estruturas, que não existe uma disciplina de construção ou não existe no sentido específico em que eu gostaria, acho que o meu departamento está falhando, que era preciso que houvesse, inclusive com os professores da Escola Politécnica, se fosse necessário trazê-los para participar. Mesmo atualmente ocorre, pois existe uma, que é o Margarido<sup>7</sup> que dá com o Simões<sup>8</sup>: o que já é uma correção nesse sentido. O aspecto positivo é comprometer os departamentos com a obrigação de gerar conhecimento, gerar trabalhos na pós-graduação, nas suas áreas, já que a divisão existe. De outro lado, deveria ser interdepartamental: eu não gostaria que a Tecnologia, por exemplo, dispensasse a história da Técnica, não acho conveniente. Eu não vejo sentido em pegar uma disciplina como aquela de Modelos que eu dou, e dizer: o professor Serra vai dar disciplina de Modelos no curso da tecnologia porque ele é egresso da tecnologia. Isso para mim não faz o menor sentido, porque a minha disciplina não se refere à tecnologia, não tem nada haver com aquilo, é uma disciplina de metodologia de pesquisa. E, portanto, poderia ser dada num plano interdepartamental. Talvez pudéssemos ter até um conjunto de disciplinas não fazendo parte desses departamentos, seriam interdepartamentais e os meninos poderiam escolher qual fazer. Então, não perder a interdepartamentalidade parece-me importante, quer dizer, seria preciso preservar isso de alguma maneira. E de outro lado, seria preciso responsabilizar os coordenadores de curso.

**JO:** Arquitetura e urbanismo em todo lugar do mundo são divididos, só aqui ninguém quer se separar. Mas acho que é inevitável dividir. Acho que a gente queria que fosse interdepartamental. Só que quem operacionaliza são os departamentos, a contradição é essa: quem gere, quem paga, quem faz são os departamentos.

**GS:** Mas acho que esse é o papel da CPG, porque a CPG continuará a ser uma só, não é?

**MI:** A idéia última discutida, apresentada pela Ermínia, foi uma única CPG e coordenadores de diferentes programas.

**GS:** Isto pode preservar a coisa. O Nestor, quando eu assumi a presidência da CPG, falou, na Congregação, que ocorria na FAU uma coisa que não havia na maior parte das escolas, que é fazer coincidir na mesma pessoa a presidência da CPG e a coordenação do curso. Na ocasião, fiz o comentário que estava inteiramente de acordo com ele e gostaria que a Congregação nomeasse o coordenador de curso. Eu estava aceitando a presidência da CPG, mas não precisaria necessariamente ser coordenador de curso. Aliás, depois procurei e propus que se fizesse isso. Se fizermos isso, nós poderemos ter esses coordenadores organizando os seus cursos, mas a CPG mantendo o controle do conjunto de disciplinas, que seriam interdepartamentais.

**WJ:** Os departamentos da FAU têm heterogeneidades marcantes. Há pessoas que estariam melhor colocadas em relação ao seu interesse de pesquisa, sua atividade acadêmica em outro departamento.

**MI:** Isso significa reformular os departamentos, mas não acabar com eles. Quer dizer, hoje estão mal-organizados, mas devem por isso ser extintos?

**JO:** O professor Serra colocou muito bem. Os departamentos são criações históricas. Eles vêm e vão. Eles não são divinos.

**MI:** Você sabe por que vieram os departamentos? O que vão pôr no lugar quando ele sair? A cátedra de novo ou o quê?

**JO:** Na PUC de Campinas vai haver câmaras.

**MI:** É, mudam os nomes e as coisas são as mesmas, pode ter certeza. A organização burocrática vai importar, sem dúvida. Mas fico muito preocupada porque tudo tende a cair na burocracia.

**JO:** Mas o departamento superou a cátedra e pode vir uma outra coisa que seja superior ao departamento, não pode?

**MI:** Pode, mas para isso precisaria haver um projeto, com algum objetivo, que é o que a gente está querendo. Nós estamos discutindo fórmulas.

**WJ:** Como aproveitar a imensa quantidade de pesquisa feita na FAU, sem uma base organizativa, burocrática, pois é fundamental que funcione. Burocrática no sentido de dar um suporte, com uma atividade padrão, etc. O que me dá um certo desalento é ver a quantidade de pesquisa, de material produzido na FAU, e por questões outras não são aproveitadas, não se sabe que existe. Esse é o grande desperdício que eu vejo hoje na pós-graduação.

**GS:** Bom, eu não sou pessimista com relação à pós-graduação da FAU. Eu acho que a pós-graduação da FAU teve um caráter pioneiro, ...

**WJ:** Eu não fui pessimista. Eu estou dizendo que se produz uma quantidade de material muito rica.

**GS:** Eu vou chegar lá. Eu acho que constituir uma base de pesquisa a ponto que você sinta uma seqüência, um aproveitamento, uma lógica, uma linha de pesquisa e coisa desse tipo, é uma coisa que toma tempo. Para você ter uma idéia a que ponto nós podemos chegar nesse assunto, eu fui presidente da CPG, procurei nesse sentido criar, ou botar de lado o máximo de recursos que eu pudesse arrumar, para a encadernação e impressão, e organização dentro da Biblioteca. Havia uma discussão sobre se a Biblioteca deveria ou não deveria existir. Eu estava um pouco favorável aos bibliotecários aqui, que queriam centralizar o serviço, mas propus que aqui haveria uma espécie de biblioteca da pós-graduação. E para arrumar uma tese, uma dissertação, era difícil, estava tudo meio bagunçado, desordenado. Então começou um trabalho lento da Filomena<sup>9</sup> no sentido de encadernar, botar tudo com o nome no dorso, etc., para que fosse possível a gente acessar essas coisas com facilidade. Por que digo isso? Porque a pesquisa não é individual. A ciência é um trabalho coletivo, quer dizer, então as pessoas que elaboraram suas teses, dissertações, colocaram as suas teses e dissertações lá na expectativa de todos nós, que elas venham a ter utilidade, talvez não imediatamente para se patentear alguma coisa, mas para alimentar o trabalho daqueles que vêm depois e ir aos poucos encadeando e permitindo

que daqui a pouco apareça uma tese realmente notável dentre as muitas que vão saindo dali. Bom, eu acredito que esse tempo, de certa maneira ele decorreu, quer dizer, talvez a organização da tal da prateleira. Eu insisto com os meus alunos, que podem ignorar alguma coisa dita por Aristóteles, mas não podem ignorar aquilo que foi dito nos últimos 5 anos na Faculdade de Arquitetura. Quer dizer, nenhuma tese, nenhuma dissertação que tenha a ver com o seu tema, pode ser ignorada.

Você vai ter de ler, vai ter de incluir na sua bibliografia e tal. Isso tende a forçar esse encadeamento a criar uma lógica no processo, e aí ir encadeando alguma coisa que nós possamos identificar como uma linha de pesquisa.

Lúcio Grinover<sup>10</sup> fez uma tentativa, pela primeira vez aqui, de criar linhas de pesquisa e essa coisa toda. Quando ele terminou o trabalho, aquilo tinha uma cara de artificialismo completa. Era notório que ele tinha pego as dissertações e as teses mais díspares e confusas e tinha tentado organizar segundo um conjunto de categorias. Posteriormente, a professora Élide<sup>11</sup> prosseguiu nesse trabalho. Aí eu escrevi um artigo em que tentava, tentava realmente, descobrir uma lógica nesse conjunto de teses e dissertações. Então, em vez de ser alguma coisa a impor, como tantas vezes se pensou aqui, vamos tentar induzir essas linhas de pesquisa de um conjunto de objetos que estão lá na prateleira: as teses e dissertações. E, com base nisso, começar talvez a encaixar os novos alunos, os novos pesquisadores nessa seqüência.

**JO:** Não é a FAU, é o Brasil que desperdiça muito a sua produção intelectual. No Japão, nos Estados Unidos, tudo se publica. As coisas realmente mais ordinárias, tudo é publicado. E aqui a gente tem essas teses deslumbrantes ninguém sabe.

**MI:** Poderíamos pedir um disquete da tese, de forma que pudesse ser consultada...

**GS:** Mas é o encadeamento das pesquisas que pode realmente levar a um resultado. Agora, francamente, às vezes, olhando uma tese ou uma dissertação ou fazendo parte de uma banca, eu às vezes sinto que o orientador aceitou a primeira

proposta que o candidato fez. Ele não se perguntou se conhece aquele assunto, se lhe interessa, se é naquilo que está trabalhando. Se ele de fato pode dar uma contribuição. Compreendo que isso acontecesse no começo do curso, senão parava tudo. Mas hoje não há razão nenhuma para fazer isso. Então, se um cidadão disser: vou fazer uma tese sobre hotéis, sobre o que o senhor escreveu, um livro, ótimo, tenho certeza que você vai poder ajudar, vai se interessar. Agora, se o cidadão chega com *“Ah, eu vou fazer uma tese sobre sexologia forense. Eu diria: “Bom, não é o meu campo, eu realmente não atuo nessa área.”*

**MI:** Mas pode acontecer, como já aconteceu, que professor de outra área alegue: *“eu posso orientar história porque me interessa”*

**GS:** E outro ponto de aproveitamento é uma atitude que depende também do orientador. A maior parte dos estudantes que nos procuram para orientação chamam de tese um objeto físico formado por umas folhas de papel dentro de uma encadernação.

*“Minha tese”* ele está se referindo a um livro que ele já vê escrito com umas letras douradas e coisa desse tipo. Ele não está falando de uma tese, quer dizer, uma hipótese que vai ser demonstrada. Então eu acho que aí caberia sempre a atitude do professor como a dos países centrais, quando vai falar com o seu orientando. O cidadão chega lá, faz um discurso meio estranho, e ele diz assim: *“Tudo bem, mas qual é o problema que você vai resolver? Qual é a sua hipótese? O que o senhor vai tentar demonstrar? O que o senhor quer descobrir?”*

Lembra o que o Erney<sup>12</sup> meu orientador, no sentido espiritual, na Reitoria, dizia: *“Professor Serra, a pesquisa só tem dois produtos: ou é uma invenção ou é uma descoberta. E na nossa área, que é mais tecnológica que da biologia, admite-se uma certa inovação. Quer dizer, em vez de invenção, uma inovação. Eu acho que se aprende com um certo rigor nessas coisas, isso exige embasamento empírico no trabalho. “Qual é a sua base empírica? Onde o senhor foi pegar dados para... Hoje li um trabalho de uma das nossas orientadas, é um discurso filosófico barato, sabe?”*

**WJ:** Desculpe, mas você não está contra a filosofia, está?

**GS:** Não, de jeito nenhum, eu sou cultor da filosofia. Mas realmente considero que os nossos alunos não podem achar que vão chegar aqui para fazer uma dissertação de mestrado inteiramente especulativa, sem nenhuma base concreta.

**MI:** Faltou alguma reflexão sua sobre a realidade brasileira. Não só sobre a profissão. Você falou que a cidade é construída por outros profissionais ou por não-profissionais. Talvez se continuasse por aí...

**GS:** Olha, eu de fato tive o privilégio de trabalhar praticamente no Brasil inteiro, e me diverti imensamente com isso, jamais achei qualquer coisa ruim. Eu trabalhei no Acre, na Rondônia, Amazonas, no Brasil inteiro, no Pará, no Nordeste todo e coisas assim. Então eu sou muito otimista com relação ao Brasil. Primeiro, esta questão que hoje alguns estão querendo colocar num plano mais radical, a coisa do índio, do negro, etc. Eu acho o Brasil um show espetacular de convívio étnico, os mais diversos. Acho que nós devemos dar um valor extraordinário a isso, reforçar e ter orgulho disso. E ver o lado positivo disso, que isso é a nossa força. Agora, há esse sentido de unidade nacional, de que todos esses caras, os mais diversos, se considerem brasileiros e tal. Eu ficava sempre comovido no começo, quando eu pegava um avião aqui, demorava sete horas e meia para chegar em Rio Branco, eu descia e estava todo mundo falando português e praticamente sem sotaque nem nada, achava aquilo uma coisa extraordinária. Bom, e o espaço brasileiro precisa ser conhecido, para produzir uma arquitetura brasileira. Quer dizer, se estou no Acre, preciso saber que no Acre não há pedra de tipo algum, e portanto o concreto é uma coisa impensável no Acre, porque lá não tem pedra para fazer concreto e também não se fabrica cimento, nem nada. Acho que na Amazônia deveria-se construir com madeira, mas a Amazônia não tem madeira, tem árvore. Da árvore à madeira há uma indústria toda, secagem, essa coisa toda. Todas as vezes que tentei construir com madeira lá foi um desastre, porque vinha tudo verde e coisas assim.

Então, há uma questão de desenvolvimento nacional em todos esses espaços, mas que exige conhecer o seu espaço.

Vou dar um exemplo sem nominar ninguém. Uma faculdade de arquitetura do Nordeste consultou-me há pouco tempo, sobre quais deveriam ser as linhas de pesquisa do novo mestrado que eles estavam organizando na cidade. Aí veio uma série de frases que até tenho dificuldade para entender realmente o que significam, mas supostamente seriam as tais linhas de pesquisa. Bom, eu devolvi um discurso analítico sobre a capital em questão, que eu conheço muito bem porque desenvolvi três ou quatro planos lá, apontando o que tem de ser estudado lá. É isso que tem que ser estudado, e tem que ser estudado por eles: eles nos devem, devem a todos os brasileiros, o conhecimento do seu espaço. Então, nesse sentido, mesmo as escolas que a gente acha não estarem ainda no nível e tal, se elas puderem ser... Você observou lá em Londrina, ninguém queria fazer nada sobre Londrina, com exceção da Ângela, ninguém? O negócio era: *"Sobre o que o senhor vai fazer?"* *"Barragán<sup>13</sup> Vou fazer uma tese sobre o Barragán"* Eu estava meio longe, não entendi: *"Sobre barragens?"* Ele disse: *Não, Barragán.* Aí o outro era sobre a obra do Álvaro Siza. *"O senhor vai a Lisboa. Porque se o senhor não for a Lisboa nós não vamos aceitar o seu trabalho. É claro, o senhor quer fazer um trabalho sobre o Álvaro Siza com base em quê? Em revista, livro, fotografia, Internet? O senhor vai ter que ir para o Porto, ter que percorrer Portugal inteiro, porque o senhor vai ter que ter uma base empírica para esse negócio."* Mas lá para tantas comecei a perder a paciência: *"Escuta, onde está Londrina nesse negócio? Com que se constrói aqui nessa cidade? Quem fez esses prédios todos que estão aí? Como se desenvolveu esse negócio? E esse*

*problema da poluição lá embaixo, do tal lago, e como vocês estão resolvendo?"* Que coisa estranha! Há como uma vontade de se projetar para o exterior e não de conhecer o local onde o sujeito está. Mas eu acho que o trabalho que nós estamos fazendo em Londrina é espetacular. Eu não sei se alguém lá tá querendo só o título ...

**MI:** É isso que eu ia dizer para você: Como eles avançaram! Você disse que o mestrado é uma formalidade, mas quem está com vontade de se promover no mercado é conduzido ... muda de posição.

**GS:** Muda. Eu estou inteiramente de acordo. Estou muito satisfeito. Me deu satisfação fazer esse trabalho em Londrina...

**WJ:** Talvez porque eles descubram que esse caminho é mais rico para eles até profissionalmente. Essa capacidade crítica, essa capacidade de ver a realidade com olhos mais profundos.

**MI:** Eles começam a perceber algum sentido em fazer o mestrado. Porque, se antes era apenas produzir um volume que, eventualmente, tivesse 200 páginas, de repente o conhecimento começa a brotar ... a análise, por exemplo, para eles era uma coisa pouco concebível. Só a descrição podia ocorrer.

**WJ:** A Ermínia fez um comentário quando o professor estava contando mestrado para Fortaleza, a tal história de projetar. Ela perguntou: *"Mas e Fortaleza? Fortaleza é uma cidade em que mais da metade da população mora em favela. Qual é o tipo de reflexão ou de pensamento que esse curso vai ter sobre a realidade presente?"*

**GS:** Isso aí é um problema nacional, é uma coisa extremamente complicada. E em quase todos os cursos você se defronta com isso.

(1) JURADO, Artacho – Proprietário da Construtora Monções, na década de 50.

(2) LOPES, Juarez Rubens Brandão – Sociólogo, professor da FAU nas décadas de 60 e 70, professor titular de Fundamentos Sociais da Arquitetura e do Urbanismo, na FAU, década de 70, transferido para a FFLCH-USP, membro desde a fundação do Cebrap e hoje colaborador do Ministério da Reforma Agrária.

(3) GIANOTTI, José Artur – Professor titular da FFLCH-USP e diretor do CEBRAP.

(4) Mestrado Interinstitucional promovido pela FAUUSP na Universidade Estadual de Londrina, sob o patrocínio da Capes (MEC).

(5) Fortaleza – Mestrado Interinstitucional patrocinado pela Capes (MEC), tendo a FAUUSP como instituição promotora e a Universidade Federal do Ceará como instituição receptora.

(6) GOLDENBERG, José – Físico, professor aposentado e ex-reitor da USP.

(7) MARGARIDO, Aloísio Fontana – Professor da Poli, lecionando também na FAUUSP, no Departamento de Tecnologia da Arquitetura, até a década de 90.

(8) SIMÕES, João Roberto Leme. Professor da FAUUSP.

(9) KATSUTAMI, Filomena – Bibliotecária da FAUUSP.

(10) GRINOVER, Lucio – Professor titular aposentado de Desenho Industrial do AUP. Foi diretor da Escola em dois mandatos.

(11) MONZEGLIO, Élide – Professora titular aposentada de PV da FAUUSP.

(12) CAMARGO, Erney Pleffey de – Médico, pesquisador em biologia molecular, pró-reitor de pesquisa da USP nas gestões de José Goldenberg e Roberto Leal Lobo e Silva Filho.

(13) BARRAGÁN, Luis – Arquiteto moderno, mexicano que se inspirou em referências vernaculares. Atuante nas décadas de 50, 60 e 70.